



Parecia o fim - mas estava apenas começando

1964-1968

Texto de Nilson Lage

Ainda é muito cedo para se saber tudo o que aconteceu em 1964 e nos anos que se seguiram. Houve um golpe de estado que se desdobrou em processo programado, contínuo, de alteração das leis nos campos das relações sociais e das formas políticas. Se ambos - o pacto social e a organização política - devem relacionar-se com a base econômica, pode-se dizer que houve um ajustamento à realidade. Porque o mundo em que se moveram os presidentes Jânio Quadros e João Goulart estava muito distante daquele em que se formulara a política de Vargas, no pós-guerra.

As reformas de base de Jango, belíssimas propostas, chocavam-se contra o muro das verdades da economia: a velha base oligárquica e rural, a moderna indústria monopolista, dependente de capital e tecnologia es-

trangeiros, um colonialismo sofisticado e de nova espécie. O nacionalismo refugiara-se em escondeijos nos quartéis, logo se sublimaria, amargo, em filmes e canções.

Mas do ponto de vista técnico, de fato não houve uma revolução em 1964, isto porque justamente não se atingiu a base econômica, cuja transformação vinha ocorrendo, a despeito do que julgavam e diziam governantes e governados, ao longo dos anos 50. Escreve a respeito René Armand Dreifuss, em sua tese de doutorado para a Universidade Glasgow, publicada no Brasil com o título *1964: a conquista do Estado*:

A Segunda Guerra Mundial pode ser considerada um divisor de águas crucial que marcou a consolidação econômica e a supremacia política do capital monopolista nos centros industriais e financeiros. As novas formas de capitalismo, que se realizavam a nível global através de uma articulação complexa e contraditória com as várias formações sociais nacionais, tiveram como expressão organizacional básica as corporações multinacionais. O capitalismo brasileiro tardio e dependente, viria a ser tanto transnacional quanto oligopolista e subordinado aos centros de expansão capitalista.

O capital "nacional", que fora predominante no Governo de Getúlio Vargas, conseguiria coexistir de modo significativo somente em sua forma associada ou em empresas pertencentes ao Estado. Mesmo neste último caso, o capital transnacional teria ainda um papel central através de joint ventures (empreendimentos conjuntos) entre o Estado e corporações multinacionais, além de exercer controle multinacional parcial das ações de empresas estatais brasileiras.

Dreifuss coloca em cena um ator importante, que veio dar às praias brasileiras para ficar e para se impor: as multinacionais. Ao longo dos anos 50, saudadas com entusiasmo pelas pessoas que queriam andar de automóvel, mascar chicletes e com ele fazer bolas de ar, arquivar a navalha de barba e tomar refrigerante em lugar de refresco, essas companhias não investiram aqui tanto dinheiro quanto se pensa - pelo menos não o bastante para bancar a maior parte do jogo econômico mais pesado. Uma pesquisa feita pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1961/1962 mostra que, de 83 grupos bilionários, 54 eram nacionais (em termos de controle de capital) e 29 multinacionais. Isto apesar dos incentivos dados ao investimento estrangeiro pela política monetária, pelas facilidades cambiais, pela necessidade (isto é, o desejo) de captar recursos e tecnologia externos.

Mas a questão do poder não se mede aí pelo volume de dinheiro. É uma questão política. As grandes corporações estrangeiras tinham um capital imponderável - o *know-how* - e facilidades para mobilizar apoios externos e, com eles, quebrar as resistências no Estado brasileiro. Com isso, agruparam em torno de si a maior parte das firmas "nacionais", quer associando-se a elas, quer tornando-as dependentes de seus contratos (como é

o caso da indústria de autopeças em relação às montadoras de veículos).
Escreve Dreifuss:

O controle oligopolista de mercado baseava-se principalmente na preferência multinacional pela penetração setorial seletiva, especializada e concentrada, e na integração tecnológica e financeira. Até a década de 50, o capital transnacional havia-se estabelecido em serviços (N. do E.: por exemplo, ferrovias, empresas de eletricidade), extração e comercialização de produtos agrícolas e, em menor grau, em empresas industriais. Através do Plano de Metas (N. do E.: Governo Juscelino Kubitschek), os interesses multinacionais no Brasil redirecionaram seus investimentos para outros setores e expandiram a economia local em direção à manufatura, no que foi chamado de "segundo estágio de substituição de importações"

Sobretudo, o capital multinacional tratou de interferir na política interna do país, através de uma competência desenvolvida em séculos de colonialismo. O dinheiro aplicado nisso (os "recursos que não faltavam") foi o que deu melhores dividendos. Em lugar dos tradicionais políticos brasileiros, com seus programas ambiciosos e irrealizáveis, sua fragilidade ideológica e as divisões internas dos partidos, um grupo de pressão com múltiplas faces mas agindo coordenadamente, "por fora" da política tradicional, reunia intelectuais integrados na vida administrativa do país: militares, advogados, jornalistas, técnicos, empresários.

Uma série de aparelhos atuou nessa luta ideológica: a máquina publicitária das agências estrangeiras e serviços de relações públicas agindo sobre a imprensa e cooptando os principais órgãos jornalísticos, para, em seguida, eliminar os demais e excluir os menos confiáveis dentre os aderentes; o pequeno núcleo de militares modernizadores e conservadores que, consolidado durante a Segunda Guerra Mundial, começou lutando em instituições preexistentes, como o Clube Militar, e terminou formando doutrina na Escola Superior de Guerra; escritórios de consultoria técnico-empresarial tais como a *Consultec*, que também aparecia com os nomes de Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda., ou ainda Companhia Sul-Americana de Administração e Estudos Técnicos; entidades empresariais, quer as federações e confederações que restaram do modelo corporativista do Estado Novo quer novas instituições, como o *Conclap*, Conselho das Classes Produtoras, fundado em 1955. Na etapa final do processo, quando a desestabilização do regime fundado na aliança trabalhista-oligárquica já era evidente, atuaram grupos de ação como o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais).

Eram dezenas de órgãos, institutos, seminários, conselhos, confederações, escolas, colégios. nas confrontações mais sérias, quando tudo parecia perdido, surgiram pressões políticas de fora. Por exemplo, em favor da Hanna Mining Co. e da ITT, cujas propriedades, que haviam sido nacionali-

zadas, tiveram de ser pagas a alto preço pelo Governo João Goulart após uma visita de Robert Kennedy, irmão do então Presidente dos Estados Unidos. Eram bens em tão precárias condições que, como escreve Jan Knipers Black, em *United States penetration of Brazil*, publicado pela Editora da Universidade Manchester em 1977, "tornou-se piada, tanto no Senado dos EUA quanto entre analistas da política externa, discutir o que a simples menção de Kennedy a intervir diretamente na política brasileira havia conseguido".

Ou o amparo extradiplomático de um número indefinido de organizações de empresários dos Estados Unidos, articuladas com seu governo: a American Economic Foundation (AEF), o Comitê de Empresas para Implementação da Aliança para o Progresso, o Latin American Information Committee (LAIC), o Committee for Economic Development (CED) - que atuava junto a empresas do Rio - e a Foundation for Economic Education - que agia principalmente em São Paulo.

Dreifuss demonstra as ligações de pelo menos uma dessas organizações, o CED, com o Council for Foreign Relations (Conselho de Relações Exteriores), um dos principais formuladores da política externa norte-americana. E acrescenta:

Ligações com o serviço de informação americano eram também muito fortes, o que foi confirmado pelo caso da CIA - Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência). Desde a sua criação, em 1947, o cargo de diretor da CIA vem sendo, na maioria das vezes, ocupado por algum membro importante do Council for Foreign Relations, como pode ser observado pelas indicações de Allen W. Dulles, um dos diretores do CFR, e de John McCone, Richard Helms, William Colby e George Bush, todos eles membros do CFR. O Council for Foreign Relations vem sendo há muito a principal circunscrição política de apoio a demandas da CIA junto ao público americano. Sempre que a CIA precisava de fachadas adequadas para suas companhias que servissem de cobertura para agentes ou operações ou para qualquer outro tipo especial de assistência, apelava com frequência a membros do Conselho.

O trabalho de desestabilização do regime democrático foi longo e para ele colaboraram contradições já existentes no quadro das instituições do País. Boa parte do esforço, em certa etapa, cuidou exatamente de acelerar e evidenciar essas contradições, o que deu à intervenção multinacional uma aparência *esquerdista* - na medida em que uma finalidade básica da propaganda marxista consiste coincidentemente em "denunciar formas concretas de opressão":

1. A **reforma agrária** figurava nos discursos de políticos trabalhistas como uma espécie de fim remoto, da mesma forma que a recuperação das Ilhas Malvinas esteve por século e meio nas manifestações da política externa argentina, antes da tentativa militar da recuperação do arquipélago,

em 1982; ou como a reincorporação da Ilha de Taiwan (Formosa) aparece em todos os documentos oficiais da China Continental. Querer, queriam, mas Deus sabe para quando, porque a reforma agrária, envolvendo naturalmente a desapropriação de terras, quebraria a base de apoio do Governo formado com os grandes proprietários rurais agrupados no PSD. Pois a bandeira da reforma agrária imediata ingressou nas plataformas do sindicalismo urbano pelas mãos da Aliança para o Progresso, divulgada em seminários, congressos e cursos para sindicalistas promovidos aqui e nos Estados Unidos. O que se pretendia não era reformular a questão da propriedade fundiária, de resto tão grave quanto historicamente motivada no Brasil; pretendia-se exatamente abalar a estabilidade do regime.

2. Tratou-se de evidenciar um **clima de subversão nas Forças Armadas**. Para isso, foram infiltrados agentes (como o Cabo José Anselmo dos Santos no corpo da Armada), com a atribuição de agitar reivindicações específicas que levassem à confrontação com os oficiais. Os grandes jornais foram instados, por pressão política e de *lobbies*, a divulgar ao máximo o movimento político de sargentos do Exército - na maioria burocratas - de fuzileiros e marinheiros. Um secretário de jornal que mandou investigar e concluiu pela superficialidade do movimento de reivindicação dos praças do Exército logo receberia ordem de "dar diariamente uma chamada de primeira página sobre o assunto e pelo menos uma foto com destaque por semana". O objetivo era desviar para posições conservadoras, associadas à defesa da hierarquia militar, o contingente da oficialidade então fortemente influenciado pelo ideal nacionalista.

3. Cuidou-se de criar no País um **clima de ansiedade e alarme**. Não foi preciso muito esforço para isso. Os segmentos intelectuais-esquerdistas da classe média urbana são muito sensíveis à confusão da realidade com seus próprios desejos, de modo que se incumbiram de veicular a tese da *revolução iminente*. Parece incrível que o clima de irrealismo daquele tempo permitisse encontrar bases de uma organização revolucionária no Partido Trabalhista Brasileiro ou até na ala esquerda da conservadora União Democrática Nacional; transformar em ideologia revolucionária as embrionárias e confusas intenções socialistas alimentadas, o mais das vezes, pela admiração que despertou, na época, a Revolução Cubana; ou ainda imaginar que as ruidosas assembleias de sargentos (como a última, no Automóvel Clube) representassem alguma ameaça real para a cadeia instituída de comando. No auge do processo esquerdizante, os generais mais democratas (os "generais do povo", como os chamavam), os reformadores mais conseqüentes e os políticos mais ousados pareciam estar à direita dos jovens que freqüentavam os bares da Zona Sul carioca.

4. Um fator importante da luta política então desenvolvida é bem mais complicado, e tem natureza conceitual: as forças que se agrupavam em torno do Governo Brasileiro - o trabalhismo urbano, os militares nacionalistas, os setores rurais, certas frações da burguesia e pequena burguesia, os intelectuais da nova Universidade de Brasília e de alguns institutos de ciências sociais - foram reunidas e simplificadas sob o **rótulo de populismo**, denominação que se estendeu, na sociologia política inventada por

essa época, a uma série de outros regimes latino-americanos abertos às reformas políticas e ao apoio popular. Como num passe de mágica, aproximou-se a moderada liderança brasileira do comunismo ortodoxo, do peronismo, do castrismo, estimulando-se, ao mesmo tempo, o aparecimento de frações radicais que queriam "a revolução agora". Tudo - as grandes corporações, os grandes interesses, as grandes ideologias - parecia ilusão. Conspirava-se pela democracia, como se ela não existisse, então, como jamais acontecera antes no País. E os conspiradores conseguiram assim abrir a porta dos quartéis, os portões das fazendas, as cortinas que separam as sacristias das naves das igrejas.

OS ÚLTIMOS DIAS DE JANGO: O PODER SEM SUAS BASES

Visto da perspectiva estreita da política tradicional, pela varanda ampla do Palácio do Planalto, o jogo de pressões internas e externas desaparecia. Avultava, porém, seu desaguadouro no Congresso, cuja renitência conservadora já servira de pretexto para a renúncia do Presidente Jânio Quadros.

O Governo insistia na tese retórica de que era preciso fazer reformas antes que o povo as fizesse. neste quadro deve ser compreendido este discurso do Presidente João Goulart dias antes de ser deposto - discurso proferido, segundo Cibilis da Rocha Viana, "mais para marcar uma posição histórica do que para demover um Congresso, em sua maioria, decididamente contrário às reformas":

No quadro das reformas básicas que o Brasil de hoje nos impõe, a de maior alcance social e econômico, porque corrige um descompasso histórico, a mais justa e humana, porque irá beneficiar direta e indiretamente milhões de camponeses brasileiros, é, sem dúvida, a Reforma Agrária. O Brasil dos nossos dias não mais admite que se prolongue o doloroso processo de espoliação que, durante mais de quatro séculos, reduziu e condenou milhões de brasileiros a condições subumanas de existência. Esses milhões de patrícios nossos, que até um passado recente, por força das próprias condições de atraso a que estavam submetidos, guardavam resignação diante da ignorância e da penúria que viviam, despertam agora, debatem seus próprios problemas, organizam-se e rebelam-se, reclamando nova posição no quadro nacional. Exigem, em compensação pelo que sempre deram e continuam dando à Nação como principal contingente que são da força nacional de trabalho - que se lhes assegure mais justa participação na riqueza nacional, melhores condições de vida, perspectivas mais concretas de se beneficiarem com as conquistas sociais alcançadas pelos trabalhadores urbanos.

O discurso veemente introduzia uma proposta mais que moderada

de reforma agrária, mediante desapropriação das terras não exploradas, com pagamento em títulos públicos de valores reajustáveis. Se fosse verdade que os camponeses se organizavam em todo o país, não se contentariam com remédio tão modesto. Se fosse mentira, não haveria porque receitar o remédio numa hora tão crítica, em que estava em jogo a estabilidade do regime.

Em suma, o Governo, isolado, tornava-se inconseqüente. Antes de ir ao comício de 13 de março, em frente à Central do Brasil, em 1964, Jango disse a seu chefe da Casa Militar, o General Assis Brasil, que não estava de acordo com as posições e manifestações de Leonel Brizola, seu cunhado - o mesmo que assegurara, liderando o levante do Rio Grande do Sul, a posse do vice-presidente, quando da renúncia de Jânio Quadros. Onze dias depois, ao rebelarem-se os marinheiros, Jango estava em São Borja - o que demonstra seu grau de desinformação sobre o que se passava, ou o desejo de isentar-se das responsabilidades. A Marinha, virtualmente acéfala, era comandada pelo I Exército. O Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, adoeceu subitamente e, operado, deixou também acéfalo seu ministério. A 30 de março, quando os sargentos se reuniram no Automóvel Clube, o Presidente foi aconselhado por Tancredo Neves a não comparecer, mas preferiu ir, substituindo por um logo improvisado o discurso que levara escrito.

Segundo o General Argemiro de Assis Brasil, chefe de sua Casa Militar, Jango "era um homem conservador". E mais:

Era também um homem que, na minha opinião, não tinha a altura de um estadista. Gostava mesmo era de dar ordens em sua estância. Aliás, nem queria permanecer no poder. Muita gente pensava que Jango sonhava ser ditador. Na verdade, queria ir embora. Era um homem honesto, um grande coração, um homem incapaz de maldade. Amigo até de seus inimigos. Nas estâncias de Jango não acontecia roubo de gado porque ele dava carne a seus peões todas as semanas. Preocupava-se muito com o bem-estar social de toda a peonada.

A 31 de março, ante a primeira notícia do levante de tropas de Minas Gerais, Goulart telefonou para São Paulo, supondo que lá fosse a base da conspiração. O Comandante do II Exército, General Amauri Kruel, disse-lhe que estava tudo tranqüilo em sua jurisdição, mas juntou críticas à influência dos comunistas no Governo. Jango percebeu que não o teria como aliado. Telefonou ainda para o Comandante do IV Exército, General Justino Alves Bastos, que lhe assegurou que estava com o Governo (não estava).

Diante disso, o Presidente convocou o General Armando de Moraes Âncora, do I Exército, e o Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Anísio Botelho, ao Palácio. Presumia-se que fosse tratar das ações militares efetivas para conter a sublevação. Nada disso. Ordenou que não houvesse choque de tropas. "Parlamentem", disse. "Não quero derramamento de sangue." E

viajou para Brasília, onde iria "falar com os políticos".

As forças mineiras do General Olímpio Mourão Filho e do General Carlos Luís Guedes marchavam para o Rio de Janeiro e a situação se agravava. O regimento enviado do Rio aderiu aos rebeldes. Também o batalhão de Barra do Piraí e as tropas de São Paulo. Em Resende, as colunas puseram à frente os cadetes da Academia Militar de Agulhas Negras. E o General Âncora pediu a Assis Brasil autorização para "meter fogo nesses cadetes". A resposta foi: "General, não tenho autoridade para falar em nome do presidente, mas posso adiantar que ele não concordaria com isso".

Assis Brasil viajou para Brasília. O único ministro militar que queria resistir era o da Marinha, Almirante Paulo Mário, nomeado pouco antes e que não dispunha de tropas suficientes. Jango estava no aeroporto e um avião civil o esperava, para levá-lo ao lugar que quisesse. Havia sabotado o aparelho e foi preciso trocar por outro. Assis Brasil resolveu acompanhá-lo, rumo ao Sul. O Governo já não contava com apoio em Santa Catarina ou no Paraná. Por isso, o avião, de pequena autonomia, seguiu para Porto Alegre (onde terá feito escala?). O Comandante do III Exército, General Ladário Telles, esperava, disposto a resistir. Mas Jango nem queria ouvir falar disso. Brizola quis convencê-lo e ele terminou chorando. Passou a noite na casa de Ladário e seguiu, no dia seguinte, para a estância de Riacho Grande, em São Borja, onde estavam D. Maria Teresa e seus filhos.

A fuga se completou a bordo de um dos aviões particulares de Jango, um C-47, até uma estância à margem do Rio Uruguai. Do outro lado, a Argentina. O avião ficou escondido no mato; Jango e Assis Brasil comeram um ensopado de charque e mandioca, que o Presidente cozinhou. Ele estava confuso, com a idéia de ir para o Xingu. O general argumentou: "O senhor vai acabar sendo mandado para uma ilha qualquer como Fernando Noronha. Tem duas crianças, tem uma mulher. O senhor pode agüentar, mas será que essas crianças resistirão?"

Diante disso, Jango pensou em atravessar o rio para a Argentina. Assis Brasil o demoveu, preferindo o Uruguai. O piloto do C-47 foi incumbido de levar uma mensagem a um amigo da família Goulart, pedindo-lhe que consultasse o Governo uruguaio sobre as condições e asilo. Os uruguaio responderam - sem escrever - que receberiam Jango "de braços abertos". Ainda assim, o Presidente deposto esteve na estância de Santa Lúcia e na de Cinamomo, tudo perto de São Borja, e só a 4 de abril, a bordo de um Cessna - seu outro avião - viajou para Montevideu. Sua família partira na véspera, a bordo do C-47.

Quando o Cessna sobrevoou Durazno, Jango ficou novamente indeciso, querendo voltar. Assis Brasil não deixou. Acompanhou-o até Montevideu (foram recebidos por autoridades e algumas pessoas que aplaudiam), à casa que lhe haviam destinado num bairro afastado, e retornou, para ser preso no Aeroporto do Rio de Janeiro. Ele mesmo incumbira-se de informar, por telegrama ao Ministro do Exército, Arthur da Costa e Silva (o futuro presidente), do dia e hora de sua chegada. Levado ao Forte do Rio Branco ainda com a farda de general, lá ficou incomunicável por três meses e, em seguida, foi demitido, sem nenhum processo ou pensão. Quinze anos

depois, aos 70 anos, quando veio a anistia, os jornalistas foram entrevistá-lo numa casa suburbana de madeira no bairro de Niterói, em Porto Alegre. Ganhava a vida ensinando matemática. E lá declarou:

Não havia nenhum dispositivo militar em 1964. Nem há dispositivo militar que possa sustentar um governo. De fato, só os atos concretos podem manter um governo. A frase é do General Olímpio Mourão Filho, plenamente válida no caso. Nem mesmo os oficiais que serviam sob as minhas ordens eu escolhi. Eu não eram um executivo, apenas um secretário, como Chefe do Gabinete Militar. Também não é verdade que eu tenha alguma vez prometido cortar a cabeça de quem desafiasse o Governo. Na verdade, não corto a cabeça nem de ovelha. Quase tive a cabeça cortada. O General Vernon Walters, aquele agente da CIA que era adido militar americano, veio visitar quando eu já havia sido degradado e me disse que eu era um homem de coragem. Perguntei-lhe por que e me respondeu que meu fuzilamento chegara a ser cogitado.

Finalmente, a 27 de dezembro de 1979, o velho General Argemiro Assis Brasil, com 35 anos de Exército e serviços prestados durante a Segunda Guerra Mundial, recebeu de volta sua patente de general-de-exército, por decreto do Presidente João Figueiredo. E novamente falou, a um repórter de *O Globo*:

A reforma pouco representa, passados todos esses anos (Assis Brasil morreu em 1981). Nos países em que os civis não estão organizados e não têm poder para gerir a coisa pública, reina sempre a infelicidade. Esses países serão sempre infelizes.

GRANDE ARMA O TELEFONE, QUANDO SE PODE E SABE USÁ-LO!

Se não contarmos as muitas vítimas que iriam surgir no processo repressivo e, depois, na tentativa de luta guerrilheira, o golpe de 1964 foi incruento. Havia muitos tanques, metralhadoras e fuzis, mas a arma mais utilizada foi a mesma da conspiração que precedeu a marcha das tropas mineiras do General Olímpio Mourão Filho: o telefone, livre, na época, das centrais de *grampeamento* que os vitoriosos montariam posteriormente.

Dois oficiais da ala jovem do movimento depuseram, em 1966, no livro *A Revolução de 31 de março - colaboração do Exército*, da Biblioteca do Exército. Um deles, o General Otávio Costa (que se notabilizaria, depois, como chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas, no Governo Médici), achou difícil falar com isenção:

A história dos acontecimentos, como os de março e abril, intensamente vividos pela opinião pública, só poderá ser feita pela integração dos depoimentos de quantos puderam senti-los de perto.

Outro, o General Meira Matos, fez uma observação preciosa, que expressa as limitações dos processos militares em geral, e do de 1964 em particular:

A nossa eclosão revolucionária encontrou a sua dinâmica de ação nesses anti-comunismo e antijanguismo - que serviram para a derubada, mas não serviram para a construção.

Na mente do General Olímpio Mourão Filho, a conjugação desses *antis* ocorreu explosivamente às 22 horas do dia 30 de março de 1964, uma segunda-feira, quando ouvia pela televisão o discurso de João Goulart diante da assembléia de sargentos e subtenentes, no Rio. Ele desligou a televisão e saiu:

Não queria ouvi-lo. Não me convinha, pois eu ia partir contra ele às 4 horas do dia 31 e já eram quase 22 horas. Mas minha senhora insistiu comigo alegando que eu devia ouvi-lo, justamente porque ia me revoltar.

Dona Maria Mourão de fato ligou de novo o aparelho, em sua casa de Juiz de Fora, e ficou assistindo. Viu Jango rasgar o discurso que levava e fazer outro, improvisado e tenso. O General Mourão voltou quando a transmissão terminava: sua preocupação maior era aguardar o manifesto do Governador mineiro, Magalhães Pinto, sinal combinado para o levante. Estavam articuladas a IV Região Militar e a IV Divisão de Infantaria, sob o comando do próprio General Mourão, e a IV Infantaria Divisionária, do General Carlos Luís Guedes.

O documento, aguardado desde o dia 28 para o desfecho da chamada *Operação Popeye*, chegou, afinal, trazido por dois secretários de Magalhães Pinto, José Maria Alkmin e Oswaldo Pierucetti. Tratava-se de um texto longo e hábil, ao qual, além da referência à necessidade de reformas, o General Carlos Luís Guedes conseguira acrescentar um parágrafo:

E Minas utilizar-se-á de todos os seus recursos materiais e morais para obter a redemocratização do país.

Embora os termos do manifesto não tivessem realmente importância para a deflagração do movimento, Mourão Filho ficou muito zangado com a mineirice de Magalhães e praticamente expulsou os emissários para redigir sua própria proclamação, esta exigindo a deposição de João Goulart. Na realidade, a mobilização já atingira quatro mil homens do Exército e 20 mil da Polícia mineira, comandados pelo Coronel José Geraldo de Oliveira. Mas o depoimento do General Carlos Luís Guedes dá a medida da indignação de Mourão Filho, ao relatar um telefonema que recebeu dele, naquela madrugada:

Guedes, o governador está louco ou nos traindo. A sua frase acrescentada também é muito vaga e nada significa. Falta a afirmação categórica de que nos levantamos para obrigar Goulart à renúncia. É um dos compromissos do Magalhães comigo. Se o movimento for derrotado, Magalhães poderá sempre dizer que nos precipitamos. Magalhães não me mandou a data nem a cópia do manifesto. Depõe esse governador. Prende-o e nomeia um dos Lima como interventor.

Em Belo Horizonte, Guedes reunira oficiais e sargentos e declarara a insurreição. Tinha pressa, portanto: na reunião realizada a 29 de março na casa de Mourão, em Juiz de Fora, a data do levante fora acertada. O General Odílio Denys, considerado o conspirador-mor dessa etapa - como Ministro de Guerra, tentara por todos os meios impedir a posse de Jango, em 1961 - relata:

Disse a Guedes que o movimento deveria sair no dia 31 se não fosse possível no dia 30. Foi realizada a 29 a reunião dos oficiais que estavam ligados ao General Mourão para fins revolucionários e a data de 31 de março foi confirmada, ficando estabelecido que seria às seis horas da manhã.

Às quatro da manhã do 31 começaram as operações, com um pequeno problema: o telefone do Tenente-coronel Everaldo José da Silva, Comandante do 10º Regimento de Infantaria, estava enguiçado e, por isso, Mourão teve que acordar um major, pedindo-lhe que desse o recado a seu comandante. Seguiram-se mais de dez telefonemas, um deles para Armando Falcão, no Rio. Este telefonou para Hugo Levy, secretário do Governador Carlos Lacerda, que foi acordado e ligou para o Deputado Abreu Sodré. Em São Paulo, contava-se que o levante seria dia 2, e isso foi motivo para novas confusões.

Outro telefonema de Falcão foi para o General Humberto de Alencar Castelo Branco, que comandava o Estado-maior do Exército e terminaria assumindo a Presidência da República. Castelo achava temerário agir sem o apoio assegurado do II Exército, de Amauri Krueel; diante do fato consumado, porém, tomou suas providências, uma das quais foi telefonar para José Luís de Magalhães Lins, sobrinho do Governador Magalhães Pinto e seu representante no Rio tanto para negócios bancários quanto políticos.

BREVE HISTÓRICO DA CONSPIRAÇÃO MILITAR

No plano militar - é claro que não inteiramente desligado dos outros níveis - psicossocial, econômico e político - a conspiração contra o Governo João Goulart era anterior mesmo à sua posse, obtida como solução de compromisso, sob pressão do III Exército e da Rede da Legalidade, do então Governador Leonel Brizola, em 1961.

Os ministros militares que controlaram o país por alguns dias, logo após a renúncia de Jânio Quadros, não admitiam ver Jango presidente. E continuaram não admitindo. Afastados mas não punidos, Odílio Denys, Silvío Heck e Grün Moss prosseguiram sua articulação, utilizando principalmente o apartamento de Denys no Edifício Centenário, em Petrópolis. Lá se encontravam regularmente os três e alguns vizinhos do prédio, o Marechal-do-ar Eduardo Gomes, o jurista Francisco Campos (redator da Constituição do Estado Novo de 1937) e Antônio Neder, que seria mais tarde Ministro do Supremo Tribunal Federal. A estes se juntaram, mais tarde, os generais Osvaldo Cordeiro de Farias e Néelson de Melo.

A decisão de partir de Minas resultou de um encontro realizado em meados de 1963, na sede do Banco Nacional no Rio de Janeiro, entre Magalhães Pinto e Antônio Neder, que representava seus vizinhos militares. Seguiu-se outro encontro, na casa do empresário José Monteiro de Castro. Por estranhos caminhos, obteve-se do desavisado Presidente a nomeação dos generais Guedes e Mourão para Belo Horizonte e Juiz de Fora, respectivamente; Magalhães, de sua parte, tratou de colocar o Coronel José Geraldo no comando da Polícia Militar.

Olimpio Mourão Filho vinha conspirando em São Paulo, com seu próprio "estado-maior revolucionário". Lá tivera ele o desgosto de ver recusada por um grupo de empresários a verba de Cr\$20 milhões pedida para "a revolução": os homens de empresa acharam que era muito pouco para o fim pretendido. E de fato era. De qualquer forma, depor João Goulart tornara-se algo obsessivo para o General Mourão que cuidava do golpe hipotético todas as quartas-feiras, depois de seu habitual passeio pela Praça da Sé.

Na manhã do dia 31, configuradas as preocupações do General Castelo Branco, a grande dúvida era sobre que atitude tomaria o Comandante do II Exército, Amauri Kruehl; nem mesmo Abreu Sodré tinha certezas a respeito. Por via das dúvidas, haviam sido despachados para São Paulo os Generais Cordeiro de Farias, considerado um bom articulador, e Néelson de Melo; este, em caso de necessidade, deveria assumir o comando dos efetivos rebelados em São Paulo. A dúvida contagiava até Magalhães Pinto, homem acostumado a lidar com certezas:

Falei várias vezes com o General Kruehl no dia e na noite de 31. Encontrei sempre um homem angustiado pelo conflito em que vivia: de um lado, estava o seu dever para com o presidente e, de outro, o seu desejo de lutar pelo restabelecimento da ordem e da democracia no Brasil.

As palavras de Magalhães devem ser lidas com as reservas que habitualmente cercam as proposições dos políticos. Tanto quanto devem ser encaradas as informações fornecidas pelo General Riograndino Kruehl, irmão de Amauri. Segundo ele, o então Comandante do II Exército "não relutou nem um instante; ao receber o telefonema do General Castelo Branco dando conta da eclosão do movimento, já dispunha de um plano de mobiliza-

ção de tropas e tinha efetivos prontos para partir".

Outras versões existem para esses eventos que deverão ser esclarecidas. O General Amaury Kruehl, como o General Jujstino Alves Bastos, não colheram por muito tempo os louros de seus feitos de então: ambos pretenderam cargos executivos e, frustrados, passaram à reserva em 1966.

Às 17 horas, as emissoras mineiras, formando uma cadeia que se apelidou de Rede da Legalidade - o mesmo nome usado por Leonel Brizola, três anos antes - divulgou o manifesto de Magalhães Pinto, redigido, ao que consta, pelo jurista da UDN Milton Campos. As tropas estavam em marcha, mas, do Rio, oficiais do Ministério da Guerra telefonavam ao General Mourão Filho perguntando o que se passava. "Nada", respondia ele, na mais ingênua das dissimulações. Magalhães telefonara do Palácio da Liberdade ao Senador Afonso Arinos de Melo Franco, que fora Ministro do Exterior de Jânio Quadros:

Minha conversa com o Senador Afonso Arinos, em Brasília, se resumiu a uma comunicação e um convite: a de que estava em revolução e que desejaria tê-lo no meu Governo porque, se a luta se prolongasse, haveria o estado de beligerância e possíveis entendimentos com países estrangeiros para reconhecer a situação. O senador, imediatamente, transportou-se para Belo Horizonte e foi por mim nomeado e empossado secretário sem pasta, durante os dias da revolução.

A onda de prisões começava em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Os infames arquivos das Delegacias de Ordem Política e Social, onde se misturavam informações verdadeiras, boatos, calúnias e simples erros devidos a homonímia, eram remexidos por policiais e civis direitistas dispostos à vingança - não se sabe exatamente por quais particulares motivos. A infantaria civil da direita (os pequenos funcionários públicos sempre preteridos, os indivíduos da classe média movidos pelo fascínio da identificação com a classe dominante e o exercício do poder, aventureiros que viam uma chance incomum de achar um bom emprego) agia requisitando ônibus, formando patrulhas motorizadas, cometendo toda sorte de abusos. Filas formavam-se diante dos mercados, dirigentes sindicais cuidavam de queimar seus arquivos, livros de Marx, Engels, Paulo Freire, Celso Furtado e até de Jean-Jacques Rousseau desapareciam das estantes. Gente buscava as fazendas do interior e os primeiros exilados batiam à porta de embaixadas e consulados.

Os trabalhadores do porto do Rio pediam armas a Jango. Ele se recusava a entregá-las. Os militares pediam ordens de combate. O presidente recusava. A falta de tiros, ou de resistência, não estimularia porém esta sanha repressiva, que se voltou contra homens como o General Assis Brasil, alvo prévio de uma onda de mentiras. Responsabilizava-se o Chefe da Casa Militar por um suposto dispositivo militar, que ele sempre negou existir. Mourão Filho o acusa de "beber uísque" no Palácio Laranjeiras, enquanto as tropas marchavam contra o Rio. O General Jair

Dantas Ribeiro diz que ele costumava mentir para o Presidente - quando, por exemplo, ficou de conversar com Castelo Branco sobre sua eventual participação numa conspiração contra o Governo, e não o fez.

Por essas fluidas culpas, Assis Brasil foi condenado ao longo ostracismo no bairro de Niterói, em Porto Alegre, a suas aulas de matemática a Cr\$ 10,00 a hora, ao silêncio de 15 anos. Outros conselheiros, porém, teve Jango. Antes de deixar o Rio, ele convocou a palácio e conversou com o então chefe do Estado-maior das Forças Armadas, General Peri Bevilacqua, e com o ex-Presidente Juscelino Kubitschek. Conta Peri Bevilacqua:

Ao chegar ao Palácio Laranjeiras, encontrava-se em audiência com o Presidente João Goulart o ex-Presidente Juscelino Kubitschek. Esperei bastante tempo o fim desta audiência para então ser recebido pelo Presidente João Goulart. Realmente, durante minha palestra com S. Exa., o Ministro Abelardo Jurema (da Justiça) pediu licença e interrompeu nossa conversa, depositando em mãos do Presidente João Goulart um pedaço de papel. S. Exa. leu e virou-se para mim, dizendo: "O General Mourão acaba de publicar um manifesto exigindo a minha renúncia. Estará isso direito?" Eu respondi, então, dizendo: "Sou muito amigo do General Mourão. O General Mourão é de Diamantina, da mesma terra do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, ambos foram muito amigos. O General Mourão aprendeu a ler com a mãe do Presidente Juscelino e o Presidente Juscelino aprendeu o bê-a-bá com a mãe do General Mourão." A palestra com o João Goulart prolongou-se e eu fiz sentir ao presidente que ainda era possível uma solução política pra aquela situação grave.

Tanto Bevilacqua, militar de formação positivista, quanto Juscelino Kubitschek propuseram a Jango, naquela tarde de 31 de março, que rompesse com a Confederação Geral dos Trabalhadores e com os sindicatos, passando a governar apoiado nos partidos políticos e nas Forças Armadas. Tal proposta indica apenas o desconhecimento da profundidade da conspiração e de seus fins. Viam apenas o golpismo de Mourão Filho, o anticomunismo de Carlos Luís Guedes, as ambições de Odílio Denys. Não viam que esses sentimentos e personagens estavam mobilizados por interesses maiores, a serviço de uma mudança institucional profunda. Poucas pessoas, aliás, tinham consciência do processo em sua integridade, e nenhuma delas aparecia, naquele instante, à frente de tropas.

Dos três governadores envolvidos na conspiração aparente - Magalhães Pinto, Carlos Lacerda e Adhemar de Barros - Magalhães era talvez o mais esclarecido quanto a isso, dada sua posição como banqueiro. Foi também o único a não ser tragado nos desdobramentos pela tempestade que apenas se iniciava. O que não impede o realismo profético de alguns observadores distantes do primeiro plano do drama. João Saldanha, jornalista desportivo que chegaria a ser técnico da Seleção Nacional, dizia, na mesma tarde de 1º de abril:

Vem aí um longo, muito longo inverno.

Saldanha sempre soube das coisas.

A tecla da aproximação com os comunistas, a confusão entre estes e os sindicatos, as ligas camponesas, as provocações de sargentos, subtenentes e marinheiros - tudo isso era muito próprio do clima ideológico da época. A reconstituição do diálogo telefônico (teriam sido três telefonemas sucessivos) entre Jango e Amauri Kruel revela a insistência do mesmo tema:

- Presidente, o senhor é capaz de prometer-me que vai-se desligar dos comunistas, além de decretar medidas concretas a esse respeito?

- General, sou um homem político. Tenho compromissos com os partidos e não posso abandoná-los ante a pressão dos militares. Não posso também deixar de lado as forças populares que me apoiam.

- Então, presidente, nada posso fazer. E isto é a opinião dos generais aqui presentes.

- Por que o general não vem ao Rio conferenciar comigo e com os demais comandantes do Exército? Creio que arranjaríamos as coisas.

- Não posso atender, Presidente. Tenho compromissos com a linha de conduta que tracei desde quando Ministro da Guerra, contra o comunismo, em defesa do Exército, e não posso traí-la.

João Goulart, incapaz de assumir a qualquer momento uma atitude efetivamente revolucionária (o que desmente, na prática, sua suposta ambição de poder e a intenção séria de levar adiante uma "república sindicalista", outro chavão daquele tempo), tinha, no entanto, certeza de que, se cedesse, estaria apenas adiando um fim melancólico. Perderia o apoio dos sindicatos, dos trabalhadores organizados, dos intelectuais vanguardistas (homens como San Thiago Dantas ou Darcy Ribeiro), mas jamais seria aceito pelos grupos que, por detrás do pano, moviam os cordões, há muito tempo, acionando fantásticos dispositivos para o controle da opinião pública e dos aparelhos do Estado.

Kruel demorou até meia-noite para, finalmente, proclamar sua solidariedade ao golpe. Essa demora incompatibilizou-o com a vaga direitista que, por alguns anos, tomaria o poder através de comissões de devassa, inquéritos, perseguições pessoais e, afinal, de alguma ação contra a guerrilha urbana e rural. Sua amargura era evidente. Ao passar por Resende, no comando das tropas, a caminho do Rio, telefonou para o Senador Barros Carvalho, líder do Governo no Senado, para dizer-lhe:

- Barros, preciso dar-lhe uma explicação. Não faça mau juízo de seu amigo. Não sou um traidor, não traí o presidente. As circunstâncias...

Barros desligou o telefone.

O DESFECHO MILITAR: A GUERRA SEM TIROS

Estranha missão tinham as tropas legalistas despachadas para enfrentar mineiros e paulistas a caminho do Rio. Levavam ordem pra não atirar, porque o Presidente não queria derramamento de sangue. Não havia também por que lutar, já que o golpe era dado em nome do Exército, da Pátria, da democracia, e nada, de fato, se assemelhava a uma consciência revolucionária nas Forças Armadas, apesar das ruidosas sargentadas.

Nem mesmo o Palácio Guanabara, onde se alojava o Governador Carlos Lacerda e seu séquito de ardorosos aficcionados, sob a liderança do Secretário de Segurança, Gustavo Borges, foi incomodado. Pelo contrário, o governador falava pelo rádio. No começo da noite do dia 31, Borges comunicou-lhe que o Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, mandara o Almirante Cândido Aragão, Comandante dos Fuzileiros Navais, atacar o Palácio. Aragão era odiado por suas ligações com os praças (na verdade, entrara na Marinha pela base da hierarquia, sem passar pela Escola Naval) e dispunha de pelo menos dois batalhões eficientes, o Humaitá e o Riachuelo. O ataque não houve, mas, para proteger-se dele, o General Mandim, nomeado por Lacerda "comandante da praça" do Palácio, armou um esquema defensivo de eficácia mais que duvidosa: distribuiu armas entre os entusiastas do governador (que se armou, ele próprio, com uma metralhadora, embora confessadamente não soubesse lidar com ela), distribuiu caminhões de lixo pelas vizinhanças e mandou arrancar e amontoar paralelepípedos nas ruas "para impedir a passagem dos tanques".

Na margem mineira do Rio Paraíbuna, a vanguarda dos efetivos de Juiz de Fora, sob o comando do General Antônio Carlos da Silva Murici, havia-se disposto em formação de combate desde as 17 horas. A primeira tropa a chegar, do outro lado, era o 1º Batalhão de Combate de Petrópolis: oficiais parlamentaram no alto da ponte e parte se passou para o lado dos revoltosos. Muitos ficaram, porém, em Três Rios, esperando reforços, que logo chegariam: 25 caminhões cheios de soldados e rebocando canhões de 120 milímetros do Grupamento de Obuses e mais 22 caminhões do Regimento Sampaio, o 1º Regimento de Infantaria. O comandante desse contingente era o menos indicado possível, no caso: o Coronel Raimundo Ferreira de Souza, que fora assistente do General Odílio Denys no Ministério da Guerra.

Em Três Rios, logo após sua chegada, o Coronel Raimundo foi procurado pelo bancário Milton Batista da Costa, filho do Coronel João Batista da Costa, assistente do General Mourão Filho. Pedia-lhe que telefonasse para Juiz de Fora, para parlamentar com o pai. O oficial fez isso, mas quem atendeu o telefone foi o próprio Odílio Denys:

- Estou em Juiz de Fora, chefiando a Revolução. Desejo saber se o meu amigo está ao lado do Brasil, contra o comunismo, ou se está ao lado de João Goulart, com o comunismo.

- Estou onde V. Exa. estiver. Agora, eu me encontro em Três Rios para receber ordens de V. Exa., para serem cumpridas por mim e por minha tropa.

Assim aderiram os efetivos acantonados em Três Rios - muito mais adestrados que as tropas mineiras. Um pouco diferente foi a situação em Areal, perto de Petrópolis, última linha defensiva antes do Rio. Para lá fora enviado o General Moraes Âncora, Comandante do I Exército, para barrar a ofensiva dos mineiros.

Em princípio contava Cunha Melo com efetivos mais do que suficientes: 1º, 2º e 3º Regimentos de Infantaria e mais uma unidade blindada. Na prática, o 1º Regimento (Regimento Sampaio) já partira, sob o comando do Coronel Raimundo, e a unidade blindada deixara o subúrbio de Marechal Hermes com a missão de barrar, em Resende, o avanço das forças do General Kruel. Ainda assim, o comandante seguiu para o Belvedere da Rio - Petrópolis, uma garganta que lhe assegurava boa posição estratégica. Lá soube da adesão do Coronel Raimundo e encontrou, entre seus oficiais, alguns dispostos também a aderir. Era já dia 1º quando chegou um emissário do General Murici propondo-lhe que se rendesse.

Cunha Melo não estava disposto a isso. Tinha ordens escritas para lutar, e lutaria. Telefonou, porém, para o General Âncora. Não estava. Ligou então, para o General Assis Brasil, que lhe disse: "Faça o que quiser". Diante de tal dispersão do dispositivo superior, achou o general que seria mais realista do que o rei se insistisse. Mandou a tropa se recolher aos quartéis e foi para casa.

Às 10h30m da manhã do dia 1º, João Goulart reuniu-se, no Palácio Laranjeiras, com o Comandante do I Exército, General Moraes Âncora, o Ministro da Marinha, Almirante Paulo Mário Rodrigues (nomeado dias antes, após o levante dos marinheiros, e que presidia até então o Tribunal Marítimo), o Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Anísio Botelho e com o General Genaro Bontempo, que respondia pelo Ministério da Guerra no impedimento, por doença, do General Jair Dantas Ribeiro. O encontro terminou pouco depois do meio-dia; pouco depois, retornavam o General Bontempo e o Brigadeiro Botelho, para avisarem o Presidente que era iminente a queda da cidade. Jango saiu em mangas de camisa (um contínuo levou-lhe o paletó no carro) rumo à III Zona Aérea, no Aeroporto Santos Dumont, onde embarcou em um Avro, no rumo de Brasília.

O General Jair Dantas Ribeiro, internado no Hospital dos Servidores do Estado, foi outro que deixou Jango no último momento. De seu quarto, pelo telefone, disse que garantiria o Presidente, se ele extinguisse a Confederação Geral dos Trabalhadores. O mesmo Jair afiança que, se estivesse no Ministério, o levante mineiro teria sido rapidamente sufocado. Mas revela que, mesmo se não tivesse caído doente, não estaria, então, em seu Gabinete: tinha um convite para ir ao exterior, no início de abril. Um convite

dos Estados Unidos, naturalmente.

Em Pernambuco, o governador Miguel Arraes foi preso às 20 horas do dia 1º e levado, no Volkswagen de seu cunhado, para o presídio do quartel do Socorro, em Jaboatão. Era um dos mais odiados líderes trabalhistas. No Rio Grande do Sul, a cidade de Porto Alegre permanecia sob o controle de Leonel Brizola e do general Ladário Teles. O Governador Ildo Meneghetti, representante das oligarquias locais solidárias com o golpe, deslocara-se para Passo Fundo, na chamada *Operação Farroupilha*, e agia em coordenação com um oficial rebelde, o general Poppe de Figueiredo.

O episódio do Palácio da Guanabara não terminou, porém, sem mais um incidente bizarro. O Coronel Quaresma, Chefe do Estado-maior da Polícia Militar, diante do clima de terror estabelecido nas hostes palacianas, enviara para lá algumas centenas de soldados, com a tarefa de formar uma linha de defesa no morro dos fundos. Esses soldados foram confundidos com os "fuzileiros do Almirante Aragão" e a eles, pelos alto-falantes, o Governador Lacerda dirigiu surpreendente discurso:

O Palácio Guanabara está sendo atacado neste momento por um bando de desesperados. Fuzileiros, deixem suas armas, porque vocês estão sendo enganados por um oficial inescrupuloso. Aragão covarde, incestuosos, deixe os seus soldados e venha decidir comigo essa parada. Quero matá-lo com o meu revólver, ouviu? De homem para homem. Os soldados nada têm a ver com isso.

Felizmente para o Governador, era de madrugada, e pouca gente ouviu (pela rádio que transmitia do Palácio) esta fala curiosa. E também reveladora: a palavra "incestuoso" dá a medida do nível a que chegara a campanha de calúnias, no auge da paixão política. No mais, o Rio seria uma festa, a julgar pelo que acontecia nos bairros da Zona Sul, Grajaú e Tijuca, onde se concentram os segmentos da classe média. Não era uma festa, em absoluto, nos bairros operários: muita gente demorou a chegar em casa, no dia 1º, porque havia greve de ônibus e trens. Os que chegaram foram logo dormir: não tinham o que comemorar. Alguns, como os estivadores, guardavam seus próprios ressentimentos, de vez que haviam passado o dia tentando inutilmente obter armas para defender o Presidente. Este as negara, e fora embora.

A partir de um centro de comando montado na Rua Duvivier, 43, esquina de Nossa Senhora de Copacabana (um conjunto de três apartamentos interligados, com saída, por via das dúvidas, para os consulados da Espanha e da Finlândia, no mesmo prédio), grupos paramilitares entravam em cena. Incendiaram o edifício da união Nacional dos Estudantes, na Praia do Flamengo, onde, por muitos anos, funcionaria uma escola de teatro: o ódio contra a UNE é tão renitente que, ao ocorrer a abertura política, misteriosos interesses se articularam para conseguir que o prédio fosse demolido. Depredaram e tentaram incendiar a sede da *Última Hora*, de Samuel Weiner, na Rua Sotero dos Reis, perto da Praça da Bandeira. No Forte de Copacabana, com um tapa na cara do sentinela, que não tinha nada com

isso, o Coronel Montanha tomava o Forte de Copacabana, em cena transmitida ao vivo pela TV-Rio, canal 13.

Em Resende, a meio caminho do Rio para São Paulo, os generais Morais Âncora e Amauri Krueel parlamentavam. O desfecho dessa parlamentação era óbvio, tanto quanto o juvenil orgulho dos cadetes da AMAN postos na primeira linha das forças rebeldes. Ali haviam-se encontrado as duas vanguardas: do lado legalista, forças em tese poderosas, às ordens do General Anfrísio de Rocha Lima. Na iminência do combate, passara pela cabeça dos paulistas retirar os cadetes para a retaguarda, mas foi o General Garrastazu Médici, futuro presidente da República, quem não o permitiu:

Não faça isso. Até agora o Anfrísio não passou porque os rapazes estão usando um argumento muito forte. Dizem para as tropas do lado de lá: somos cadetes, vocês vão nos matar? Ainda não houve um tiro.

Âncora chegou na tarde do dia 1º, de automóvel. Às 15 horas, duas horas e 15 minutos após Jango ter embarcado para Brasília, a Rádio Nacional havia sido ocupada pelos grupos rebeldes que se apossavam da cidade. Por ela - quem falou primeiro ao microfone identificou-se como "um major" - , o Comandante do I Exército ouviu, no rádio do carro, que "Jango renunciara"; falava-se de carnaval nas ruas. Ligou, então, para São Paulo: a mesma festa. Para Belo Horizonte: a Rádio Inconfidência transmitia o anúncio, pelo Deputado José Bonifácio, de que "até que enfim o país está livre com a renúncia de Jango".

Não era verdade, mas Âncora convenceu-se da renúncia. ficou até magoado por não ter sido avisado dela diretamente por Jango. E, quando parou finalmente com Krueel, às 18 horas, tratou apenas de detalhes sobre a retirada de seus efetivos. Novamente sem um tiro.

O CONGRESSO FEZ DE CONTA QUE NÃO HOUVE GOLPE

Ao chegar a Brasília, o Presidente João Goulart foi recebido formalmente. No Palácio do Planalto, os oficiais da guarnição saudaram-no de pé. Mas ele foi para a Granja do Torto, preferindo, em lugar de cuidar da resistência armada, tratar da questão em seu próprio terreno, o político. Chamou Tancredo Neves, a quem confidenciou que só podia contar com o Rio Grande do Sul:

A Revolução não é contra mim, é contra as reformas. se renunciássemos a elas, continuaria. Se quisesse restringir prerrogativas dos trabalhadores, continuaria. A lei que regulamentou a remessa de lucros para o exterior está na base do movimento militar. A CIA está inspirando tudo.

Num encontro de que participaram, além de Jango e Tancredo, Almino Affonso e Doutel de Andrade, foi redigido um documento (Almino escreveu à mão, porque não havia datilógrafo e sua letra era mais legível) que o Presidente gravou, em seguida, com voz cansada. Era uma declaração ao povo. Em seguida, foram todos até o Aeroporto, acompanhados de oficiais da Casa Militar. Tentaram por meia hora fazer pegar o avião, até constatarem que ele havia sido sabotado. Mudaram para um aparelho menor, que não tinha autonomia para voar direto a Porto Alegre, último refúgio imaginado por Jango.

De volta ao Aeroporto, após despedir-se de Goulart, Tancredo Neves tomou conhecimento de que o Presidente do Congresso, Auro de Moura Andrade, reunira-se com elementos do PSD e UDN, deixando o PTB de fora. Procurou parlamentares petebistas, instruindo-os para tentarem uma obstrução, ganhando tempo. Pediu a Dary Ribeiro, Chefe da Casa Civil, que dirigisse ofício a Moura Andrade, comunicando a viagem presidencial ao Sul; pretendia, com isso, evitar que o cargo fosse deixado vago.

Quando o Congresso se reuniu, apesar dessa carta, a sessão durou apenas dez minutos. Instruídos por Pedro Aleixo, Moura Andrade declarou vago o cargo. Eis o registro no *Diário do Congresso* de 3 de abril de 1964, página 90:

O Sr. Presidente: Atenção, senhores deputados, serei forçado a suspender a sessão até quando a calma volte ao plenário, para que esta presidência possa cumprir o seu dever de fazer a comunicação e a declaração que lhe cabe nesta hora angustiosa da vida brasileira. Está suspensa a sessão. O Sr. Presidente: Está reaberta a sessão. Comunico ao Congresso Nacional que o Sr. João Goulart deixou, por força dos notórios acontecimentos de que a nação é conhecedora, o Governo da República. (Aplausos prolongados. Protestos. Tumultos.)

Sobre a mesa, o ofício de Darcy Ribeiro, que será lido pelo primeiro-secretário. (À leitura segue-se questão de ordem do Deputado Sérgio Magalhães, que provoca ásperos debates com Auro, que toma a palavra novamente).

A acefalia continua. Há necessidade de que o Congresso Nacional, como poder civil, imediatamente tome a atitude que lhe cabe, nos termos da Constituição, para o fim de restaurar, na pátria conturbada, a autoridade do Governo, a existência do Governo. Não podemos permitir que o Brasil fique sem governo, abandonado. Recai sobre a mesa a responsabilidade pela sorte da população do Brasil em peso. Assim sendo, declaro vaga a Presidência da República e, nos termos do Artigo 79 da Constituição Federal, investido no cargo o presidente da Câmara dos Deputados, o Sr. Ranieri Mazzilli. Está encerrada a sessão.

Estavam presentes 212 congressistas, sendo 29 senadores e 183 deputados, muitos dos quais se deslocaram em seguida (eram 3 horas da ma-

nhã do dia 2 de abril) pra o Palácio do Planalto. Lá Darcy Ribeiro, o Procurador-Geral da República Cândido de Oliveira Neto e o Tenente-coronel José Ramos Avelar cortaram a luz, mas Mazzilli foi empossado às 3h45m, com as lâmpadas acesas. Às 4h10m, Darci e Valdir Pires deixaram o Palácio, derradeiros funcionários de confiança do Governo deposto.

Tal como acontecera em 1961, Ranieri reinou sem governar. Já no dia seguinte, o poder real era exercido por uma junta constituída pelo Brigadeiro Correia de Melo, Almirante Augusto Rademaker e General Arthur da Costa e Silva, que assumira o Ministério da Guerra por ser o oficial mais antigo. A 11 de abril, o Congresso elegeu presidente o General Humberto de Alencar Castelo Branco, por 361 votos contra três: ele tomou posse dia 15.

NA IMINÊNCIA DO GOLPE, O PAPEL DA CIA

A armadilha em que caiu o Governo João Goulart, sobretudo ao romper com as bases rurais da aliança PTB-PSD, foi longamente tramada e data da conspiração que levou Getúlio Vargas ao suicídio. Em março de 1964, a situação estava madura para a deposição do Presidente. Ele mesmo adivinhava isso, como confessou na manhã do dia 13, pouco antes do Comício das Reformas, que levou à praça em frente à Central do Brasil mais de cem mil pessoas: "Hoje vou correr um risco. O máximo que me pode acontecer é a deposição. Eu não renuncio nem me suicido." No comício ele anunciaria um elenco de medidas destinadas a dar conseqüência ao Plano Trienal preparado em fins de 1962 pelo economista Celso Furtado, quando ainda era ministro sem pasta do Gabinete Parlamentarista de Hermes Lima (depois, de janeiro a junho de 1963, ocuparia o Ministério do Planejamento). O plano abrangia mudanças administrativas, tributárias, financeiras e agrárias, definidas pelo historiador norte-americano Thomas Skidmore como "essenciais tanto por seu papel de remover barreiras institucionais ao futuro desenvolvimento econômico quanto por sua contribuição à justiça social".

As medidas que Jango anunciou, no palanque, ao lado de sua mulher que, vestida de azul, pela primeira vez comparecia a um comício, eram

(1) a encampação de todas as refinarias de petróleo particulares, medida de sentido principalmente simbólico, de vez que as unidades atingidas eram poucas e de pequena produção;

(2) a desapropriação das terras de propriedades de mais de cem hectares localizadas numa faixa de dez quilômetros à margem das rodovias federais, bem como das propriedades de mais de 30 hectares situadas nas zonas de bacias de irrigação dos açudes públicos federais, com o pagamento em títulos reajustáveis do Tesouro;

(3) a desapropriação de todos os imóveis urbanos mantidos vazios pelos proprietários em face do congelamento dos aluguéis.

Além disso, o Presidente reclamou uma reforma na Constituição:

É antiquada porque legaliza uma estrutura econômica já supera-

da, injusta e desumana. O povo tem que sentir a democracia que ponha fim aos privilégios de uma minoria proprietária de terras. Quer participar da vida política através do voto; poder votar e ser votado.

Ao conflito aberto com os oligarcas rurais, logo se somaria o desfecho da questão militar que vinha sendo tramada há muito tempo. Na noite de 25 de março, cabos, marinheiros e fuzileiros navais comemoravam, no Sindicato dos Metalúrgicos, em São Cristóvão, o 2º aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, que fora declarada ilegal pelo Ministro da Marinha, Almirante Silvio Mota.

A ordem para prender os 40 praças que haviam organizado a solenidade foi habilmente manipulada pelo cabo-agente da CIA terceiranista de Direito José Anselmo dos Santos pra provocar uma rebelião desarmada de seus colegas. Eis uma amostra da retórica de José Anselmo:

As autoridades reacionárias, aliadas ao anti-povo, escudadas em regulamentos arcaicos e em decretos inconstitucionais, qualificam a nossa entidade de subversiva. Será subversivo manter cursos para marinheiros e fuzileiros? Será subversivo dar assistência médica e jurídica? Será subversivo visitar a Petrobrás? Será subversivo convidar o Presidente para dialogar com o povo fardado?

Um especialista em análise semântica logo verificará, neste trecho, o objetivo claro de indispor a oficialidade com a Petrobrás e com o Presidente da República, aproximando-a dos grupos mais conservadores. Mas esse radicalismo comoveu a platéia, e mais que ela. Um choque de fuzileiros foi disposto em linha, em frente ao prédio do Sindicato, para desalojar os colegas. Estavam armados e os do outro lado do muro não estavam.

Mas os apelos funcionaram mais do que as armas: a certa altura, alguns praças do choque largaram no chão as metralhadoras e saltaram para o outro. Muitos fizeram o mesmo. A conseqüência disso - o atestado da incapacidade da Marinha para controlar a situação - teve imediatamente conseqüências. Tropas do Exército deslocaram-se para as ruas próximas e a tensão afinal se desfez. Ou se transferiu.

Ela teria continuidade no banquete dos 40 anos da Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar, a 30 de março. Havia muitos uniformes verdes ao lado das fardas cáqui. Jango compareceu, fez seu discurso e fechou a urdidura da trama.

PARECE QUE SABEMOS TUDO, MAS FALTA SABER MUITA COISA

O leitor que até agora viu contado com tantos nomes e incidentes o que se passou naquele final de março e início de abril, estará perguntando porque iniciamos este relato dizendo que ainda é muito cedo para saber tudo o que acontecia então. O detalhamento, nomes e incidentes podem ser

muito ilustrativos, mas esclarecem pouco. Em termos militares, a força reunida pelo General Mourão, ainda que somada à do General Guedes, não seria bastante para ameaçar o I Exército. Por outro lado, por mais democrático que seja um governo, ele tem meios de vigilância sobre conspirações a tal ponto escancaradas - se não em seu aspecto empresarial-político, ao menos no âmbito militar.

Por que tudo falhou? Como se explicam os desencontros, o fato, por exemplo de a vanguarda enviada a Três Rios estar sob o comando de um oficial de confiança do General Odílio Denys, notório inimigo do Presidente da República? Que fatores terão levado o General Amauri Kruehl a se decidir pela marcha contra o Rio de Janeiro? As respostas são complexas. Sabe-se, porém - e não há mais dúvida quanto a isso a partir de meados da década de 70, quando alguns documentos da época foram liberados, nos Estados Unidos - que a articulação do golpe teve a ajuda de especialistas norte-americanos, em toda linha. Destacadamente, o General Vernon Walters, oficial de inteligência especializado em militares latino-americanos.

Quando os fatos de abril se passavam, uma esquadra americana estava pronta pra alcançar a costa brasileira, a pretexto de dar assistência aos súditos americanos; contava ser bem recebida em Recife.. Em 1981, o Embaixador Lincoln Gordon praticamente confirmou isso, com as naturais reservas diplomáticas, numa entrevista à revista *Veja*:

É possível que tenha ocorrido algum movimento da frota, mas isso se deveria ao fato de que, na época, existiam 40 mil americanos no Brasil e toda Embaixada tem sempre um plano de retirada de emergência para nacionais. Esse plano é atualizado de seis em seis meses. No caso do Brasil, pelo tamanho do país, tínhamos um plano bastante complexo. As ameaças de Leonel Brizola contra o Peace Corps me preocupavam. Pensei na hipótese de uma guerra civil e, nesse caso, os cidadãos americanos tinham de ser retirados. Portanto, é possível que a nossa Marinha tenha pensado em ajudar nessa operação.

Os depoimentos prestados ao Congresso americano são mais esclarecedores. Aos congressistas, Gordon deixou claro que, além de apoiar o movimento golpista, pensava na hipótese de intervenção, tão logo se caracterizasse a divisão do País. Isto significa que, se João Goulart tivesse resistido no Rio, em Brasília ou em Porto Alegre, o conflito interno poderia internacionalizar-se, mais ou menos como aconteceu, tempos depois, em São Domingos.

Jango sabia disso. San Thiago Dantas, um dos homens mais sérios dentre os que o cercavam, advertiu-o, no dia 31 de março, para a evidência da atuação do Departamento de Estado no episódio. "Não é impossível", disse, "que o Departamento de Estado venha a reconhecer a existência de um outro governo em território livre do Brasil". Livre de quê? Do *comunismo*. Em maio de 1964, depondo no Congresso americano, o Subsecretário de Estado para a América Latina disse:

Quando assumi, em 1964, estávamos conscientes da erosão rápida do Brasil para o comunismo. Tínhamos, já antes de eu chegar ao Ministério, começado a executar uma política de auxílio a certos governos estaduais (como se vê mais adiante, no depoimento, os de São Paulo, governado por Adhemar de Barros, e da Guanabara, por Carlos Lacerda). Não demos qualquer apoio ao Governo federal, seja relativo ao balanço de pagamentos ou ao orçamento, coisas do tipo que beneficiassem Goulart. Tudo foi cortado.

Logo após o golpe, a missão militar americana se reduziria de 54 oficiais e praças a um terço disso, enquanto a Embaixada reduziria seus efetivos de 920 para 527 pessoas. Os *corpos da paz*, que reuniam milhares de voluntários na tarefa de ajudar o Nordeste, saíram do noticiário e logo deixariam de atuar na região.

A preocupação com a situação nordestina é característica da perspectiva norte-americana com relação ao Brasil. Supunham os estrategistas dos EUA que, sendo aquela região a mais pobre e estando no Governo de Pernambuco Miguel Arraes, dali poderia partir uma rebelião popular capaz de empolgar o País. Pelo contrário, o pacto de dominação vigente no sertão nordestino resistiu a Arraes, às Ligas Camponesas do Deputado Francisco Julião, aos esforços de alfabetização engajada do Professor Paulo Freire - e a mais coisas resistiria. As revoluções populares ocorrem não onde a miséria está historicamente estabelecida, mas onde segmentos da população empobrecem, confrontando estruturas de controle inadequadas para as novas e mais brutais regras do jogo. Assim, o Sul tem sido fonte freqüente de revoluções, porque ali se conjugam elementos objetivos tais como melhor nível de informação, maiores ambições de consumo, maior mobilidade social e maior concentração de efetivos militares.

Mais do que o êxito rapidamente alcançado, a profundidade da conspiração seria revelada, após 1964, pelas medidas que o Governo adotou, no campo social e econômico. Quanto a isso, a primeira preocupação foi liquidar a máquina sindical - e isto se tornou muito fácil dada sua dependência em relação ao Ministério do Trabalho.

Líderes presos, a Confederação Geral dos Trabalhadores fechada, a repressão nas empresas estatais que forneciam o maior contingente para as greves dos tempos de Jango: tudo isso funcionou muito bem.

Mas o que desarticulou realmente o movimento operário foi a recessão econômica, o temor do desemprego que tirou substância das reivindicações salariais antes colocadas sempre no primeiro item das listas de decisões das assembléias.

E, quando a economia se reativou, as condições já eram outras: fora-se a estabilidade no emprego, haviam desaparecido os líderes combativos, uma atmosfera pesada impunha o silêncio nas fábricas e oficinas, estavam cortados os canais de comunicação entre os operários e os grupos de esquerda da classe média. Estes foram à luta sozinhos, para a aventura das passeatas e o desastre final da guerrilha. Em 1968, quando a Avenida

Rio Branco, no Rio de Janeiro, se encheu de manifestantes, as indústrias trabalhavam normalmente.

Não que se tivesse imposto uma impossível paz nas relações trabalhistas. Mas as entidades de empresários, cientes de sua presença no Poder, tornaram-se mais intransigentes nas negociações. E, a certa altura, o Governo deu-lhes todo respaldo, decretando a punição das firmas que concedessem a seus empregados aumentos maiores que os parcos índices oficiais.

Na primeira quinzena de setembro de 1965, diante de um pedido de reajuste salarial de 120 por cento, as metalúrgicas do Rio de Janeiro recusaram-se a conceder apenas 34,8 por cento, propostos pelo Tribunal Regional do Trabalho. No mesmo dia, o Delegado Regional do Trabalho, Jorge Mafra Filho, demitia-se porque "os comunistas e agitadores retornavam aos sindicatos e federações através das eleições" então em curso. E completava:

As chapas inscritas para as eleições sindicais - compostas de elementos sabidamente comunistas, mas não visados - têm uma grande arma a seu favor: o descontentamento gerado nos meios operários, acarretado pela rigidez da política salarial. O problema está assim: o Governo, para sanear a economia do País, está sacrificando financeiramente os trabalhadores, e é muito difícil convencer a quem está sofrendo no bolso das vantagens que poderão advir, num futuro remoto, com as medidas restritivas adotadas.

A referência a "comunistas não visados" se explica: os *comunistas* (a palavra deve ser tomada em sentido muito amplo, e como era costume naquele tempo) conhecidos estavam presos. Por outro lado, a solução recomendada era a não realização de eleições nos muitos sindicatos sob intervenção. De fato, não houve eleições em vários deles; em outros, através de manobras de toda sorte, conseguiram-se eleger chapas *moderadas*, o mais das vezes compostas por elementos das próprias juntas interventoras. E o temor da intervenção, do desemprego, da prisão, mantinha as lideranças restantes inativas, extremamente cautelosas.

A queda da estabilidade determinou reações locais. A medida já era conhecida dias antes do 1º de maio de 1966. Em 20 de abril, alguns milhares de pessoas - os jornais da época, que sempre faziam as contas a menos, falam em cinco mil - reuniram-se na Praça Princesa Isabel, em São Paulo, identificadas por faixas e cartazes com os nomes de sindicatos, federações e confederações de todo o Estado. O jurista Cesarino Júnior, professor de Legislação Social da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, expressou, em discurso, um ponto de vista partilhado por muitos outros especialistas em Justiça do Trabalho, como, no Rio, Délio Maranhão. Disse ele:

Concordo que é preciso aperfeiçoar o instituto da Estabilidade, mas jamais destruí-lo. A segurança do trabalhador está na permanência no emprego e não na permanência do salário. O verdadeiro

trabalhador não quer a miséria do salário-desemprego.

A legislação que afinal seria baixada - instituindo o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - era pior do que a esperada por Cesarino. Nela não se falava de salário-desemprego e virtualmente se desobrigariam os empregadores de indenizar seus funcionários demitidos, transferindo esse encargo a uma conta do Banco Nacional da Habitação. Criava-se um enorme fundo que, adiante, financiaria o "milagre brasileiro".

A própria escolha de um jurista como orador oficial de uma concentração operária dá a medida do temor que pairava sobre a praça paulista. Um panfleto foi distribuído, afirmando que "o nosso povo trava uma luta de vida ou morte contra a opressão e o domínio do capital norte-americano". Foi o bastante para que a comissão organizadora dissesse, pelo alto-falante, que "não se responsabilizava por elementos estranhos aos trabalhadores" os quais, com os panfletos, pretendiam "aumentar ainda mais a confusão no País".

Os manifestantes, imersos nesta confusão, lembravam Getúlio Vargas (como nesta faixa, do Sindicato dos Chapeleiros de Limeira: "Em defesa da estabilidade, herança de Getúlio Vargas aos trabalhadores"), buscavam o apoio de seus patrões (como neste cartaz dos empregados da indústria nitroquímica, que havia despedido 700 operários estáveis: "O Senador José Ermínio de Moraes, defensor intransigente da estabilidade, deve provar seu amor aos trabalhadores fazendo justiça aos operários da Nitroquímica"), aplaudiam Adhemar de Barros, governador engajado no golpe e cujo populismo parecia ser a última esperança (esse mesmo populismo não impediria a cassação dos direitos políticos de Adhemar) e vaiavam os nomes do Presidente Castelo Branco e de seu ministro Roberto Campos, artífice do "tratamento de choque" econômico.

O tratamento de choque atingiu níveis insuportáveis. Em 1966, o Cardeal Jaime de Barros Câmara, prelado conservador que dirigia a arquidiocese do Rio de Janeiro, declarava, ao autorizar a "Marcha da Família com Deus contra a Carestia", uma réplica da "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", que antecedeu a derrubada do Governo Goulart:

Elas (as organizadoras) dirigem orfanatos, asilos e outras instituições de caridade. Devem sentir agudamente os problemas das donas-de-casa que pretendem obter do Governo medidas razoáveis para diminuir ou, pelo menos, sustar a alta dos preços dos mantimentos indispensáveis, dos gêneros de primeira necessidade. Não proíbo nem oficializo. Proibir? Poderia parecer que desconheço a triste situação do povo, ou que não sinto em meu coração, bem de perto, este problema que me atinge também, como, por exemplo, no sustento dos meus seminaristas.

Tipos estranhíssimos afloravam, naquela época, ocupando cargos importantes. Uma entidade civil, a CADEP, foi criada nas principais cidades para tabelar preços por consenso dos comerciantes, fora do âmbito dos

controladores oficiais. Essas tabelas subiam com tal rapidez que em São Paulo os fiscais do Governo andaram multando algumas lojas. Isto gerou um protesto do dirigente da CADEP paulista, Hermínio Ferreira Neto que, depois de se dizer apoiado "pelo Governo Central" concluía com uma frase que costumava aparecer em ofícios do III Reich alemão: *Mit Gott und Vaterland dad* ("Com Deus e a Pátria, saudações").

A marcha da Família com Deus contra a Carestia, organizada pelas damas religiosas que se reuniam, para suas assembléias, no Clube Sírio e Libanês, significou uma virada da opinião pública de classe média que, esquecida da euforia com que saudara a queda de Jango, cuidava agora das frustrações do estômago. Apesar do apoio do Cardeal, a Marcha, que se realizou a 29 de abril, não conseguiu passar dos portões do Palácio Laranjeiras; ali foi permitido o contato de sete senhoras com um capitão, "em nome do Presidente Castelo Branco". Como havia mudado o Brasil! Se não, leia esse trecho do noticiário do *Jornal do Brasil* do dia 30, prestando atenção no uso de palavras como "proteção", "certa energia", "ânimos exaltados" e "arruaceiros":

Marcada a concentração para as 15 horas, só começou às 16h45m, com número de pessoas que não ultrapassava a casa dos dois mil, sob a proteção ostensiva de 240 policiais da Polícia Militar, comandados pelo Tenente-coronel Coni, um dos primeiros a chegar ao Largo do Russel, juntamente com um pequeno grupo de senhoras que tinha à frente a líder do movimento, Sra. Maria Antonieta Franklin Leal.

Em meio às poucas pessoas que procuravam se reunir em torno da estátua de São Sebastião, sob duas discretas faixas de matéria plástica que diziam "Campanha contra a Carestia", agentes do DOPS transitavam disfarçados de operários e fotógrafos da Imprensa.

Muito nervosa, D. Maria Antonieta enfrentou a primeira dificuldade ao tomar conhecimento de que a pessoa encarregada de trazer as cópias de seu manifesto "tinha sofrido um enfarte". O segundo problema relacionava-se com os 30 ônibus especiais que retornavam vazios dos 15 pontos onde foram buscar manifestantes.

Na hora da saída, a terceira dificuldade apareceu, provocando uma frase irritada de uma senhora que tentou, por quase cinco minutos, acender uma vela enorme, de mais de um metro e meio, com um metro de pavio. Finalmente, conseguiu acender a vela e a passeata teve início.

O primeiro incidente ocorreu por volta das 16h30m, quando a Polícia apreendeu três faixas com os dizeres "Com Deus pela estabilidade", "Borghoff e Roberto Campos, gênios da fome e da intranqüilidade do povo brasileiro", "Nós queremos a tranqüilidade do povo brasileiro, pois tudo isso está ameaçando a alta do custo de vida". Na ocasião, foi preso um jovem que transportava uma das faixas.

Logo depois, a Polícia interferia, em novo incidente, quando a Sra. Jane Geraldo Rocha, que fazia parte da comissão de senhoras da

Campanha contra a Carestia, avançou para uma jovem e arrancou-lhe das mãos um cartaz que dizia: "AMES (N. do E.: Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários) pede padronização do livro ensino".

A esta altura, já estava demonstrada a disposição das senhoras da CCC de "não aceitar o apoio de estudantes e arruaceiros, pois nossa marcha é mesmo com Deus e não com o Diabo", desejo este que foi exposto ao Tenente-coronel Coni, que prometeu "fazer o possível para evitar intromissões". Dez minutos depois, os estudantes da AMES se retiravam com seus cartazes debaixo dos braços acompanhados com alguns operários.

Sob a regência de Frei Leto, os Pequenos Canarinhos de Petrópolis puxavam a passeata, entoando o hino sacro Queremos Deus, enquanto o grupo de senhoras que liderava a manifestação levantava seus terços bem alto. O que chamava mais a atenção era a Sra. Maria Hermes da Fonseca, nora do ex-Presidente Hermes da Fonseca, cujo rosário é ornamentado com pedras de cristal e enfeites de ouro. Lentamente a passeata prosseguiu pela Praia do Flamengo, sempre acompanhada de hinos sacros, que a esta altura davam ao movimento características de procissão. Quase defronte ao Hotel Glória, ouviu-se a primeira vaia, sendo preso um dos que repudiavam a manifestação. Tratava-se do jovem Jorge Amidem, filho do Deputado Jamil Amidem. Sem maiores incidentes, o cortejo deixou a Praia do Flamengo, tomando o rumo do Largo do Machado, pelas ruas Dois de Dezembro e Catete.

Às 18h30m, o grupo chegava ao Largo do Machado, recebendo a adesão de cerca de mil senhoras. Durante dez minutos, ouviram-se palmas dos prédios da praça, principalmente do edifício número oito. Ao entrar na Rua Gago Coutinho, a passeata contava com cerca de quatro mil acompanhantes, que tiveram de fazer alto no portão do Parque Guinle, quando o Tenente-coronel Coni avisou pelo alto-falante portátil: "Aqui termina o Estado da Guanabara (N. do E.: era governador Negrão Lima) e a minha missão de proteger a manifestação".

Foi quando os ânimos se exaltaram e a Polícia teve de usar de certa energia para conter os manifestantes, que a esta altura catavam o Hino Nacional e estavam dispostos a entrar de qualquer maneira nos jardins do Palácio Laranjeiras.

Ao ser mencionado pelo alto-falante o nome do Presidente Castelo Branco, que estava ausente, houve ruidosa vaia, seguida de algumas prisões, entre estas a de um recém-chegado, que se vestia com um lençol branco e trazia um enorme terço no pescoço. Quando a situação estava a ponto de explodir, o Tenente-coronel Coni, habilidosamente, contornou o problema apelando para que os manifestantes "cantassem hinos sagrados" e permitindo a entrada de sete senhoras e da Imprensa.

D. Antonieta Leal, quase em lágrimas, escolheu as senhoras Maria

Hermes da Fonseca, Maria Ilze Falcão, Hilda Brandão, Josefa Rodrigues, Nair Lages e Jane Geraldo Rocha para "acompanhá-la ao Palácio". Foram então surpreendidas pela notícia de que seriam recebidas ali mesmo, ao ar livre, por um jovem oficial da Casa Militar da Presidência da República, que se identificou como Capitão Adriano Fernandes. D. Maria Hermes da Fonseca declarou ao oficial, em tom de desabafo: "Viemos falar com o Marechal e nos mandam um capitão, mas pelo menos deveríamos ser recebidas com um pouco mais de atenção e não em plena rua. O senhor talvez não saiba, moço, mas eu sou a nora de um ex-Presidente da República." Enquanto o oficial explicava, meio encabulado, que "eram ordens", Dona Jane Geraldo Rocha consolava sua companheira: "Não se importe, Maria, que aqui não é tão ruim quanto lá dentro, pois a gente respira melhor."

A realização da Marcha, apesar de todas as limitações, era algo notável. Um ano antes, em 25 de março de 1965, policiais fardados - uns 40 - oficiais a paisana e elementos paramilitares haviam dissolvido, de armas e cassetetes em punho, uma concentração que mal se iniciava no Largo de São Francisco, junto da estátua de José Bonifácio, o Patriarca da Independência. Era a comemoração do aniversário da primeira constituição brasileira pelo Movimento Nacional pela Democracia e Desenvolvimento. Foram então presos os jornalistas Joel Silveira, Márcio Moreira Alves e Antônio Callado, o Engenheiro Hélio de Almeida, o Professor Bayard Demaria Boyteux e o Advogado Marcelo Alencar.

Afinal, a classe média tinha motivos para se impacientar: ao iniciar-se o ano de 1965, o Presidente Castelo Branco afirmara que "a inflação seria abrandada" e "a economia retomaria seu ritmo de desenvolvimento".

UMA CULTURA QUE SEMPRE TENTA RECONHECER O BRASIL

Os fenômenos que se passaram naqueles anos no indefinível grupo social conhecido como *classe média* podem ser contemplados melhor do ângulo dos acontecimentos culturais. Há muito tempo, pelo menos desde o início do século XX, colocava-se para os intelectuais brasileiros uma tarefa extremamente difícil: definir, conhecer sua pátria - um estranho país, tão perto e tão longe da Europa, tão longe e tão perto da África e, ainda assim, nem africano nem europeu.

Recuando mais, pode-se dizer que o indianismo já era uma teoria do Brasil - embora correspondesse a um ciclo da literatura européia que buscava raízes nacionais em enredos antigos, da Idade Média. Uma teoria cujo traço principal era retomar e valorizar a figura do índio exatamente quando ele se diluía presença física e na existência histórica. Era, talvez, um modo de ignorar a marcante influência negra que ia emprestando contornos ao povo do país em formação. Uma negritude que se impunha a despeito do cativoiro.

O índio desnaturado, operístico, só sairia de cena quando, ao fim da guerra do Paraguai, a pequena burguesia começou a influir e criticar, buscando formas de participação política através da palavra, do discurso jurídico, da vida acadêmica. Surgiram, no Maranhão, o naturalismo de Aluísio de Azevedo; no Ceará, o movimento literário que teve sua expressão mais notória no grupo da Padaria Espiritual; em Pernambuco, o trabalho renovador de Tobias Barreto no campo do Direito; em São Paulo, a intensa participação acadêmica nas lutas pela Abolição e pela República. todas as idéias afluíam ao Rio de Janeiro: as da poesia de Castro Alves, pregando a liberdade; as de Tavares Bastos equacionando problemas que Joaquim Nabuco e Rui Barbosa tentariam resolver; de Euclides da Cunha, com seu notável relato da Campanha de Canudos; de Sílvio Romero, com sua primeira tentativa de abertura à arte popular; da pintura de Almeida Júnior; do romance universal mas tão profundamente brasileiro de Machado de Assis.

Quanto mais se voltavam para o Brasil, mais evidenciavam esses autores a fantástica dependência dos valores metropolitanos europeus - aquilo que Nelson Werneck Sodré chama de *ideologia do colonialismo*. Euclides, por exemplo, ao justificar o homem do sertão pela geografia, estava apenas olhando uma realidade com óculos da moda cultural de então e o notável é que, ainda através deles, tenha conseguido ver tanto. Sílvio Romero congelava nos seus livros os versos populares que colhia: a cultura popular estava morta, ali, como as borboletas nos mostruários de museus e, por isso, não parecia ameaçar ninguém.

Visto pelo padrão europeu de clima, de hábitos, de temperamentos, de raças, o Brasil era um país exótico. O nacionalismo devia expressar-se pelas escolas européias de arte, pelo sotaque português dos atores de teatro, pelo prestígio das modas que se confundiam com a idéia de civilização. O plano de ensino apresentado por Rui Barbosa à Câmara dos Deputados, em 1882, era um documento magnífico. Mas, como diria Fernando Azevedo,

Nele, o que se justifica não é um plano de reforma ajustado à realidade nacional, mas um plano ideal e teórico, em que se coordenam, por uma espécie de ecletismo, elementos e instituições discordantes, inspirados nos meios sociais mais diversos, como a Inglaterra, a Alemanha e os Estados Unidos.

O que ilustra esse choque - entre a instituição ideal e a realidade impositiva - é que a República Velha, tanto quanto o Segundo Império, foi um regime de farsa: farsas eleitorais, farsas econômicas, honorárias e dignidades farsantes. Isto pareceu muito evidente a Lima Barreto, quer tratasse ele das relações raciais urbanas, do clima de uma redação de jornal ou da vida em um asilo de loucos. Pareceu claro, de outra forma, aos jovens tenentes que eram os heróis pequeno-burgueses da década de 20. E até certo ponto Monteiro Lobato estava certo quando denunciou esta mesma farsa na revolução formal da Semana de Arte Moderna de 1922.

Mas o modernismo foi um grande passo adiante na caminhada desta

cultura brasileira - ou na cultura das classes médias brasileiras. Entre os nacionalismos inconseqüentes, a imitação servil de dadaísmos, cubismos, futurismos, surgiria uma geração voltada para contar o país antes de mudá-lo. O principal cenário será o Nordeste sertanejo: a ele se dedicarão Raquel de Queiroz, José Lins do Rego e, principalmente, Graciliano Ramos, que somava à observação precisa do ambiente social um estilo profundamente inovador, despojado e sincero.

O ciclo de romances nordestinos revelou traços agudos e conflitivos do processo iniciado no Brasil pela Revolução de 1930: o descompasso entre o desenvolvimento das relações capitalistas nas cidades e a lentidão do mesmo processo no campo; e a crescente concentração de riqueza no Centro-Sul do País.

A coleção *Brasíliana* é uma espécie de marco de um ciclo de grandes estudos genéricos brasileiros, impossível hoje, de reproduzir, dada a especialização a que chegou a vida acadêmica. Historiadores como Caio Prado Júnior, estudiosos como Arthur Ramos e Roquete Pinto, ensaístas como Mário de Andrade, poetas como Carlos Drummond de Andrade, romancistas como Jorge Amado (já não é aí o Nordeste dos Sertões, mas o bem diferenciado Nordeste-Leste da Zona do Cacau baiano), polemistas como Monteiro Lobato, espíritos inquietos como Oswald de Andrade formaram a consciência dos homens que herdariam, ao iniciar-se a década de 60, o legado já considerável da cultura brasileira. Uma cultura por vezes autodepreciada, haja vista o fenômeno de Heitor Villa-Lobos, músico que sempre teve maior sucesso no exterior do que no Brasil, exatamente por conta de sua brasilidade. Ou de Cândido Portinari, um pintor que os modernismos subseqüentes cuidaram de não valorizar.

De qualquer forma, o engajamento estava na tradição dessa cultura. Curiosamente, o fenômeno de urbanização intensa do final dos anos 50 continha um traço alienante: na visão de mundo da época, a arquitetura de Oscar Niemeyer, por exemplo, era admirada mais como símbolo de modernidade do que por seu caráter nacional. Os artistas de classe média, dispostos ainda a civilizar o Brasil nos moldes europeus, tomavam os gêneros populares como matéria-prima para a elaboração de uma outra *arte popular*.

A música erudita, que chegara a ter certa penetração em meados da década de 50 - o período áureo dos "Concertos para a Juventude" - não teria vez, finalmente, substituída em seu papel histórico por uma música popular de inspiração jazística, mas ainda assim brasileira, a *bossa nova*. Após a tentativa de produzir algo similar aos grandes dramas cinematográficos estrangeiros (em que pese o prêmio do Festival de Cannes a *O Pagador de Promesas*, de Anselmo Duarte), nos boicotados e falidos estúdios paulistas da Vera Cruz, o cinema voltava-se para a busca de uma linguagem brasileira. Nascia o cinema novo, erudito no estilo e na técnica, mas apaixonadamente local, em seu conteúdo; ele chegou, por raras vezes, a ser um verdadeiro cinema popular - talvez o caminho de *Rio, Zona Norte*, de Néelson Pereira dos Santos. Falando sobre esse período, disse o dramaturgo Oduvaldo Vianna filho que os intelectuais "olhavam no olho a

tragédia de seu País".

Uma instituição importante era o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, que o movimento militar de 1964 se apressou em fechar. Sintomaticamente, o ISEB chegara ao ativismo político através de uma evolução lenta e repleta de acidentes. Foi projetado antes do suicídio de Getúlio Vargas e nasceu em 1955, por decreto do Presidente João Café Filho. Em 1958, viveu uma crise interna, finda a qual a linha ideológica superou o grupo pragmático, em que se alinhava, por exemplo, Roberto Campos. O Instituto buscou o diálogo com os estudantes e, a seguir, com os operários, erguendo a bandeira do nacionalismo. Na aula inaugural do curso de 1959, podia Nelson Werneck Sodré proclamar que "nada ocorrerá mais sem a participação do povo".

A profecia era má, mas seus pontos de apoio pareciam sólidos. Argumentava o professor, general e historiador que a nova composição social do Brasil incluía "uma burguesia capaz de realizar-se como classe" e que começava "a compreender que a sua oportunidade era agora ou nunca". A classe média parecia-lhe "atenta ideologicamente receptiva ao clamor que se levanta do fundo da história". Na verdade, do fundo da história não se levanta clamor algum; e se alguma coisa a burguesia - não só a pequena, mas sobretudo a grande, a que mais importa - estava ouvindo, era o canto de sereia do capital multinacional.

O ISEB daria outros passos adiante, cunhando uma linguagem nova e pedante através da qual pretendia traduzir a realidade brasileira. Iria, marcadamente, aproximar-se em 1962 da liderança de Leonel Brizola, o período em que Álvaro Vieira Pinto dirigia o Instituto. Surgia nova série de estudos genéricos sobre o Brasil, marcados por essa aliança e por sonhos muito atraentes: as *Perspectivas da economia brasileira*, de Celso Furtado (primeira formulação do autor sobre os problemas do Nordeste); *Dualidade básica da economia brasileira*, de Inácio Rangel; *Condições institucionais do desenvolvimento*, obra um pouco mais antiga, de Hélio Jaguaribe; e *Consciência e realidade nacional*, de Álvaro Vieira Pinto.

Paralelamente e guardando certa articulação com a proposta do ISEB, atuavam o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes, sediado no rio, e o Movimento de Cultura Popular, do Recife. Eram jovens que se supunham donatários de uma espécie de missão histórica revolucionária, e se dispunham a cumpri-la com dedicação e entusiasmo. Algumas vezes pode-se criticá-los por falar mais do que ouvir, ensinado ainda ao povo (ou pretendendo fazê-lo) em lugar de aprender com ele. Faltava continuidade ao trabalho do CPC, com seus espetáculos, músicas, filmes e publicações. É isto o que observa Oduvaldo Vianna Filho, em entrevista à revista *Visão*, concedida em 1974:

Qualquer trabalho de profundidade cultural, de horizontalização dos frutos culturais, exige, em primeiro lugar, continuidade, e essa continuidade para nós praticamente não existia. Eu, por exemplo, acho que realizei espetáculos teatrais em quase todas as favelas do Rio; mas devo ter realizado apenas um ou dois em cada uma.

Restaram alguns documentos, raros, dessa época. Um deles é o *Auto dos 99%*, peça cujo texto foi gravado em disco (muitos exemplares estavam na sede da UNE, incendiada em abril de 1964). Outro, um disco de sete polegadas que reunia quatro músicas. A principal delas, a *Canção do subdesenvolvido*, proclamava, num coro jovial, que "um dia o gigante despertou/ deixou de ser gigante adormecido/ e dele um anão se levantou./ é um país subdesenvolvido,/ subdesenvolvido,/ subdesenvolvido".

Outra canção, de Billy Blanco, valia a uma autocrítica de classe, evidenciando contradições concretas do nacionalismo então em voga:

*João da Silva,
cidadão sem compromisso,
não manja disso
que o francês chama l'argent.
Pagando royalty, dinheiro disfarçado é tapiado desde as cinco da manhã.*

*Com Palmolive, ao chuveiro dá combate.
Usa Colgate, faz a barba com gilete.
Põe água Velva, paga royalty da fome.
Do pão que come ao leite em pó com Nescafé.
Movido a Esso vai
em frente pro batete.
De elevador Otis e outros sobe e desce Ele nacionalista de um modo diferente.*

*Pois toma rum com coca-cola e tudo esquece.
vai com madame ver o bom cinemacospe.
ela usa nylon, ele casimira inglesa.
Entorna uísque em vez de chope.
Paga royalty dormindo
Quando esquece a luz acesa
Diz que não gosta de samba.
E acha o rock uma beleza.*

Na hora de gravar essa canção, surgiu um problema: as marcas dos elevadores eram, no original, Otis e Atlas. A fábrica do Atlas reclamou, mostrou a composição nacional de seus recursos, e foi preciso trocar o nome por "outros": uma censura feita em nome da aliança com a burguesia nacional.

O CPC reproduziu-se em outros pontos do país (uma das peças mais criativas deste ciclo foi o *bumba-meu-boi*, do CPC de Salvador) e formou toda uma geração de artistas brasileiros. Em Recife, o MCP fazia tudo isso (é notável sua peça *Incelença*), e mais: com o apoio do Governo Miguel Arraes, lançou-se a um projeto de alfabetização utilizando o método Paulo Freire. O princípio básico desse método é alfabetizar com informações relevantes sobre a vida do alfabetizando e tudo que o cerca, ao mesmo tempo que se busca educá-lo como cidadão consciente de seus direitos, de sua digni-

dade. Conseguia-se ensinar o cidadão a ler e, ao mesmo tempo, dar-lhe uma consciência de classe que assustava a poderosa confraria dos donos de terras do interior nordestino. Depois de 1964, o método foi abandonado e execrado; para substituí-lo como instrumento de alfabetização, iria ser criado um dos mais sofisticados e inoperantes sistemas do mundo, o Móbrel. Paulo Freire viajou pelo mundo, deu aulas nas mais importantes universidades e ajudou milhões de estrangeiros a se alfabetizarem, tornarem-se cidadãos com todos aqueles atributos temidos pelos usineiros pernambucanos.

Aí está outro aspecto relevante da experiência dos centros de cultura popular: eles produziram um *Know-how* que o Brasil exportou, após 1964, com o êxodo forçado de jovens intelectuais. No curso de sua experiência missionária, vários militantes começaram realmente a se identificar com o povo mais pobre, a compreender os motivos de sua passividade e o sentido de sua luta. O projeto político levou à descoberta do potencial contido na literatura de cordel, vendida nas feiras do interior nordestino. Surgiram pequenos livros como *João Boa Morte, cabra marcado para morrer*; *Zé Fominha*; *Quem matou Aparecida* ou *História de uma favelada que ateou fogo às vestes*.

Mas inegavelmente a maior penetração era alcançada justamente junto a setores de classe média.

A Editora Civilização Brasileira conseguiu vender tiragens sucessivas de até 40 mil exemplares de uma série de livros pequenos de poesia engajada de autores novos, os *Cadernos do povo*, subsérie *Violões de rua*. O Ministério da Educação editou uma *História nova*, propondo, pela primeira vez, uma reinterpretação integral da história brasileira ao nível do ensino médio, onde ela mais se apreça com uma coletânea de contos da carochinha. A *Revista Civilização Brasileira*, discreta publicação em formato de livro, com 300 a 400 páginas de papel de baixa qualidade por número, chegou a vender 40 mil exemplares o que, segundo o editor Ênio Silveira, maravilhou, certa vez, Jean-Paul Sartre. Eram ensaios de sociologia, economia e política.

A Civilização Brasileira pagaria caro por sua linha editorial: depois de 1964, com o crédito suspenso, foi forçada a ceder seus títulos mais rentáveis (entre os quais o *Pequeno Dicionário*, vulgarmente chamado de *Aurélio* porque o associam a um dos autores, Aurélio Buarque de Holanda; a liquidar o estoque a preços ínfimos; a desfazer-se de lojas e instalações e a seguir consumido os restos de um patrimônio longamente acumulado.

No movimento cultural, filmes e canções passaram a ocupar uma posição de que jamais decairiam. Em 1962, em *Cinco vezes favela*, filme de episódios, os favelados não pareciam mais como bando alegre e folclórico, mas como protagonistas de dramas amargos; *Porto das Caixas*, de Paulo César Sarraceni, incomodava os espectadores bem comportados do cinema-diversão. Em 1964, *Vidas Secas*, de Nelson Pereira dos Santos, explorava o potencial dramático e político da extraordinária novela de Graciliano Ramos. Era toda uma geração de cineastas que aparecia: Carlos Diegues, em *Gunga Zumba*; Joaquim Pedro de Andrade, em *Garrincha, ale-*

gria do povo; Gláuber Rocha, em *Deus e o diabo na terra do sol*, de estilística requintada.

A *bossa nova* que, no auge do desenvolvimentismo do Governo Kubitschek, substituíra boleros e *blues* com certo virtuosismo e cor local, aproximou-se, pelo menos na temática, da toada nordestina e do samba de morro carioca. Isso aconteceu com Geraldo Vandré, autor de *Disparada*, que a repressão e o exílio contribuíram para desestabilizá-lo, após o êxito de seu *Prá não dizer que não falei de flores*, uma espécie de hino dos contestadores de 1968; com Carlos Lira, Sérgio Ricardo, Edu Lobo, Baden Powell. O poeta e diplomata Vinícius de Moraes começou a escrever letras de canções. Ao musicar *Vida e morte severina*, poesia de João Cabral de Melo Neto, para o TUCA - Teatro da Universidade Católica de São Paulo (que terminaria obtendo o primeiro prêmio no Festival do Teatro Amador de Nancy, França), surgiria para o grande público Chino Buarque de Holanda.

Todo este surto musical - e também a proposta do cinema novo - não se dirigia, porém, para as grandes massas. Ele só se viabilizou, naquele período, com o surgimento de uma faixa intelectualizada e crítica de ouvintes e espectadores, sobretudo entre estudantes. A classe média ainda contemplava e falava ao próprio umbigo, enquanto sonhava em dar consciência ao povo, transformar a sociedade, acabar com as injustiças sociais, promover a igualdade, erguer os oprimidos, distribuir as riquezas - tudo isso pelo poder da palavra, da melodia, da imagem. Era o ultra-idealismo revolucionário, a que se opunha o materialismo objetivo dos conspiradores do IPES e do IBAD: tudo às avessas, na farsa que não repetia, mas antecedia a tragédia.

Tempos depois do golpe de abril de 1964, ouvia-se ainda nas rádios *Disparada* ("Da boiada já fui boi/ boiadeiro já fui rei...") *A Marcha da quarta-feira de cinzas* ("E no entanto é preciso cantar/ mais que nunca é preciso cantar/ é preciso cantar e alegrar a cidade./ Pelas ruas o que se vê/ é uma gente que nem se vê/ que nem se sorri/ se beija e se abraça/ e sai caminhando/ dançando e cantando/ cantigas de amor"), de Vinícius de Moraes, adquiria intensa oportunidade, como um discurso político. O soco fora bem dado, custava restabelecer o equilíbrio, mas ninguém acreditava, no meio dos intelectuais engajados, que a mudança fosse tão longe, nem que afetasse substancialmente a vida brasileira.

Por tudo isso, levou nove meses para surgir uma resposta cultural ao golpe. Foi em dezembro de 1964, num porão de Copacabana, onde poltronas desconfortáveis cercavam um tablado, com um calor abrasador, que se encenou *Opinião*, peça de Oduvaldo Vianna Filho, Armando Costa e Paulo Pontes. A pretexto de contarem suas vidas, Nara Leão, a requintada musa da bossa nova (depois entrou em seu lugar a estreante Maria Bethânia), o sambista Zé Queti e o cantador maranhense João do Vale traçavam um roteiro simbólico da resistência. O público começava a se emocionar quando Zé Queti cantava seu amor à favela: "Podem me prender/ podem me bater/ mas eu não mudo de opinião". Havia notícia de muita gente apinhando e muita gente sendo presa. Mas era apenas o começo de uma excursão por um terreno fantástico que levaria a *Carcará*: "É um pássaro que

avoá que nem avião/ É um pássaro malvado/ tem o bico volteado/ que nem gavião:/ pega, mata e come". A essa altura, os espectadores sentiam um frio correr pela espinha, e viviam a catarse de sua angústia. Um carcará descia do céu para pegar, matar e comer - o quê?

Tratava-se, antes de mais nada, de uma lição sobre como viver o fenômeno artístico nos anos seguintes: inaugurava-se a metáfora como instrumento de luta, o duplo sentido como necessidade expressiva, a mensagem colocada em trechos que o próprio ouvinte deveria juntar, separando o resto, penetrando nas entrelinhas adivinhando as intenções. O público, ao menos aquele público, iria aprender que a vitória simbólica pode não trazer resultados concretos, mas é o esteio da esperança que talvez conduza à vitória real.

Opinião era um rito de passagem. Em São Paulo, o Arena encenava *Um americano em Brasília*, de Nelson Lins e Barros, Chico de Assis e Carlos Lira; *Arena conta Bahia*, de Caetano Veloso e Gilberto Gil; *Tempos de Guerra*, com Maria Bethânia; *Arena canta Zumbi*, de Gianfrancesco Guarnieri e Augusto Boal, com música de Edu Lobo. Boal, também teórico de teatro, buscava "um caminho em meio ao caos e ao vazio súbitos". o grupo Oficina cuidava de levar aos palcos um ciclo de textos políticos clássicos: *Os pequeno-burgueses* e *Os inimigos*, de Maximo Gorki; *Andora*, de Max Fisch; *A vida impressa em dólar*, de Clifford Odets. Só no Rio, *Os pequenos-burgueses* foi apresentado 700 vezes, com mais de um terço dos ingressos vendidos a estudantes.

Mas a censura crescia em rigor. Em 1965, foram proibidas as peças *Berço esplêndido* e *Brasil pede passagem*, de Sérgio Porto, o Stanislav Ponto Preta (a última delas com textos de Castro Alves); e *O berço do herói*, de Dias Gomes. Outras proibições atingiram textos de Gorki, Brecht e Feidau. Admitiam-se metáforas menos evidentes da situação do país como em *Liberdade, liberdade* e, já em 1966, no *Opinião*, *A saída, onde está a saída*. Era o tempo da colagem de textos, que pretendia colocar a censura diante de situações embaraçosas: cortar Jefferson, Platão, Rousseau, José Bonifácio?

A saída, onde está a saída antecedeu *Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come*: os títulos eram sínteses da situação. Textos clássicos como *Antígona* e *Electra* foram encenados, em parte para aproveitar a voga de ir ao teatro, em parte para garantir os custos de produção com textos não censuráveis, em parte porque estas peças, como quase todo o teatro clássico, colocam de alguma forma a questão do poder. A mesma questão que se propunha em *Dr. Getúlio, sua vida e sua obra*, sátira política disfarçada em comédia de costumes, ou vice-versa.

A resistência tornava-se cada vez mais difícil. Produtores e diretores, na impossibilidade de se apoiar em textos pertinentes, trilhavam novos caminhos. em São Paulo, *Arena conta Tiradentes* e *Feira paulista de opinião* abusavam da música e dos recursos da carpintaria teatral. No Rio, sobre uma velha comédia de costumes de Gastão Tojeiro, *Onde canta o sabiá*, Paulo Grisoli lançava uma crítica veemente à moral pequeno-burguesa. Outros produtores se lançaram na rota inevitável do teatro de absurdo. No

extremo oposto, Plínio Marcos retratava os marginais urbanos em *Dois perdidos numa noite suja* e *Navalha na carne*.

Esse clima confuso, angustiado, precedeu a explosão do Tropicalismo - na realidade, uma explosão modesta, se considerarmos a extensão do País e a variedade de seus ambientes culturais. Não se deve perder de vista o alcance limitado de toda essa movimentação, num instante em que se haviam rompido os veículos tradicionais de comunicação com as massas populares. A estas destinavam-se as músicas de consumo da *jovem guarda* que, então como sempre, não as impediam de cultivar suas formas próprias de arte, do partido alto à toada sertaneja, e incorporar influências estranhas.

COM A TELEVISÃO, AFINAL, UMA CULTURA DE MASSA

Quem lê o livro de Dreifuss sobre a conspiração que precedeu o golpe de 1964 constatava que os conspiradores ocupavam-se em traçar um projeto do Brasil a ser executado tão logo estivessem no poder. Um dos setores desse planejamento modernizador inicial era o das telecomunicações,

...um dos estudos de alta prioridade para o IPES, sob a responsabilidade do General Luiz A. Medeiros, da Rede Globo. Cabia-lhe preparar o anteprojeto sobre o assunto (Código de Telecomunicações), sendo também requisitado para elaborar uma declaração preliminar e um esboço da necessária "ação de bastidores".

Não é, assim, por acaso, que a *TV Globo*, fundada em 1965 com capitais e ajuda técnica do grupo norte-americano Time-Life, foi a primeira beneficiária do sistema de telecomunicações montado após 1964 e que iria unir o Brasil através de sistemas de microondas e - para as regiões mais distantes - de um canal alugado do satélite Intelsat.

Tratava-se de estabelecer um sistema eficiente de comunicação de massa, capaz de realizar o efetivo controle de consciência da população brasileira, em todos os níveis. A estratégia seguida desde o início pela *Rede Globo* foi a de centralizar a produção no eixo Rio-São Paulo - onde se concentra de maneira esmagadora o mercado consumidor - viabilizando o projeto tanto do ponto de vista mercadológico quanto doutrinário.

Nos anos seguintes a 1964, a televisão se tornaria, realmente, o grande veículo de comunicação de massa no Brasil. Mais que isso: praticamente seria o único veículo de massa, centralizado e de alcance nacional, num país em que os jornais sempre venderam pouco e o rádio tendia a se regionalizar, segmentando o público.

Para conseguir grandes audiências, a *TV Globo* utilizou uma estratégia estudada no livro *A Comunicação do Grotesco*, de Muniz Sodré de Araújo Cabral:

O grotesco (em todos os seus significantes: o feio, o portador da

aberração, o deformado, o marginal) é apresentado como signo do excepcional, como um fenômeno desligado da estrutura da sociedade é visto como signo do outro. A intenção do comunicador é sempre colocar-se diante de algo que está entre nós, mas que ao mesmo tempo é exótico, logo sensacional.

Sílvio Santos, em *Rainha por um Dia*, promovia um desfile de miseráveis, cujas penas eram avaliadas pelo auditório, cabendo ao protagonista da história mais triste o direito de ser "rainha por um dia"; Jacinto Figueiras Júnior, em *O Homem do Sapato Branco*, levava à televisão marginais e chegou a realizar uma "mesa-redonda de mendigos", clovando-os, na noite de natal, diante de uma ceia servida com cenográfico requinte; Derci Gonçalves explorava os temas ligados ao curandeirismo e a deformidades físicas; Raul Longras promovia a exposição e "venda" de mulheres que não conseguiam casar-se, acompanhando, para delícia dos espectadores, os lances de seus namoros com *noivos* igualmente infelizes; Flávio Cavalcanti representava uma suposta "censura culta" da arte popular para apresentar como grotescos compositores e artistas ridicularizando-os, num jogo de que eventualmente as próprias vítimas participavam, em busca de promoção; Chacrinha, com uma retórica mais elaborada (desde o traje *nonsense* da fala e a poética da mímica), fazia o mesmo com seus calouros.

Por que o grotesco foi, afinal, abandonado? Evidentemente, por sua ambigüidade. A violência estética - levada ao paroxismo, por exemplo, quando *Seu Sete da Lira*, uma charlatanice suburbana de baixo espiritismo comoveu multidões - termina sendo uma revelação de realidade, por mais que se induza ao distanciamento entre o espectador e o assunto. À medida que se desvendam os truques retóricos que marcam o tema como exótico, incomum (e o público pode fazer isso), descobre-se que o Brasil é *assim* ou, pelo menos, é *também assim*. E isto contraria o discurso ideológico cosmopolita, fundado no veto às posições ditas *radicais*), no otimismo generalizado, no extremo personalismo, no gosto pelo verbalismo erudito e, para desespero dos conservadores em costumes, na transigência nas interpessoais divergentes.

O único precedente histórico da condição hegemônica que a *Rede Globo* alcançaria no início da década de 70 - quando desligou-se formalmente (não na gerência e gerência de mercado e recebeu vultosos recursos federais - foi o da Rádio Nacional dos anos 40 e 50: com transmissores poderosos em ondas médias e curtas, era captada em todo o Brasil, fornecia programas para outras estações e, sobretudo, impunha seus padrões ao rádio *broadcasting* regional. Seu índice de audiência no Rio de Janeiro era impressionante: as ruas esvaziava-se pelas oito horas da noite, nos dias de semana, quando ia ao ar a mais popular das novelas radiofônicas. Do fim da guerra à morte de Vargas - sabia-se de tudo pelo *Repórter Esso*.

O paralelismo não termina aí. Instrumento poderosíssimo, a *Rádio Nacional* foi preparada para esta hegemonia. Sua fundação, em 1936, coincidiu, no plano interno, com o esgotamento da fase pioneira da radiodifusão, em que se pretendeu usar o novo veículo de comunicação, o rádio,

como instrumento para a *educação* do povo, no sentido escolar da palavra, sonho permanente da ideologia *científica*, iluminista, dos pioneiros. Mas a *Nacional* surgiu também quando, na Alemanha, Estados Unidos e Inglaterra, utilizava-se o rádio como principal apoio de orquestração dos meios de controle social. Evidenciava-se que, por detrás de qualquer programação, por mais inocente que fosse na aparência, difundiam-se valores e crenças como ordens de comando consumidas inconscientemente e, por isso mesmo, obedecidas sem crítica.

Também como a *Rede Globo*, a *Rádio Nacional* estruturava sua mensagem recortando e montando formas díspares, do dramalhão à crônica, do show humorístico ao concerto sinfônico, do noticiário jornalístico à informação astrológica. Aos domingos, depois da apresentação de Francisco Alves ("quando os ponteiros se encontram ao meio-dia") e da *Hora do Pato* (calouros), lá estavam, à tarde, *A felicidade bate à sua porta* (auditório e externa), *Tancredo e Trancado* (comédia de costumes), *Nada além de dois minutos* (onde Paulo Roberto propunha uma versão condensada e inteligente do atual *Fantástico*, da TV) *Piadas do Manduca* (humorístico), *Papel Carbono* (calouros semiprofissionais) e *O Sombra* (radioteatro policial e de terror). Evidentemente, pela própria natureza da emissão radiofônica, não havia possibilidade de se importarem programas.

A *Nacional*, que pertencia ao Governo, e a *TV Globo*, que se relaciona com o poder que subministra governos desde 1964, igualam-se por se ajustarem perfeitamente aos discursos do poder de suas épocas áureas. Mas é justamente nesta igualdade que está a diferença básica: a *Rádio Nacional* das décadas de 40 e 50, e o rádio da época, tinha uma ideologia dita *populista*, e a *TV Globo*, ou a televisão dos anos 70, é *classe média* antes de mais nada, com tudo o que se quer sugerir hoje quando se fala em classe média: urbanização, modernização, tecnocracia, cosmopolitismo. O episódio do grotesco foi apenas um caminho para a conquista de mercado mas não alterou em nada esse espírito da emissora, que se consubstanciaria em seus musicais elaborados ou nas novelas todo-poderosas.

Obediente à ideologia de seu tempo, a PRE-8 podia perfeitamente incluir na programação ao vivo, em horário nobre, duplas caipiras como Jararaca e Ratinho ou Alvarenga e Ranchinho: era parte do que se entendia então como "integração nacional". Conjuntos regionais e orquestras de violinos disputavam o acompanhamento dos cantores. No mesmo espírito, os trabalhadores recém-incorporados ao meio urbano eram o tema de séries de sucesso como *Tancredo e Trancado*; até o chiste *inocente* representava uma forma de descaracterizar o perigo representado pelo indivíduo expulso do meio rural e que, hoje, aglomerado nas favelas, fornece a imagem física mais freqüente do *assaltante temível* no imaginário da classe média. Para se perceber a distância, basta comparar estes itens da programação com o que a televisão, ainda agora, nos apresenta: os caipiras, quando muito nos horários matutinos; o humor tendendo a discriminar, marcar, ridicularizar, jamais a integrar; a crítica sempre ideológica.

Outro aspecto importante é o estímulo dado, na *Rádio Nacional*, à participação ativa de elementos do público, seja através da correspondên-

cia, seja nos programas de auditório ou de calouros. Esgotada a fase do grotesco, que a própria televisão marginalizou, o sistema de tevê age de modo radicalmente contrário. Mesmo quando abordava o problema cada vez mais angustiante dos desníveis de fortuna, a *Nacional* como que o reduzia à instância familiar do *Primo Rico* e *Primo Pobre*. Ajudada pelas características do veículo, que deixa muita coisa para ser preenchida pela imaginação do ouvinte, ela habilmente permitia que, de acordo com o referencial de cada um, a história de amor narrada nas novelas pudesse ser ambientada na casinha de vila, num apartamento ou em qualquer outro lugar. Quando necessário, riqueza e pobreza eram apresentados com exageros extremos, de modo que poucos os identificariam na vida real. Nos programas sinfônicos, às horas tardias da noite, compositores e maestros apresentavam-se como se competissem entre si (*Quando os maestros se encontram*) e os redatores se esforçavam para anteceder cada peça de um anedotário peculiar. Lá estavam a surdez de Beethoven, as dúvidas sobre a destinatária de seu *Para Elisa*; a solidão de Brahms; o prodígio de Paganini; o estereótipo meloso de Chopin; o espanto causado à platéia da *première* pelo registro do instrumento que abre a *Sagração da Primavera* de Stravinsky.

Eram outros os objetivos da *TV Globo*. Consolidar uma audiência gigantesca. Depois e sempre, impor os valores distintivos da classe média urbana das metrópoles do Centro-Sul, ou moldar esses valores. O luxo e a aspiração do luxo. A sofisticação e a *ideologia da seriedade*. A pobreza (ou realidade exótica, escondida nos horários mais tardios para os intelectuais verem), mostrada como exceção, nesta ou naquela comunidade isolada. A domesticação da mensagem a uma gramática estrita que divide o tempo e espaço com rigor carcerário: as reportagens medidas em segundos. O afastamento quilométrico do público. Modernidade, cosmopolitismo, novidade. Questões existenciais, quer se passe a novela na lonjura de Saramandaia ou à beira do metrô. Indivíduos mais que sociedade. Ambições mais que solidariedade. Paráfrases da questão de poder e da maneira aética com que se luta por ele, na cidadezinha de *O Bem Amado* tanto quanto na cúpula de um instituto de pesquisas ou na gerência de um supermercado. A violência inútil das *detective stories* importadas, que testemunham a desintegração social no seu esforço para obter a integração das etnias e apontam para a criminalidade crescente ao exaltar a argúcia e brutalidade policiais.

Em síntese, a estratégia da *Rádio Nacional* consistia em minimizar as contradições - de classe, entre regiões, cidade e campo, velhos e jovens. A *Globo* (ainda no período em que mascarava essas intenções com o grotesco), pelo contrário, ostenta redundantemente o privilégio do consumo, a caminho do sonhado "milagre econômico", da cidade, da juventude. Operando comercialmente, a emissora vinculada ao Patrimônio da União tinha entre seus anunciantes as principais empresas multinacionais, mas as abraçava; a *Globo* cosmopolitizaria tudo e, desta ótica, tornava excêntricos costumes, figuras e fatos que não conseguia incorporar a seu universo asséptico.

Evidentemente, a televisão está muito mais próxima da denúncia da

realidade social do que o rádio de 30 anos antes; sua programação é a evidência do inalcançável para a maior parte do público, tal como os uísques e apartamentos de cobertura da maioria dos anúncios vistos por milhões de pessoas pobres - espectadores excluídos do sonho. A percepção da televisão é habitualmente descrita como acrítica e sua mensagem tida por alienante; no entanto, pode gerar a consciência da exclusão, o que não acontecia no rádio.

A ascensão da tevê foi rápida, e a hegemonia da *Globo* conquistada brutalmente. Nos anos de Juscelino, Jânio e Jango, tevê e rádio competiram; foram anos em que as paixões desencadearam uma representação particular da luta de classes. Os possuidores de aparelhos receptores (símbolo, na época, de privilégio econômico e seus vizinhos convidados para ver a novidade - televizinhos - identificaram-se com os aventureiros e tecnoburocratas ascendentes da maré do desenvolvimento. Logo os programas de auditório de rádio, antes freqüentados por gente de toda origem, como divertimento *normal*, tornaram-se, na consciência bem-pensante, algo que degradava. Foi o tempo das *macacas de auditório* - na verdade, empregadas domésticas e moças da periferia urbana que, atrasadas em relação à moda cultural, projetavam suas aspirações em ídolos como Emilinha Borba ou Marlene. O nome *macacas* lembra que muitas dessas jovens eram negras.

Quando a televisão se firmou, deslocando o apoio publicitário que sustentava o *broadcasting* do rádio, nasceu a *Globo*. Concorrentes foram sendo tragadas - a melhor delas, a Excelsior, foi liquidada com outras empresa do grupo nacional da Panair do Brasil, visado pelos interesses que acionaram o golpe de 1964. Ficou a *Rede Tupi*, de Assis Chateaubrinad, no entanto condenada por não ter adaptado às contingências: mantendo geradoras em estados pobres, jamais constituiria realmente uma rede. Nos anos 60, no entanto, seus *hits* televisivos eram ainda importantes pela audiência que captavam: a primeira novela (*O Direito de nascer*) a *miss Brasil* eleita anualmente, o *Repórter Esso*. Tudo isso estava virtualmente condenado ao iniciar-se o governo Médici: em 1971, o Governo concedeu à *Globo* um empréstimo com o qual liquidou sua dívida com o Grupo Time-Life, mantendo ligações técnicas e operacionais (com a Silvania, a UPITN, a Rede ABC dos Estados Unidos) mas adaptando-se à exigência de composição acionária nacional, prevista na Constituição. Um contrato publicitário simultâneo com o Banco do Brasil cobrindo empréstimo da Caixa Econômica Federal assegurou que tal *nacionalização* se fizesse sem nenhuma despesa para o grupo Roberto Marinho.

A vocação de adaptar espetáculos públicos à exigência do meio televisivo já estava presente no final dos anos 60, nos *festivais da canção* que, vindos dos auditórios e das faculdades, alcançaram seu apogeu nas transmissões *ao vivo* diretamente do Maracanãzinho. Ali, em respeitoso silêncio, dezenas de milhares de pessoas ouviam o solitário Geraldo Vandré cantar, com um violão e sob a luz de um *spot* o *Prá não dizer que não falei de flores*; a canção terminaria em segundo lugar na escolha do júri (em primeiro, *Sabiá*, de Antônio Jobim e Chico Buarque de Holanda), mas o público a consagraria como a preferida - a expressão ede seus mais

íntimos sentimentos..

A classe média - aquela classe média - romperá afinal com o regime de 1964. Aprendera a entender a letra cifrada e radical da canção de Van-dré:

*Há soldados armados,
amados ou não,
quase todos perdidos
de armas na mão.
Nos quartéis lhes ensinam
a antiga lição
de morrer pela Pátria
e viver sem razão.*

É TEMPO DE FESTIVAIS, DE TEATRO, DO TROPICALISMO

Em 1964-65, o *show Opinião* reduzia, em seu restrito espaço cênico, as tentativas anteriores de arte de protesto dos CPCs e do MCP de Recife. O avanço da censura, ao lado do corte progressivo dos canais democráticos de participação, conduziu à etapa seguinte. A arte de agressão, os ritos do absurdo recuperaram a antropofagia de Oswald de Andrade, autor que se exumou nas universidades para um estudo mais profundo. Rumbas misturavam espanhol e português, a cafonice vestia as elegantes, os pintores transportavam diretamente para a tela os objetos que deveriam pintar. Era tempo de bananas e abacaxis; Carmém Miranda, falecida, e Chacrinha, em plena atividade na televisão tornaram-se ídolos da cultura dos eruditos.

O clima da época transparece no filme *Terra em transe*, de Gláuber Rocha, na *Tropicália*, canção de Caetano Veloso, nas pinturas de Hélio Oiticica. Em janeiro de 1968, *Roda viva*, de Chico Buarque de Holanda, encenada por José Celso Martinez Correia, contava a história da ascensão e queda de um ídolo; o personagem principal, a certa altura, servia seu próprio figado - na verdade, um pedaço de figado fresco de boi, cru - à platéia, espirrando sangue na cara dos espectadores da primeira fila. Logo, na série de espetáculos que imitava esse estilo agressivo, todos evitavam as primeiras filas.

Por mais inconseqüente e desvairado que tal procedimento estético possa parecer, o fato é que incomodava os grupos para militares então engajados no processo político. Em São Paulo, onde *Roda Viva* foi encenada, no Teatro Ruth Escobar, um grupo de cavalheiros armados de cassetetes e atendendo às ordens de um apito invadiu os camarins, despiu, espancou e pôs a correr na rua a atriz Marília Pera.

Roda Viva ia um pouco além de *O rei da vela*, outra encenação de José Celso sobre texto do Oswald de Andrade, que provocara escândalo quase tão forte, um ano antes. O mais notável terreno de combate não estava, porém, no teatro, onde as platéias são pequenas e os ingressos caros. A batalha vinha se travando cada vez mais no terreno da música popular.

O primeiro festival transmitido pela televisão foi uma promoção da *TV Excelsior*, e deu a vitória a *Arrastão*, de Vinícius de Moraes e Edu Lobo ("Olha o arrastão entrando no mar sem fim/valha-me Deus, nosso Senhor do Bonfim"). Elis Regina passaria a comandar um programa chamado *O fino da bossa*, que competia com a *jovem guarda* (Roberto e Erasmo Carlos, Vanderléia, Trio Esperança, Golden Boys) e o nostálgico *Bossaudade*, com Elizabeth Cardoso e Ciro Monteiro. Alguns artistas, como Jorge Ben, transitavam de uma bossa para outra, ora aparecendo no *show* de Elis Regina, ora no de Roberto Carlos: lançava as bases de seu *som internacional*, aliando arranjos americanos, batida brasileira e monotonia melódica. Em 1966, a *TV Record* de São Paulo contratou uma equipe de organização de festivais, constituída em sua maior parte por elementos da *Excelsior*, e organizou uma competição agitada, em que foram vitoriosos Chico Buarque (*A banda*) e Geraldo Vandré (*Disparada*), empatados.

A competição já passara a ser ideológica. O regime buscava anular seus inimigos também nesse campo. A *jovem guarda* era estimulada e as nostalgias também até certo ponto. O grande confronto se transferiria para os festivais.

Até a descoberta, em *Roda viva*, das engrenagens que o assediavam ("A gente quer ter voz ativa/no nosso destino mandar/mais eis que chega a roda viva/e carrega o destino prá lá"), Chico Buarque era utilizado como instrumento de despolitização no setor da música de classe média. Ele surgiu em festivais universitários para estreantes, em São Paulo, e a retórica de suas primeiras canções, como a da *Marcha de um dia de sol* ("Eu quero tanto um dia/o pobre e o rico/andando mão em mão") tinha traços líricos e pacifistas. Era, no entanto, um compositor brilhante, como provaria ao musicar trechos do poema de João Cabral de Melo Neto *Vida e morte severina* para o TUCA ("Esta cova ancha/nem rasa nem funda/é a parte que te cabe/neste latifúndio").

Depois de *Roda Viva* e da vitória da *Sabiá*, a carreira de Chico Buarque infletiu. Ele se recusou a ser o menino bem comportado que representava o máximo de *progressismo* aceitável pelos valores dominantes. Em uma canção, enxotaria o sabiá, daria um pega no cachorro e proclamaria sua intenção de fazer silêncio - "um silêncio tão doente/ do vizinho reclamar/ e levar ao conhecimento / do síndico do meu prédio/ pedindo para eu cantar". Estava a caminho de seu período de engajamento mais brilhante, que culminaria com *Construção, Deus lhe pague* ("Por esse pão para comer/ por esse chão para dormir/ a certidão para nascer/ a concessão para sorrir/ Deus lhe pague), que foram cantados com orquestra sinfônica e coral num espetáculo muito bem encenado, no *Canecão*, do Rio de Janeiro; com *Apesar de você* ("Ainda pago para ver/ a manhã renascer/ qual você não queria./ Você vai amargar/ vendo o dia raiar sem lhe pedir licença/ e eu vou morrer de rir/ vendo esse dia surgir/ antes do que você pensa"), de 1970, que foi apreendido após ter vendido 300 mil cópias; com *Calabar*, peça que escreveu com Rui Guerra e que não chegou a ser encenada, também por proibição da censura, mas cujas canções saíram em um *longplaying* cuja capa foi igualmente censurada.

Para a combalida juventude universitária, para centenas de milhares de intelectuais e também para muita gente do povo, as canções de Chico Buarque foram um instrumento eficiente de identificação, impedindo o desvario do *desbunde*, a acomodação, da marginalidade assumida.

Outros artistas populares provindos da classe média ocuparam o primeiro plano nesta época. Mais identificados com o Tropicalismo, Caetano Veloso (que começou sua carreira ganhando prêmios na tevê paulista, em *Esta noite se improvisa*, do animador Blota Júnior, graças à sua memória impressionante para músicas antigas) e Gilberto Gil abriram o caminho ao que se chamou de *Os baianos*: eles dois, mais Maria Bethânia e toda uma série de jovens que pisaram o caminho por eles abertos. À medida que o modelo cultural centralista se afirmava, a única possibilidade de um artista da província obter sucesso era afirmar-se no Rio ou em São Paulo. Gil, economista e ex-funcionário da Gessi-Lever, difere de Caetano sobretudo pela temática mística da maior parte de suas canções. Por exemplo: "Ora, lá vai passando a procissão/ se arrastando que nem cobra pelo chão". Ou este comentário, escrito quando a sonda soviética *Lunik* chegou à lua: "Poetas, seresteiros, namorados/ correi./ É chegada a hora de escrever e cantar;/ talvez a derradeira noite/ de luar".

O tropicalismo, como Chacrinha, não veio explicar, veio para confundir. Embaraçar os temas da participação e não-participação, da crítica de conteúdo e da crítica formal. Misturando dados políticos, antropológicos, retalhos de ciências, ele tentava questionar a realidade brasileira. De certa maneira, era uma perspectiva conservadora: atribuía ao país uma *essência* tropical, não-histórica, que se manifestava nos índios e nos homens urbanos, como se uns continuassem os outros. No entanto, foi talvez o primeiro movimento da arte de classe média a reconhecer a peculiaridade brasileira em face da Europa e dos Estados Unidos. Erigia a marginalidade como padrão adequado ao país - no que se assemelhava ao movimento *hippie*. Convivia com o consumo, e o aceitava. Defendia a *arte suja*, o *cinema lixo*, a *antiarte*. Os artistas fantasiavam-se para cantar, apresentavam-se com rigor cênico. A negritude baiana agredia.

Era quase o fim. O tropicalismo precedeu o AI-5.

E

A vida universitária foi abalada por choques contínuos logo após o golpe de 1964 e até o Ato Institucional número 5. A Universidade de Brasília, criada com o que havia de mais moderno para servir de modelo ao resto do país, foi a maior vítima. Atacaram-na em abril de 1964; invadiram-na em outubro de 1965, quando muitos professores se afastaram ou foram afastados; invadiram-na novamente em abril de 1967 e em agosto de 1968, quando um estudante levou um tiro na testa e os laboratórios foram depredados. A partir daí a UnB perdeu qualquer esperança de ser modelar, superada, na importância acadêmica, por outras universidades federais e por algumas instituições que iriam adquirir importância maior na década de 70, como a Universidade de Campinas. Seus reitores sempre escolhidos entre as figuras mais conservadoras.

A reforma do ensino universitário foi projetada no período que ante-

cedeu o AI-5. Seu objetivo era despolitizar a vida acadêmica, o que terminou acontecendo, em parte, com a multiplicação das escolas particulares, que são realmente centros de treinamento profissional e nada realizam em termos de pesquisa – exceção única de algumas instituições mantidas por igrejas, como as PUCs,.

Nas ciências humanas, o pensamento lukacsiano (de Georg Lukacs, marxista húngaro) foi banido e em seu lugar surgiria o estruturalismo, com seus modelos formais a-históricos: o discurso, a fala, a arte isolaram-se, no pensamento dos novos professores, da realidade social e passaram a ser analisados, dissecados, como textos que encerram sua própria verdade. É claro que esta visão, em muitos casos, ocultou outros enfoques e conduziu por novos caminhos a vertentes críticas aplicáveis sobretudo ao estado autoritário em que o Brasil se transformara.

Tudo isto estava em processo - é impossível separar os fatos apenas pelas datas porque as idéias não têm registro civil em cartório - quando ocorreram as grandes manifestações de 1968, deflagrando o processo que levaria ao AI-5 e ao milagre do Governo Médici. Talvez, se generalizarmos bastante os termos o espírito da cultura brasileira na década de 60, mergulhada até o pescoço em angústias e temores que a iriam afogar, possa ser encontrado nesta fala de um dos personagens - Nando - do romance *Quarup*, de Antônio Callado:

Eu por mim acho que para se pegar o espírito do Brasil e as raízes de sua vocação no mundo, o roteiro seria outro. Pouquíssimos brasileiros o fazem e daí a confusão em que vivemos. Eu considero a ida ao centro do Brasil, onde vivem os índios em estado selvagem, mais importante, muito mais importante do que conhecer o Rio ou São Paulo. E considero uma visita à região das Missões, no Rio grande do Sul, mais importante do que visitar Olinda, Bahia, Ouro Preto. Vejam bem, é só no Brasil que ainda existem, tão perto das grandes cidades, homens mais em contato com Deus do que com a História, isto é, com o mundo da razão e do tempo. Entre eles, a aventura do homem na terra poderia começar de novo.

Tratava-se, portanto, ainda aí, de enfrentar a permanente esfinge da cultura brasileira, seu mistério que resta decifrar: o Brasil. Um problema permanente dos intelectuais, desde o indigenismo de Alencar ao *indigenismo* de Callado.

ERA HÁBITO FALAR SOZINHO E GRITAR NOS ESTÁDIOS

Os arquivistas de jornal são sujeitos sábios. Para escrever estes textos, percorremos, é claro, além dos livros da bibliografia, as coleções classificadas de recortes que são, em muitos casos, o único documento existente sobre certos episódios. Pois bem: em empresas diferentes, encontramos guardadas na pasta de "manifestações públicas" ou "multidões" matérias

datadas de 1970 sobre um hábito popular então notável nas cidades: o de falar baixinho e só. E outras tantas, da mesma época, sobre o comportamento dos espectadores nos estádios, onde se fazia a catarse de um imenso e brutal silêncio.

O *Globo*, em agosto de 1970, chegou a entrevistar o Professor João Batista da Costa, da Universidade Cândido Mendes que se aplicava ao estudo do solilóquio, ou da arte de falar sozinho. E, precedendo a entrevista, descreveu o inusitado panorama das ruas do centro, onde fica a escola:

No Passeio Público, um homem procura algo nos bolsos, revira, reclama, fala alto, gesticula, e segue falando sozinho. Na Rua do Ouvidor, um senhor bem vestido, pasta executiva na mão, muda a expressão, dá de ombros, passa a mão na cabeça e comenta em voz alta: "Logo agora que o negócio estava pronto". Na Rua Álvaro Alvim, um rapaz com um talão de Loteria Esportiva na mão, anda rápido, de repente pára, faz alguns cálculos, fala em voz baixa, sorri e desabafa: "Também, se eu ganhar..." Em toda a cidade, a qualquer hora, a multidão caminha falando consigo mesma. Conversa, discute, comenta, briga. Solitariamente.

As observações feitas pelo Professor (de Direito) João Batista da Costa mostram algumas coisas interessantes: uns falavam alto, gesticulando muito, enquanto outros murmuravam e não faziam gestos; era comum pastas e embrulhos serem sacudidos como se fossem armas; "não dá", "não chega", "não sei o que faço", "ele não vai aceitar isso", "não" e palavras figuravam entre as expressões mais ouvidas; a maioria dos falantes solitários era constituída de adultos de mais de 30 anos, gente normal, gente saudável.

O murmúrio das multidões transformava-se em alarido nos estádios. Escrevendo sobre rubrica "comportamento", o redator de *Veja*, número de 6 de maio de 1970, partia da manifestação popular no jogo Brasil x Bulgária, dia 26 de abril, no Estádio do Morumbi, para lembrar que, a 22 de março, no mesmo campo, pouco antes de Brasil x Chile, 70 mil pessoas vaiaram o Prefeito Paulo Maluf, que chegava à tribuna de honra e, com maior intensidade ainda, o Governador Abreu Sodré que, tentando não ser percebido, terminou tropeçando e chamando para si a atenção geral. E mencionava outra vaia, nos salões do luxuoso Jockey Clube de São Paulo, onde uma platéia refinada abandonara a habitual frieza para ulular diante de uma coleção de moda Dior apresentada por Marc Bohan, em desfile beneficente. Diz a reportagem:

Segundo o psicólogo Luís de Araújo Prado, a vaia é, além de uma expressão rudimentar e pré-verbal de protesto, uma manifestação de desagrado, frustração ou raiva de uma coletividade. Por imitação ou medo de rejeição, todos vãoiam.

A grande novidade era que a vaia criava uma gíria peculiar:

É o caso da palavra bicha ou tricha, que teve estréia num jogo Flamengo x Vasco, há quatro anos, no Maracanã, contra o juiz Armando Marques. hoje, seu uso está inteiramente aceito nos campos de futebol. Em Minas, com a mesma intenção, a torcida do Atlético agride a do Cruzeiro com o pejorativo "refrigerado". Os torcedores do Cruzeiro respondem com um vibrante e contundente "cachorrada". O "é esse, é esse, é esse" é reservado, em todos os estádios do Brasil, para os jogadores violentos. No Maracanã, a assistência vaia tudo; dos jogadores ao anúncio da renda do jogo - e capricha quando surge o time adversário. Em Curitiba, na Avenida Luís Xavier, centro da cidade e área de bate-papos, os grupos que conversam repentinamente se reúnem e vaiam. O quê? Pode ser um motociclista, uma mulher, um mendigo. Segundo vários autores, o Brasileiro vaia até minuto de silêncio.

Só quem viveu profundamente aquele período consegue lembrar esses sinais de angústia. Nas universidades, ausentes aqueles professores que os alunos antes mais estimavam, os restantes limitavam-se a recitar a matéria com um olho no quadro-negro e outro nos rostos enigmáticos de dois ou três agentes de segurança que havia disfarçados em cada sala, ou que, por paranóia da sobrevivência imaginava-se haver. Os editores de política dos jornais estavam virtualmente desempregados: o noticiário do Congresso se limitava a umas poucas linhas. Tanto quanto os transeuntes neuróticos, o poder monologava.

Mas foi em 1970 que o Brasil ganhou a Copa do Mundo e o povo - essa gente admirável que se acostumou a cantar sua tristeza em sambas de carnaval - festejou. A classe média aderiu à festa com inusitado vigor: em todas as cidades desfilaram cursos de automóveis enfeitados. Em Brasília, a maior multidão jamais reunida ali invadiu o Aeroporto, na chegada da seleção. O Governador Hélio Prates chorava ao abraçar Pelé e Zagalo. Dezenas de milhares de braços tentavam a qualquer custo tocar no símbolo mítico da glória nacional, a Taça Jules Rimet, que o capitão do time, Carlos Alberto, estreitava contra o peito. Houve quem subisse no carro de bombeiros para beijar os pés de Rivelino. Em Porto Alegre, o Governador do Rio Grande do Sul, Coronel Peracchi Barcelos, recebeu o lateral esquerdo Everaldo com um discurso em que se revela o espírito da época:

Vocês, jogadores tricampeões, com esta vitória, devem ter influído no espírito de quantos, a serviço de causas malsãs, procuram enxergar no Brasil um país que não é uma ditadura, mas uma democracia. Mas quem quiser ver que isto não é uma ditadura, é uma democracia, que venha às ruas de todos os estados brasileiros e veja como o povo livremente se manifesta. Ninguém lhe tolhe os passos e ele, dessa forma, testemunha ao mundo que a Revolução de Março de 1964 pode ter imposto, em certos momentos, algumas restrições, mas é uma revolução eminentemente

democrática. E exemplo disso nos deu, sobejamente, o Presidente Garrastazu Médici, com o qual vocês almoçaram.

Foi a catarse. Aceleravam-se as obras da Transamazônica, empregando 500 mil nordestinos em 150 frentes de trabalho, com o salário de Cr\$ 2 por dia. Em agosto, aproveitando o clima da chegada da Copa do Mundo, lançavam-se os *slogans Ninguém segura este país e Brasil, ame-o ou deixe-o*, colado compulsoriamente nos veículos oficiais, nos carros dos funcionários públicos e de todos que não queriam correr o risco de não colar. Anunciava-se a criação do Programa de Integração Social, PIS, do Programa de Integração Nacional, PIN, do Mobral e de um plano de metas básicas com 230 projetos prioritários. No final do ano, Pelé faria seu milésimo gol, dedicando-o às criancinhas desvalidas. E aí os descontentamentos se revelaram; os intelectuais ficaram odiando Pelé, porque achavam que ele devia aproveitar a chance e criticar o Governo,

A CORRIDA PARA O AI-5 COMEÇOU NA POSSE DE CASTELO

Logo ao tomar posse, a 15 de abril de 1964, o Presidente Castelo Branco começou a pôr em prática os dispositivos do Ato Institucional (era o primeiro, mas não se imaginava que houvesse um segundo) destinado à "autodefesa da Revolução". Em poucos meses - até dezembro - havia demitido dez mil funcionários públicos, suspenso os direitos políticos dos ex-Presidentes Jânio Quadros, João Goulart e Juscelino Kubitschek, de 55 membros do congresso e de 320 outros cidadãos. Os inquéritos policiais-militares indiciavam 50 mil pessoas e só em São Paulo a Delegacia de Ordem Política e Social confiscara perto de 25 mil livros. No Rio, com os presídios cheios, dois navios foram transformados em prisões flutuantes. Em Recife, as denúncias de maus-tratos a cidadãos detidos chegaram a tal ponto que o General Ernesto Geisel viajou até lá para ver e contornar a situação.

A relação dos intelectuais, antes mesmo do *show* do *Opinião*, era intensa. "A Revolução está descambando para o perigoso terreno da galofa", escrevia Stanislaw Ponte Presta, Sérgio Porto, a propósito das prisões e perseguições desenfreadas. Seu personagem *Bonifácio, o Patriota*, das colunas de *Última Hora*, vivia dias de esplendor. Livros como *Os idos de março* e *O Ato e o Fato* (este de Carlos Heitor Cony) lideravam as vendas nas livrarias. O colorido semanário *Pif-Paf*, de Millôr Fernandes - uma espécie de avô colorido do *Pasquim* - fechava sob pressão, depois de ter popularizado as caricaturas de generais entulhados de medalhas. "Quanto mais pobre o país, mas medalhas têm e mais alto e enfeitado é o seu quêpi", proclamara. A linha mais radical do regime chegava ao Clube Militar, com a eleição do General Muniz de Aragão para a Presidência. Em Goiás, o Governador Mauro Borges, marcado pelo apoio que dera ao movimento de Leonel Brizola pela legalidade, em 1961, perdia seu mandato. O mandato de Castelo Branco era prorrogado até 15 de março de 1967.

"Adorei a revolução de vocês", disse Brigitte Bardot, que andava naquele tempo por aqui, e até cuidava de se instalar em Búzios, no litoral do Estado do Rio. O plano econômico que já vinha pronto dos tempos do IPES entrava em vigor, pelas mãos do Ministro Roberto Campos: aumento da poupança interna, incentivo às exportações de matérias-primas, emissão de Letras do Tesouro, criação do Banco Nacional da Habitação. Essa mesma política econômica, fortemente recessiva levaria às primeiras fraturas na frente que conspirara para depor João Goulart. Em junho de 1965, o Deputado Herbert Levy expressaria o ponto de vista de um importante segmento de empresários paulistas ao proclamar:

O setor privado está pressionado por dois fatos terríveis: por um lado, a restrição do crédito, que força os produtores a buscar recursos no mercado de capitais sob condições extorsivas; de outro, a drenagem progressiva de recursos para os cofres públicos, através da política fiscal cada vez mais agressiva.

Em suma, o monetarismo era mais feio do que o haviam imaginado. À fratura na base de apoio econômico do regime correspondeu, imediatamente, crescente turbulência no espaço político. Carlos Lacerda tornou-se um crítico veemente da política econômica de Roberto Campos, embora evitasse um confronto direto com o Presidente Castelo Branco. Foi este que tomou as dores de seu ministro, proclamando-se, num discurso em Florianópolis, "o único responsável pela política adotada por seu Governo".

O desaguadouro previsível dessas contradições seria a sucessão presidencial: Adhemar de Barros, que buscava preencher o vazio da liderança trabalhista, queria uma escolha direta; Carlos Lacerda, sabendo-se marcado pela oposição a Vargas e a João Goulart, preferia o voto indireto; Magalhães Pinto, o mineiro, acenava com a hipótese de nova prorrogação do mandato de Castelo Branco. Mantendo o hábito de dar de público seus recados, o Presidente escolheu o Clube Militar para dizer que "continuismo e ditadura não eram com ele".

A perturbação institucional atingia a área militar, dividindo os oficiais da tropa - que terminariam patrocinando a escolha do General Arthur da Costa e Silva para suceder a Castelo - e os militares que mais de perto haviam participado da conspiração civil do golpe contra Jango. Um dos signatários do Ato Institucional, Almirante Augusto Hanneman Rademaker Grunewald, chegou a estar preso por duas vezes por discordar de atos do Governo. Oficiais do grupo mais radical preocupavam-se com a contestação cultural em curso e, em manifesto, acusavam o Presidente Castelo Branco por ter permitido que *Vereda da Salvação*, filme de Anselmo Duarte baseado na peça de Jorge de Andrade, participasse do Festival de Cinema de Berlim.

Tudo isso se passava dentro daquilo que se chamaria mais tarde de "sistema". E o que ocorria ali como que avalizava a reorganização dos grupos de intelectuais da classe média descontentes com o golpe de 64. Em um *Manifesto à Nação*, vários deles (entre outros, Alceu Amoroso Lima,

Barbosa Lima Sobrinho, Oscar Niemeyer e Anísio Teixeira) reclamavam "o restabelecimento da legalidade democrática dentro do princípio da independência e da harmonia dos poderes, com respeito às decisões dos tribunais e dos juízes, à soberania dos órgãos legislativos e à integridade de cada pessoa e de cada família". Uma conferência da Organização dos Estados Americanos realizava-se no Hotel Glória, no Rio de Janeiro; no dia 17 de novembro, quando o Presidente da República ali estava, oito intelectuais desdobraram uma faixa com os dizeres "OEA: queremos liberdade". Sete foram presos no ato: Antônio Callado, Carlos Heitor Cony, Jayme de Azevedo Rodrigues, Gláuber Rocha, Joaquim Pedro de Andrade, Flávio Rangel e Mário Carneiro. Na política externa, predominava a doutrina do "alinhamento automático" com os Estados Unidos; obediente a ela, o Brasil, contrariando toda sua tradição diplomática, enviou tropas, sob o comando do Coronel Meira Matos, para a intervenção articulada pelos norte-americanos na República de São Domingos, onde se processava a rebelião constitucionalista do Coronel Francisco Caamaño.

O Ato Institucional nº 2 saiu em novembro de 1965. Extinguia os partidos políticos e autorizava o Presidente da República a legislar por decretos-leis nos períodos de recesso do Congresso. O andamento do processo sucessório já não autorizava a aspiração de eleições diretas, o que indignou bastante o Governador Adhemar de Barros. Ele teve a ousadia de pedir a Castelo que "praticasse um ato de grandeza, renunciando e entregando o Governo ao Marechal Dutra". Por isso foi deposto em junho de 1966 e substituído pelo Vice-governador, Laudo Natel. Entre as candidaturas militares, uma, a do Marechal Henrique Duffles Teixeira Lott, fora vetada em 1965; duas outras, mais difíceis de contornar, seriam juguladas através da Lei do Domicílio Eleitoral, que cortou no nascedouro as ambições dos Generais Amauri Krueel (II Exército) e Justino Alves Bastos (que do IV se transferira para o III Exército, no Rio Grande do Sul). Acabou sendo escolhido mesmo o General Costa e Silva.

A oposição dentro do sistema prosseguia, antes e depois da cassação de Adhemar. Em abril, Carlos Lacerda, que deixara o Governo da Guanabara, passava a pregar a união dos democratas "contra o castelismo". Viajando à Lisboa, entrou em contato com o ex-Presidente Juscelino Kubitschek, a quem tanto combatera, em torno de um programa político, o da *Frente Ampla*, que previa, nos termos do manifesto de 28 de outubro, a redemocratização do Brasil, eleições diretas, a retomada do desenvolvimento econômico e uma política externa baseada "na afirmação da soberania nacional". Fazendo coro aos mesmos sentimentos, o Presidente da Câmara e ex-udenista Adauto Lúcio Cardoso recusou-se a cumprir a ordem de cassação de seis deputados federais (Doutel de Andrade, César Prieto, Fidélis Moura, Abib Chamas, Sebastião Pais de Almeida e Humberto El Jaik), colocando a Casa em sessão permanente. Mas o Executivo reagiu com violência: declarou o Congresso em recesso por 30 dias e o fez invadir por tropas armadas.

No nível mais profundo, prosseguia a crise econômica, da qual o Brasil só conseguiria se livrar, ficticiamente, nos anos do Governo Médici, através de continuados empréstimos externos. Agora, quem reclamava

eram os banqueiros, ameaçados por uma medida que aparentemente lhes trazia benefícios: não tinham mais que pagar juros aos depositantes. Temiam eles uma retirada maciça dos depósitos. Mas o Governo fora levado a isso exatamente pela necessidade de reduzir o custo do dinheiro, de que se queixavam os empresários. Caíam as vendas, faltava liquidez para o financiamento ao consumidor e a inflação, nos quatro primeiros meses do ano, atingia o dobro do que o Governo pré-fixara para o ano inteiro. Para um aumento do custo de vida de 45%, os trabalhadores tiveram reajustes inferiores a 25%. E, finalmente, em setembro, caía a estabilidade no emprego, em troca da instituição do Fundo de Garantia do Tempo de serviço. Teoricamente, os trabalhadores poderiam optar pelo novo sistema: na prática, foram, forçados a fazê-lo.

A posse de Costa e Silva, em 1967, a 15 de março, foi precedida de uma série de providências que o tornavam, ao menos no papel, o governante mais poderoso que o País já tivera. Uma nova Constituição, destinada a durar pouquíssimo tempo, fora aprovada em janeiro; uma Lei de Imprensa muito rigorosa em fevereiro; uma Lei de Segurança Nacional mais rigorosa ainda, em março. A articulação da Frente Ampla encontrava obstáculos concretos: João Goulart, por exemplo, a apoiava em tese, mas achava mais importante fortalecer o MDB, partido da oposição consentida, transformando-o, aí sim, numa frente real de oposição à Arena, o partido do Governo. A família Vargas, por sua vez, pela palavra de Lutero Vargas, filho de Getúlio e ex-presidente do PTB, afirmava sua incompatibilidade com o laicidismo. Mil novecentos e sessenta e sete foi o ano do cruzeiro novo - mil vezes mais valioso que o antigo, cujo poder de compra se deteriorara, para desespero dos fabricantes de caixas registradoras preocupados com o excesso de zeros - e da minissaia, que ajudou a fazer do verão carioca, mais do que nunca, uma festa.

O novo governo representava interesses de certa maneira opostos ao anterior, no plano de política internacional. Nomeado chanceler, Magalhães Pinto pôs em prática o que preconizava o manifesto da Frente Ampla: atos de afirmação de soberania. Entre eles, a recusa em apoiar a criação de uma Força Americana de Paz, o veto ao tratado de desnuclearização da América Latina proposto pelas grandes potências, a ameaça de retaliação diante da sobretaxa cobrada pelos Estados Unidos ao café solúvel de procedência brasileira e a exigência de que 32% das exportações do País fossem transportadas em navio de sua bandeira. No Ministério da Fazenda, a estrela de Antônio Delfim Neto começava a brilhar: ele baixou, ou pelo menos disse que baixou, a inflação anual dos 41% de 1966 para 25% em 1967; providenciou a redução das taxas de juros, obrigou os bancos a emprestarem a firmas nacionais e, regulamentando o Decreto-lei 157, estimulou a capitalização das empresas.

Em suma: o Governo tratava de contentar as pressões nacionalistas militares e de recompor o apoio empresarial ao regime, enquanto reduzia temporariamente a pressão sobre os intelectuais. Estes não contariam, portanto, com qualquer apoio quando, em 1968, partiram para a contestação generalizada: tinham apenas a simpatia de muitos populares, como se

provou durante as passeatas pelo centro do Rio de Janeiro. Mas não bastava. As greves foram ralas e escassas e há, até hoje, quem sustente que forças conservadoras estimularam ação e reação, temendo que, pelo caminho das concessões e do entendimento, o Governo terminasse realizando aquilo que era o sonho do Presidente Costa e Silva, confidenciado a seu Secretário de Imprensa, o jornalista Carlos Chagas: democratizar o País.

O PROCESSO, DO PONTO DE VISTA DOS POLÍTICOS

O Congresso Nacional, ao declarar vago o cargo de Presidente da República, a 1º de abril de 1964, pensava estar ele liderando o golpe. Na realidade, suas figuras mais expressivas haviam levantado todos os obstáculos possíveis ao Presidente João Goulart e participado, até certo ponto, da conspiração que o depôs. Neste trabalho, haviam-se articulado líderes tanto da UDN (como Bilac Pinto) quanto do PSD (como José Maria Alkmim). E o Presidente do Senado, pessedista Auro de Moura Andrade, se encontrara por três vezes com o General Castelo Branco, entre dezembro de 1963 e fevereiro de 1964 - período durante o qual o Parlamento esteve reunido "para vigiar Jango".

Os políticos começaram a desconfiar que a história não era exatamente essa já na manhã do dia 2 de abril, quando Auro de Moura Andrade viajou para o Rio de Janeiro levando a comunicação formal de que os membros do comando revolucionário - o General-de-exército Arthur da Costa e Silva, o Tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo e o Vice-almirante Augusto Hanneman Rademaker Grunewald - estavam nomeados ministros das três forças armadas, cada qual da sua. Um dos trunfos de Auro era o reconhecimento imediato do novo Governo pelos Estados Unidos - do governo teoricamente chefiado por Ranieri Mazzilli.

Parece que a tarefa de mensageiro não deixou Auro de Moura Andrade muito confiante. Ele percebeu que vinha chumbo grosso e, com os líderes do PSD e da UDN, tratou de redigir um "ato constitucional" que atendesse às reivindicações dos militares antes que eles mesmos tratassem de impor seus desejos. O texto foi preparado por Amaral Peixoto, Ulisses Guimarães e Martins Rodrigues, do PSD, e por Pedro Aleixo, Bilac Pinto e Adauto Lúcio Cardoso, pela UDN. De todos, só Bilac Pinto, talvez por saber mais, não parecia muito entusiasmado com o trabalho, que se realizava numa sala do Palácio Laranjeiras. No final, ficou combinado que o Congresso elegeria o Presidente da República que "as forças revolucionárias" indicassem e forneceria às mesmas forças todo apoio para a mudança no estilo de governo; reteria, assim, o poder constituinte e, por esse meio, supunham, o controle do processo.

O Ministro da Educação, Gama e Silva, levou o documento ao Ministério do Exército. E, quando voltou, muito sério, um frio correu na espinha dos parlamentares. "Malgrado meus esforços", disse ele, "devo comunicar a Vossas Excelências que o Comando Revolucionário baixará ele um ato. Dizem que a Revolução tem legitimidade própria e verdadeira. Ela é que legiti-

mará o Congresso, não o contrário." Ao que se comentava, por detrás dessa resposta dos ministros militares, estava o dedo do jurista Francisco Campos, especialista em redigir constituições outorgadas e leis de exceção. Ele se preparava para redigir mais uma série.

O candidato natural dos militares seria Castelo Branco, que se dava bem com a UDN mas não com o PSD. Os pessedistas, por via das dúvidas, já a 19 de março haviam lançado a candidatura de Juscelino Kubitschek à sucessão de Jango. O esforço para conseguir o apoio mais amplo possível obrigou Castelo Branco a encontrar-se com JK. Segundo Amaral Peixoto, o encontro "foi cordial" e, nele, Castelo se comprometeu a "cumprir o resto do mandato de João Goulart e passar o poder a quem fosse eleito".

Ao assinar o Ato Institucional nº 1, os chefes militares deram uma bofetada no Congresso: desprezando sua "nomeação" para ministros, preferiram autodenominar-se "comandantes-chefes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica". Afinal, embora antijanguistas, os oficiais partilhavam da crença de que o País seria ingovernável com um Parlamento tão poderoso como o que brotara da Constituição de 1946.

O Ato podava alguns dos poderes do Congresso, estabelecendo que as iniciativas do Executivo teriam prazo certo para apreciação (findava-se o instituto da obstrução parlamentar) e que os parlamentares não poderiam apresentar projetos que representassem aumento de despesas (uma espécie de veto à política de clientela, de que Jango tanto se queixava). Mas limitava em seis meses a vigência da suspensão dos direitos constitucionais, das garantias de vitaliciedade e estabilidade; e em apenas dois meses, contados a partir da posse do Presidente da República, a possibilidade de cassação de diretos políticos.

Os militares pensavam liquidar rapidamente a fatura, prendendo as lideranças populares disponíveis. Supunha-se que, conforme a tradição brasileira, os parlamentares, jornalistas, advogados e padres não seriam muito incomodados. Mas Juscelino Kubitschek, interlocutor recente do Presidente Castelo Branco, seria cassado em julho. O mandato presidencial prorrogado em agosto. O poder judiciário atingido pela primeira vez quando, após a concessão de *habeas corpus* pelo Supremo Tribunal Federal ao Governador de Goiás, Mauro Borges, Castelo fez um discurso violento e o depôs, em novembro de 1964.

Os políticos iriam descobrir antes dos militares que estavam sendo apenas instrumentos em um processo dirigido não se sabia de onde. Sempre tentando compor, negociar, o Congresso aprovou em julho de 1965, sob pressão dos *juvens oficiais* que reclamavam novo Ato Institucional, uma série de dispositivos de inelegibilidade destinados a afastar dois candidatos da coligação PSD-PTB aos governos estaduais: Hélio de Almeida, na Guanabara, e Sebastião Paes de Almeida, em Minas Gerais. Mas mesmo os substitutos bem mais moderados - Negrão de Lima, no Rio, e Israel Pinheiro, em Minas Gerais - causaram tal reação que, ao serem eles eleitos, o Ministro da Guerra, General Arthur da Costa e Silva, teve que se comprometer com "medidas enérgicas em defesa da segurança da Revolução".

Afinal, sairia o Ato Institucional desejado pela Vila Militar: Castelo

pediu novas medidas de exceção do Congresso, os líderes do PSD recusaram-se em particular a ampliar a competência da Justiça Militar para julgar civis por crimes políticos. Era o pretexto; o Ato Institucional número 2, de 27 de outubro de 1965, restaurava o poder de cassar mandatos e suspender direitos políticos; extinguiu os partidos; decretava a eleição indireta para a escolha do Presidente da República; autorizava a decretação do estado de sítio sem prévia audiência do Congresso; ampliava o número de juízes do Supremo Tribunal Federal, colocando o órgão máximo da Justiça na dependência segura do Executivo; instituía o "estatuto dos cassados"; suprimia o foro especial; ampliava os casos de intervenção federal nos Estados.

A 25 de outubro, Carlos Lacerda desistira de sua candidatura à Presidência; era o último dos três *governadores da revolução* a se descomprometer com os rumos do processo político. No pêndulo estabelecido em favor dos interesses econômicos que na verdade manipulavam tudo, a *jovem oficialidade* superava momentaneamente o *grupo da Escola Superior de Guerra*, identificado com o General Castelo Branco. Com o apoio dos primeiros, Costa e Silva viajou para a Europa dizendo: "Vou ministro e volto ministro". Estava querendo dizer: "Vou ministro e volto candidato pré-eleito à Presidência". E assim foi. A 3 de outubro de 1966, Costa era eleito; a *linha dura*, afirmava-se, chegava ao poder.

Nem tanto. O próprio Costa e Silva não discordava de Castelo quanto à necessidade de *institucionalizar a revolução*. Uma Constituição foi preparada às pressas e submetida ao Congresso em fim de mandato: com as emendas, ficou tão a gosto da UDN que Pedro Aleixo, presidente da Comissão redatora, afirmava ter adotado "a técnica das constituições liberais". Os udenistas tinham, como principal razão de seu contentamento, a adoção da eleição indireta do Presidente da República - sabiam que jamais conseguiriam chegar ao cargo em eleições diretas. No mais, concediam com o foro militar para o julgamento dos civis; com os decretos-leis do Executivo paralelos à legislação votada no Parlamento; com a facilidade de intervenção nos Estados e de decretação do estado de sítio, sem se ouvir o Congresso.

Novamente o pêndulo: tal como a *jovem oficialidade*, a UDN confiava que estava se aproximando do poder. O MDB expressava o sentimento de setores pessedistas e petebistas quando se recusou a subscrever a Constituição que "institucionalizava a ditadura". A propaganda falava em "alívio" - político, econômico, social. E Costa e Silva estava disposto a patrocinar esta redução de tensões, tal como demonstrou com alguns atos simbólicos, tais como convidar o Presidente do Partido de Oposição, Oscar Passos, a acompanhá-lo a uma reunião internacional, em Montevideu. Chegou mesmo a dizer a Passos que a revisão das punições revolucionárias era "questão de oportunidade". Juscelino voltou, a Frente Ampla se firmava.

Quem procurar, páginas atrás, encontrará os prováveis motivos da crise que se seguiu: no Poder, além de ensaiar uma *abertura*, sem dar-lhe esse nome, Costa e Silva tratou de adotar uma política externa e medidas econômicas que não agradavam aos grandes interesses dominantes no Brasil - não por isso brasileiros. Uma onda de boatos começou então a cor-

rer o país, exaltando a "fragilidade" do regime, a "pouca competência" do Presidente, cuja esposa, D. Iolanda, passou a figurar nas colunas sociais, nem sempre com o respeito merecido. Os incidentes se sucediam: quando o Tribunal Federal de Recursos liberou o livro *Torturas e torturados*, de Márcio Moreira Alves, o Ministro da Justiça, Gama e Silva, recusou-se a cumprir a ordem. Emitiram-se dezenas de decretos-leis, para descontentamento da Arena, no qual se forma o chamado 'bloco independente'.

Neste clima foi morto o estudante secundarista Edson Luís e a agitação ganhou as ruas. Era abril. Em maio, foi declarada ilegal a Frente Ampla, por uma portaria do Ministro da Justiça. Em junho, ao recrudescer a agitação estudantil, Costa e Silva deu um passo arriscado: concordou em receber no Rio um "comando de estudantes". Estes, diz a crônica palaciana, lhe pediram "nada menos que o poder". Outros cronistas admitem apenas que as solicitações eram impossíveis de atender, nas circunstâncias.

Com bonecos numa peça de marionetes, todos desempenhavam bem seus papéis: matavam, morriam, espancavam eram espancados, escreviam livros, apreendiam livros. A prova do artificialismo disso tudo constatou-se quando a Universidade de Brasília, onde tudo estava em calma, foi invadida a pretexto da prisão de três estudantes, numa grande operação militar. Os policiais concentraram todos os alunos numa área do *campus*, com as mãos na cabeça como se fossem guerrilheiros capturados em combate: eram os filhos dos diplomatas, dos políticos, dos altos funcionários, dos altos chefes militares da Capital os que ali estavam.

Foram tempos dramáticos para Costa e Silva. Militares bem informados advertiam os políticos da Arena de que estavam se suicidando ao dar respaldo às agitações estudantis - no que cumpriam simplesmente seu dever de país; em outubro, centenas de rapazes eram presos no congresso da União Nacional dos Estudantes, em Ibiúna, São Paulo. O mesmo estado em que, poucos dias antes, Costa e Silva dissera: "Não me atemorizam eventuais brumas que possam toldar os céus brasileiros, circunstancial e episodicamente".

Nas circunstâncias (pensem no pêndulo), o velho general agia tão cega e contraditoriamente quanto João Goulart: ambos foram conduzidos pelos fatos. Mas quem conduzia os fatos?

TODOS CONSPIRAM, MAS QUEM CONSPIRA POR TODOS?

A primeira aproximação de realidade que se pode fazer diante dos fatos pós-64 é admitir que havia uma conspiração poderosa, contínua e encoberta. Para os militares, eram os comunistas que conspiravam - até porque, mantidos há muito tempo na ilegalidade, tinham mesmo que conspirar. Mas o depoimento de Luís Carlos Prestes, então Secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, desmente a onipotência e onipresença desta conspiração, revelando mais perplexidade que comando dos fatos. Eis alguns trechos do que Prestes disse aos repórteres Dênis de Moraes e Francisco Viana, no livro *Prestes: lutas e autocríticas*, editado em 1982.

Em 1962, participei de uma reunião com Jango e San Tiago Dantas em Petrópolis. Tratamos da unificação das forças políticas, mas havia grandes dificuldades devido à resistência do PSD. Jango queria que o PSD participasse, mas o PSD resistia. Ele achava que não podia formar a frente democrática apenas com o PTB e o PCB. Nós participamos desse processo até setembro de 1963, quando foi proposto o estado de sítio. O pretexto era a luta contra Lacerda. Parece que Jango queria o estado de sítio para enfrentar Lacerda. Mas, quando li o projeto, compreendi, imediatamente, que o estado de sítio era contra nós. Interpretei naquele jogo uma tentativa de Jango de romper com o movimento sindical, com as forças populares e com o nosso partido. O que Jango pretendia? Queria agir independentemente de nós e da CGT. Lendo o projeto do estado de sítio, que parece ter sido feito por Tancredo Neves, percebi que o governo, se dispusesse daquele poder, poderia perseguir os comunistas e dissolver a CGT.

A aliança com Jango era, portanto, marcada por fortes desconfianças. Por exemplo:

Só mais tarde é que eu percebi que havia muitos elementos continuístas nas posições de Jango. (...) Como era hábil e inteligente, Jango sabia que, se optasse por nós e o movimento de massa, o PCB acabaria prevalecendo, porque estava crescendo muito. Como grande latifundiário e representante da burguesia que era, não lhe convinha esta alternativa. Assim, para Jango, a melhor saída era aparecer como vítima. Eu tenho a impressão de que ele não negociou a queda, mas precipitou os acontecimentos. Aquela reunião com os sargentos no Automóvel Clube do Brasil foi uma provocação.

A reunião com os sargentos fora precedida por dois levantes de praças: um de 500 sargentos, em 11 de setembro de 1963, em Brasília, liderados por Antônio de Paula Prestes: protestando contra a decisão do Tribunal Superior Eleitoral que declarara inelegíveis os candidatos sargentos eleitos em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, eles ocuparam alguns prédios administrativos e a Rádio Nacional, antes de serem dominados, com duas mortes. O outro movimento foi o dos marinheiros (1.600) no Sindicato dos Metalúrgicos, liderado pelo cabo José Anselmo dos Santos. Mais tarde, ele seria reconhecido como um dos torturadores por Inês Etienne Romeu, militante da Vanguarda Popular Revolucionária; e por José Carlos Brandão, líder estudantil de 1964, entre os homens da equipe do Delegado Fleury. Por tudo isso, o Almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues, último Ministro da Marinha de João Goulart, acha que todo o movimento de sargentos era organizado pela CIA. Prestes assegura:

Tenho responsabilidade política no golpe de 1964, mas não tenho responsabilidade pessoal. O golpe teve causas objetivas. Não foram nossos erros que o determinaram. (...) Na noite de 31 de março, eu percebi que a classe operária ia ser derrotada (...). Os generais queriam fazer no Brasil o mesmo que foi feito na Indonésia, no ano seguinte: um banho de sangue (...). Determinar a resistência seria o massacre. Por isso no dia 1º de abril, a instrução que eu dei, a responsabilidade que eu assumi, foi de recuar em todas as frentes, salvando o que fosse possível salvar.

As discussões eram profundas, entre comunistas e trabalhistas, dentro do próprio Partido Comunista e entre diferentes alas do trabalho:

O maior responsável por aquela reunião (dos sargentos, no Automóvel Clube) foi Darcy Ribeiro, que tinha posições esquerdistas aceitas por Jango (...) Quinze a vinte dias antes do golpe, Jango mandou me entregar uma cópia do Projeto Brasil, através de Darcy Ribeiro, seu chefe da Casa Civil. Levei o assunto à Comissão Executiva, que o aprovou, mas considerou que ainda era pouco. Marighela e Mário Alves estavam nessa posição esquerdista. (...) Nessa época (logo depois de 1964), nossas relações com Cuba eram muito ruins. Não aceitávamos que a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) dirigisse nossa política interna. (...) Com Brizola eu também não tinha bom relacionamento. Nós tínhamos apoiado a eleição dele aqui, no Rio, mas nossas relações nunca foram boas. (...) O que eu me arrependo é de não ter criticado o esquerdismo pré-64 de Brizola. Quanto ao movimento de Caparaó, eu estava desinformado. Quando o movimento surgiu, eu não sabia de nada.

A unidade da cúpula dos comunistas, mesmo antes da defecção de Carlos Marighela, Jover Teles, Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho - que preferiram o caminho da luta armada, em 1967 - não era lá essas coisas. Nem seu conhecimento dos fatos tão amplo que se pudesse atribuir ao PCB a conspiração adivinhada nos acontecimentos da década de 60. Quando se tornou evidente a participação das multinacionais no processo, os oficiais envolvidos no processo revolucionário propuseram uma hipotética aliança dos comunistas e das multinacionais. Mas já aí estavam delirando - um delírio a que os levou, por exemplo, o fracasso da tão bem preparada campanha para eleger o General Albuquerque Lima, de linha nacionalista, para a sucessão do Presidente Costa e Silva.

A PREPARAÇÃO DO GOLPE DENTRO DO GOLPE

O movimento estudantil é o que mais chamou a atenção na série de

agitações que antecederam o Ato Institucional nº 5, em 1968. Mas não foi a única frente em que o regime estava, então, sendo contestado, ou a única desculpa para uma generalizada e brutal repressão. A televisão repetia, de vez em quando, nos intervalos da programação, o *tape* da espetacular apresentação de Geraldo Vandré no festival da Canção. Grupos paramilitares agiam no Rio (atirando bombas contra o Teatro Opinião), em São Paulo e no Rio Grande do Sul (impedindo, nos dois estados, a apresentação de *Roda viva*). O artigo do Marechal Poppe de Figueiredo "Revolução e desenvolvimento", publicado no *Jornal do Brasil*, provocou medidas governamentais para impedir novas manifestações de oficiais reformados. A imprensa internacional publicava uma série de denúncias sobre a violência da repressão nas prisões brasileiras.

No mesmo dia em que o Ministro do Interior, General Albuquerque Lima, acusava os jornais do Brasil e do exterior de "sensacionalismo na divulgação de notícias", a Polícia Militar assassinava a tiros, no Restaurante do Calabouço, na Esplanada do Castelo, Rio de Janeiro, um estudante secundarista de 16 anos. Eram 18h30m do dia 28 de março de 1968. A Polícia invadiu o restaurante cheio de gente e saiu distribuindo pancada. Os rapazes responderam com pedras e os soldados com tiros. Um deles - segundo o *Correio da Manhã* disparado pelo Tenente Alcindo Costa, do Batalhão Motorizado - atingiu no peito Edson Luís de Lima Souto, de 16 anos.

O cadáver foi levado para o saguão da Assembléia Legislativa, coberto de bandeiras - do Brasil, da União Nacional dos Estudantes, da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários - e, pregados nelas, papéis de cadernos e folhas almaço, com frases como "Esta é a justiça da ditadura". O Presidente da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço, Elinor Brito, discursou chorando e pedindo vingança. O Presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Vladimir Palmeira, falou em seguida:

Eles nos ensinam que devemos usar também a violência em nossas reivindicações. Somente com violência atingiremos nossos ideais. A ditadura faz sentir todo o seu poderio para reprimir as manifestações populares.

A camisa ensangüentada de Edson Luís, segura por quatro rapazes, percorria a multidão recolhendo donativos "para o enterro". Não havia policiais fardados, mas o temor fazia com que todos escondessem o rosto quando espoucava um *flash*. Às 22h30m, duas bombas de gás lacrimogênio foram atiradas em frente à Assembléia, perto da estátua de Tiradentes. Dentro do prédio, diante de uma platéia de deputados, o Secretário de Segurança, General Osvaldo Niemeyer, tentava explicar o que acontecera. Primeiro, disse que havia ordenado a invasão do restaurante diante de relatos do Serviço Secreto, segundo os quais os estudantes planejavam uma série de manifestações "contra a ação dos norte-americanos no vietname". Depois admitiu que a culpa, em última instância, cabia ao comandante do choque, Aspirante Aluísio Azevedo Raposo. Este negou que seus homens ti-

vessem dado um tiro sequer e afirmou que nada teria acontecido se o general houvesse concordado com seu pedido para retirar o choque do restaurante, tão logo começaram as pedradas.

A repercussão da morte de Edson Luís foi grande e nacional. No Rio, as faculdades entraram em greve. O enterro, segundo o *Jornal do Brasil*, foi acompanhado por 50 mil pessoas e, segundo o *Correio da Manhã*, teve mais gente que quando do transporte do corpo de Getúlio Vargas até o Aeroporto, em 1954. A multidão caminhou a pé por vários quilômetros, da Assembleia ao Cemitério São João Batista: começou a andar às 16h30m e o sepultamento terminou à luz de velas. Pelo caminho, bandeiras norte-americanas foram incendiadas, guardas de trânsito postos em fuga e até se tentou arrombar a antiga sede da UNE, na Praia do Flamengo. A certa altura, um capitão e um cabo da Aeronáutica foram retirados de um carro oficial, que os manifestantes tombaram e incendiaram.

Passeatas realizavam-se em outras cidades: em Belo Horizonte, com dez mil pessoas. Em Brasília, com outras tantas, dispersadas com violência (houve 20 feridos, entre eles deputados); em Salvador, Curitiba, Porto Alegre. O Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, General Jaime Portela, ameaçava com repressão em larga escala, e o Ministro da Justiça expunha a posição do Governo:

Não podemos tolerar nem a agitação nem a repressão policial que, muitas vezes, conduz ao sacrifício inútil de uma vida preciosa.

O Ministro Gama Lima falava em Brasília, onde a multidão derrubara os palanques armados para festejar o aniversário do golpe militar de 31 de março. O Governo Federal, apesar de tudo, parecia o único interessado em minimizar o episódio: este o sentido da declaração então atribuída ao Presidente Costa e Silva, que considerava o crime "de âmbito estadual".

Não era fácil conter o processo. A 1º de abril, novas passeatas ocorreram em Belo Horizonte, em São Paulo e em Recife, onde as faculdades foram cercadas e o comércio cerrou as portas. Nas principais ruas do Rio, papel picado caía da maioria dos prédios do centro da cidade e o alarido das vaias caía sobre os policiais: era evidente o apoio dos funcionários dos escritórios ao movimento contra o Governo. Em São Paulo, universitários, com braçadeiras de luto, juntaram-se na porta da Biblioteca Municipal e rumaram ao encontro de intelectuais, artistas e parlamentares, no Largo do Paissandu; também lá caía papel picado das janelas. Não houve repressão porque o Governador Abreu Sodré, diziam os jornais, recusara-se a cumprir instruções nesse sentido, dadas diretamente a seu Secretário de Segurança, Coronel Sebastião Chaves, pelo General Jaime Portela. O coronel demitiu-se.

O prédio da ABI e a sede do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro estavam ocupados por fuzileiros navais. Tudo parecia desmentir as palavras do Presidente da República quando, a 2 de março, respondendo a um orador universitário que, no Palácio Laranjeiras, terminara seu discurso com o *slogan* "Abaixo a ditadura" (era uma solenidade do Projeto Ron-

don), afirmou:

Ditadura não existe neste país.

Se não existia, alguém queria que existisse. As missas de sétimo dia pela morte de Edson Luís foram motivo para novos choques entre policiais e manifestantes, nas cidades sobressaltadas. Os órgãos de segurança voltavam-se indiscriminadamente contra todos - jornalistas, advogados, estudantes, padres - retomando a teoria conspiratória. O Secretário de Segurança de Minas Gerais, Joaquim Gonçalves, afirmava que tudo estava planejado, até a morte do secundarista:

Foi tudo teleguiado e não tardará que fique provada a inocência da polícia carioca no assassinato. Os jornalistas devem apanhar da Polícia não só durante a passeata, mas antes também. São incapazes de reconhecer o valor da Polícia. Os fotógrafos nunca fotografaram estudante batendo em policial. Os advogados são aliados da subversão, porque trabalham de graça para esses criminosos.

No entanto, não se pode atribuir também aos estudantes o comando do processo. Tanto quanto o Partido Comunista, os políticos, os militares, a classe média, o movimento universitário estava dividido, conforme se constataria pouco depois da morte de Edson Luís, nas articulações do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes.

A UNE fora fundada em 1937, como entidade antifascista, e atuara na resistência contra a ditadura de Vargas. Até 1964, funcionava no prédio do Clube Germânia, na Praia do Flamengo, que os estudantes haviam tomado à força (foi demolido, por ocasião da *abertura* do Presidente João Figueiredo). Fez parte do movimento para a entrada do Brasil na II Guerra Mundial, ao lado dos aliados. Participou, na década de 50, da campanha *O Petróleo é nosso* e, no início dos anos 60, da luta pelas *reformas de base*. Extinta pelo Governo em abril de 64, quando sua sede foi parcialmente incendiada, reapareceu no final do ano, com o objetivo de combater a Lei Suplicy, que propunha nova estrutura para a representação estudantil. Em 1965, em São Paulo, realizou seu 27º Congresso, no qual ficou decidida a não-participação nas entidades representativas criadas pela Lei Suplicy. Em 1966, iniciou uma série de mobilizações, a começar pela passeata dos calouros, em Belo Horizonte. Em setembro, saiu às ruas do Rio contra a cobrança de anuidades e ocupou faculdades: mais de mil estudantes foram espancados, naquilo que os estudantes chamaram de "massacre da Praia Vermelha". Em fevereiro de 1967, a luta voltou-se contra o acordo MEC-USAID e bandeiras norte-americanas passaram a ser queimadas em público. Passeatas de março lembravam que "a ditadura continua", apesar da mudança do Governo. Em agosto, em Vinhedo, São Paulo, iludindo a Polícia, 400 delegados reuniram-se para o 29º Congresso. Em outubro, realizava-se em Belo Horizonte a Semana de Solidariedade ao Povo Vietnamita, com um júri popular presidido pelo Deputado Mata Machado e que conde-

nou os Estados Unidos por agressão ao país asiático.

A cisão começou a tomar forma justamente no 29º Congresso. Em setembro, o Presidente eleito da UNE, Luís Travassos, imporia, com o apoio do Conselho Nacional dos Estudantes e contra a vontade de seis dos nove diretores, um delegado único à Organização Continental Latino-americana de Estudantes, com sede em Havana. O envio do delegado, José Jarbas Cerqueira, já resultara na perda de algumas alianças de esquerda: os estudantes brasileiros se haviam retirado de um dos congressos da União Internacional dos Estudantes, de linha soviética, por discordar de sua orientação.

Uma reportagem publicada em julho de 1968 pela revista *Realidade*, da Editora Abril, fala de Luís Travassos e mostra falhas evidentes no esquema de proteção que o movimento estudantil então adotava (uma das falhas, por certo, era a própria reportagem):

Luís Travassos, um dos homens mais procurados do País, por ser presidente da UNE, por ter organizado o 29º Congresso iludindo a Polícia, por ter organizado em Belo Horizonte a Semana de Solidariedade ao Povo do Vietname e por outras agitaçõeszinhas menores, é um dos que mais recomendam as regras de segurança. Mas ele próprio, Luís Travassos, estava ainda na estação rodoviária do Rio de Janeiro, completamente exposto, como dizem eles, discutindo com a moça de um guichê. Dormiu demais, perdeu o ônibus. Não tinha nada de bagagem e absolutamente nenhum tostão no bolso. E queria fazer valer a passagem para o ônibus seguinte. Luís Travassos, 22 anos, é um moço magrelo, meio alto, de voz e sorriso muito calmos, mas que numa assembléia ou concentração de estudantes se transforma. "Falando, é um leão", dizem dele. Nasceu para a política de estudantes na Faculdade de Direito da Universidade Católica de São Paulo. De lá, foi eleito presidente da UEE-SP. E, depois desse dia, trocou uma casa confortável no bairro de Santo Amaro, na capital paulista, por uma vida corrida, de reuniões, prisões, discussões e fuga da polícia. Seu pai, pequeno industrial, não o viu mais. Luís mora em qualquer casa, veste qualquer roupa. Está sempre meio sujo, meio barbudo, só troca de camisa quando a noiva consegue achar alguém que vai encontrá-lo e manda uma. Dinheiro, está sempre sem nenhum. Não procura a família, para não "complicar o pessoal", mas não consegue esconder um pouquinho de emoção, um certo olhar para cima, quando fala deles: "Eu tenho esperança de que logo haja liberdade para vê-los, sem deixar de fazer o que faço atualmente."

Ao se preparar o 30º Congresso, que se realizaria em Ibiúna, São Paulo, a divisão entre *primeira posição* e *segunda posição* (esta liderada por Vladimir Palmeira, no Rio de Janeiro) adquirira novos contornos. Enquanto Travassos defendia as passeatas e as campanhas de massa, com decisões tomadas por assembléias amplas e nenhum diálogo com o Governo, Vladi-

mir, com o apoio de José Dirceu, de São Paulo, lutava pela melhor organização prévia do movimento e defendia o diálogo com os homens do Governo, bom até "para desmascará-los e mostrar que eles não querem diálogo coisa nenhuma".

DAS GRANDES PASSEATAS À ARAPUCA DE IBIÚNA

O ano todo de 1968 foi marcado pelas agitações estudantis. A figura mais odiada, então, pelos estudantes, era a de Flávio Suplicy de Lacerda, autor da lei que tornara ilegal o movimento estudantil e que, então, ocupava o cargo de reitor da Universidade Federal do Paraná. Por volta de maio, os prédios da Universidade foram ocupados pelos alunos - diz a *Realidade*, com óbvio exagero, que "militarmente" - e o busto de Suplicy derrubado. O mesmo Suplicy que, a 7 de junho, declararia aos jornais do Rio de Janeiro:

No Brasil, os centros universitários são muito distantes uns dos outros. Será fácil, portanto, organizar a repressão policial, impedindo ao mesmo tempo a organização maciça dos estudantes.

Estranho professor este Sr. Suplicy. Como estranha era a disputa entre Travassos e Vladimir Palmeira, um carioca um tanto gordo, muito jovem e filho do Senador Rui Palmeira. E estranhos os textos da Imprensa da época, que procuravam estabelecer uma relação impossível entre as agitações no Brasil e aquelas que se processavam na França (a partir de Nantêrre), na Alemanha e em países do leste europeu. Travassos negava:

Não é verdade. No plano internacional, a posição da UNE deve ser a de se integrar principalmente na luta antiimperialista dos movimentos estudantis da Ásia e África. Achamos justa, no entanto, a luta dos estudantes europeus.

Negava ainda outra versão dos meios de comunicação de massa, que explicavam tudo por um iminente e mágico "conflito de gerações":

É preciso desmistificar esta história de conflito de gerações, poder jovem e outras bobices. O que há, que a gente queira ou não, é uma luta de classes. Não é de moços contra velhos, mas de oprimidos contra opressores.

Mas a que classe pertenciam, em sua maioria esmagadora? À classe média. A mesma classe média que se assustara com a propaganda terrorífica sobre as ameaças da República Sindicalista de Jango; aquela a que se destinam os jornais e que forma a chamada "opinião pública". Uma parte da classe média mobilizada contra o Governo. Foi isso o que ela demonstrou, não só aplaudindo as dezenas de manifestações de protesto que se realizaram nas metrópoles brasileiras ao longo do ano de 1968, quanto participando daquela que ficou conhecida como a "passeata dos cem mil",

no Rio de Janeiro.

Na verdade, foram muitas passeatas. No Rio, em Belo Horizonte, em São Paulo, em Brasília. A que mais mobilizou gente - uma apoteose na Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, com artistas, escriturários, bancários, estudantes, professores universitários e padres de mãos dadas, sob chuva de papel - realizou-se a 26 de abril, com autorização do Governador Negrão de Lima.

Na maioria, as manifestações foram tudo menos pacíficas. Os relatos da Imprensa, que inaugurava a autocensura, não são dos mais esclarecedores. Mas pode-se recorrer à memória para lembrar que a estratégia dos manifestantes incluía marchar contra o trânsito para atrapalhar a Polícia e o Exército, que entrou em ação depois de 5 de julho, após choques muito violentos em São Paulo. Os *meetings* organizavam-se de repente e se desfaziam tão logo chegavam os policiais. Estes trabalhavam sob vaias dos edifícios. Um escrevente de cartório da Avenida Rio Branco atirou, da janela da sobreloja do edifício da Associação dos Empregados do Comércio, velhos livros de registro pobres soldados da PM que, na calçada, espancavam um rapazinho. Que terá acontecido com os interessados naqueles registros? De um andar alto, um vaso sanitário caiu na cabeça de um PM.

No entanto, não se pode atribuir a culpa de toda essa agitação aos estudantes. Por menos que o Presidente da República quisesse, atos seguidos de provocação estimulavam o descontentamento nas cidades, com o mesmo cuidado e aplicação com que se mantinham os trabalhadores quietos. Uma quietude que não significava de modo algum conformismo, mas que não podia se expressar senão episodicamente. Como neste registro do *Correio da Manhã*, de 29 de março de 1968:

Dois mil trabalhadores, uns de marmita na mão e outros ainda com uniforme de serviço, reuniram-se ontem em assembléia geral de todos os sindicatos, pela primeira vez, em Belo Horizonte, depois de quatro anos de revolução, para "dar início a uma prolongada luta contra esse governo patronal e sua lei de arrocho salarial". A concentração foi movimentada, especialmente porque a palavra era dada a qualquer um e também porque a polícia em nenhum momento interveio, muito embora todos os oradores fossem fotografados por agentes do Governo. Um dos oradores chegou a sugerir que os trabalhadores recebam o Presidente da República "a porretadas" na primeira vez que ele vier a Belo Horizonte.

Se havia alguém comandando os fatos, não eram os divididos estudantes, que logo seriam apanhados em seu 30º Congresso, em Ibiúna. Mas o interessante é que as posições definidas neste período das passeatas teriam conseqüências históricas:

1. a posição *radical*, buscando as *consultas de massa*, denunciava, na essência, o conteúdo de cúpula das conspirações da esquerda brasileira;

2. a posição *moderada*, constatando a fragilidade da organização popular, pretendia *chegar às massas* através de uma atividade permanente de mobilização;

3. a posição esquerdista, considerando o regime sem apoio popular, pensava ser possível vencê-lo pela ação violenta, bastando criarem-se focos de insurreição;

4. a posição *política*, diante da fácil mobilização das multidões urbanas, acreditava que o Governo seria levado a negociar.

Todas essas posições continham erros (ou contingências) de apreciação: confundiam multidão eventual com massa constante, organização de uma manifestação com organização política permanente. E outros erros (ou contingências) de resultados ainda mais graves: subestimavam a potência de fogo da repressão e a capacidade dos sistemas de controle da opinião pública montados a partir de 1964.

OS MESMOS ACONTECIMENTOS, DE OUTRO ÂNGULO

Em seu livro *Os carbonários*, Alfredo Syrkis dá uma versão mais participante e viva dos mesmos acontecimentos. Conta ele que, na noite em que mataram Edson Luís, um telefonema o interrompeu na hora do jantar, que ele não terminou. Era secundarista do Pedro II e saiu correndo para a cidade. Lá, numa lanchonete, um colega contou:

Loucura, negão, loucura, maior loucura! Távamos fazendo uma manifestação por negócio de comida, lá no Calabouço. Aí chegou um jipão da PM. Começamos a vaiar os meganhas. Deu confusão, meteram bala! Quando acabou o foguetório, a gente olhou em volta, tinha dois no chão. Mortinhos. Um banzé geral. A gente saiu em passeata carregando os corpos. Quebramos a embaixada toda. Cada pedrada, rapaz, que os gringos se escondiam lá no fundinho. Daí a gente capou prá Assembléia Legislativa. Entramos na marra. Os deputados ficaram todos apavorados, deu um confa geral, mas acabou que alguns ficaram do nosso lado e começaram com uma discurseira doida. Pusemos os corpos na mesa da presidência. Toda hora chegava boato que os meganhas iam invadir. E aí o mais incrível... Lá pelas tantas um dos presuntos ressuscitou. Levantou assim de supetão assustado, gemendo: - Ai mamãe! Ai mamãe! (N. do E.: Tratava-se de um ferido, funcionário da Previdência.) E foi um debandada geral, deputados do MDB, estudantes, jornalistas, tudo fugindo da ressurreição! Mas o outro não, coitado. Esse tava mesmo mortinho da silva, com um rombo dessa idade nos peitos.

Mais tarde, Syrkis foi até a Assembléia Legislativa, para encontrar a praça apinhada de gente:

Não havia repressão. Pela primeira vez, notava-se uma forte presença de não-estudantes. Bóis de escritório, empregados de escritório. Gente já de meia idade, terno e gravata, senhoras. Alguns velhinhos. Montes de curiosos. Todo mundo revoltado com a morte de Edson Luís. "Mataram um estudante, podia ser seu filho!" Lá estava a classe média carioca. A mesma que desfilara, família com Deus pela liberdade, saudando o golpe militar, apenas quatro anos antes, gritando "um dois três, Brizola no xadrez!" Classe média desiludida. Em plena oposição ao Governo Costa e Silva.

O autor relata ainda o protesto de alguns dias depois, no dia 31 de março, quarto aniversário do golpe militar. O despreço (ele diz "desprezo") pelos soldados da PM se transformara em ódio. Formaram-se grupos de choque com porretes e atiradeiras. Os estudantes se agrupavam em muitos pontos do centro da cidade e os transeuntes pareciam atentos ao que estava por vir. A Cinelândia, o pátio do Palácio da Cultura e do Ministério da Educação estavam ocupados por policiais:

Naquela noite foi com muita raiva que avançamos em cima da PM, sem o menor receio. Dos edifícios chegavam aplausos e choviam papéis picados. Numerosos elementos não estudantes, empregados de escritórios, comerciários, operários das obras vizinhas se juntaram. Os vultos azuis de capacete, concentrados em duas filas, no calçadão do ministério, receberam uma chuva de pedras e bilhas de aço. Um dos grupos foi totalmente pulverizado; fugiram para todos os lados, em pânico. Alguns tentavam forçar os portões dos edifícios próximos para se refugiar. A outra fila se mantinha compacta, mas recuava lentamente debaixo de tanta pedrada. Quando ecoaram os primeiros tiros, nos dispersamos em pequenos grupos e fugimos de volta para a Nilo Peçanha, lá embaixo. Na retirada, começou o quebra-quebra. Os estudantes, em geral, obedeciam fielmente à orientação de só atingir carros oficiais e bancos, mas os populares que aderiram eram incontroláveis. Curioso, quebravam mas não saqueavam, apesar de alguns parecerem paupérrimos. Vi um engraxate rebentando com um pedregulho uma luxuosa sapataria. Os vidros voaram prá todos os lados e os sapatos ficaram expostos entre milhares de cacos. O engraxate não pegou nada, riu todo contente, pegou mais uma pedra, numa obra aberta na rua, e partiu prá sapataria seguinte, a uns metros dali. (...) A cidade estava imersa numa nuvem de gás lacrimogênio.

Vista da perspectiva do secundarista do Pedro II, a crise do movimento universitário, que se seguiu a estas aparentes vitórias, causava perplexidade:

Havia a linha da UME (União Metropolitana dos Estudantes, RJ), liderada pelo Vladimir, pelo Franklin e pelo Muniz, que controlava, também, o DCE e a maioria dos DAs. E a linha da UNE liderada pelo Travassos e pelo Jean Marc, com força sobretudo na Faculdade de Química (...). A corrente que controlava a UME pertencia à dissidência comunista da Guanabara, a DI-GB, um racha do partidão (PCB). A tendência representada pelo Travassos era a frente entre a Ação Popular, de origem cristã (na época já era maoísta) e o PC do B (Partido Comunista do Brasil, também oriundo do PCB), majoritários ao nível nacional mas minoritários no movimento estudantil carioca. Uma terceira linha, que era representada pelo Brito (Frente do Calabouço) e pelo Marco Medeiros, correspondia a um racha do partidão (PCB) diverso da dissidência, a corrente que depois passou a se chamar PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário). (...) Havia dois pequenos ranchos, um do partidão, outro da AP. A DI-S, dissidência de São Paulo, também conhecida como DDD (Dissidência da Dissidência) e o NML, Núcleo Marxista-Leninista. E, também, um grupo de Minas que depois se chamou colina.

As divergências entre esses grupos eram muito profundas, e se aprofundara ainda mais quando militantes da fração de Luís Travassos começaram a dizer (é o que está na reportagem de *Realidade*) que a Polícia preferia prendê-los e não aos do grupo de Vladimir. A falta de pontos levou as manifestações que se seguiram - igualmente violentas - a terem palavras-de-ordem neutras, como "mais verbas". Em abril, Jean Marc foi detido e acusado de incendiar um veículo do Exército. A palavra-de-ordem seguinte foi "liberdade para os presos". Houve uma assembléia na Reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro e, embora o Vice-reitor, Clementino Fraga, houvesse negociado com a Política a saída pacífica dos estudantes, as tropas atacaram quando mais da metade estava na rua. Um grupo, entre os quais os líderes, Vladimir Palmeira e Elinor Brito, conseguiu escapar. Outros foram espancados ali mesmo, ou nos ônibus em que procuravam embarcar e fugir. Um terceiro grupo foi encurralado no Estádio do Botafogo, na Rua General Severiano.

O gramado do time da estrela solitária virou ratoeira gigante. Centenas de estudantes presos e enfileirados, debaixo do corredor polonês. As arquibancadas desertas testemunhavam o circo sádico. Porrada todo o tempo, mijavam na cara das meninas. Algumas eles vexavam sexualmente, tentando enfiar o cassetete. Isso nos intervalos do corredor polonês, do qual ainda sobrava farta pauleira para alguns jornalistas e fotógrafos pilhados nos ossos quebrados do ofício. Mais de mil estudantes tinham sido presos naquela noite, mil famílias de classe média em polvorosa.

A história saiu nas manchetes dos jornais. Mas, logo no dia seguin-

te, nova passeata estava programada para o centro da cidade, a começar por um discurso de Vladimir Palmeira, na Praça Tiradentes. Seguiram pela Rua Uruguaiana;

A reação do público das calçadas era surpreendente cálida, superior ao habitual. Batiam palmas, muita gente dando força. Cortamos a Avenida Rio Branco e, na altura da Erasmo Braga, desviamos para cima, para a Graça Aranha. Já éramos quase uns dez mil, e não se via repressão nenhuma nas ruas. Juntamo-nos com outro cortejo menor, que vinha da Praça XV. Na passagem da Nilo Peçanha é que começou a violência. Um volks vermelho, lustros, arremeteu contra a passeata derrubando vários companheiros. Foi avançando de pé na tábuca sobre nós. Uma saraivada de pedras impressionante desabou sobre o carro. A lataria ia amassando de todos os lados e um enorme pedregulho rebentou o pára-brisa abrindo a testa do sujeito de terno ao volante. (...) Retiramos do carro o sujeito ensangüentado, meio zozzo mas sempre querendo brigar. Puxou um revólver que um companheiro arrancou-lhe da mão, evitando com o seu próprio corpo nova lapidação bíblica do histérico cidadão do fusquinha vermelho.

A agitação continuou nas ruas, apesar dos esforços dos dirigentes para dispersá-la. Houve choques com a Polícia na Esplanada do Castelo, onde uma moça levou um tiro na coxa. O consulado americano foi apedrejado. Uma multidão de populares, desde faxineiros e bancários, seguia os manifestantes:

A passeata foi engrossando e subindo a Rio Branco, de volta rumo à Cinelândia. (...) A progressão, porém, estava bloqueada: uma formação de dezenas de PMs que avançavam de cassetete em punho, perseguindo um grupo de estudantes que se adiantara ao grosso da coluna. De repente, os acoitados pararam. Se viraram para os perseguidores e mandaram pedras. Nós corríamos às centenas para reforçá-los. A primeira fila de meganhas se imobilizou. Chegamos pelo centro da avenida jogando tudo que houvesse à mão. Do alto dos edifícios, as mão que antes batiam palmas agora arrojavam garrafas, cinzeiros e pesos de papel sobre a formação azul. Um grupo de segurança da UME, armado de bastões, atacou-os frontalmente, estabelecendo-se naquela confusão um espetáculo insólito. Estudantes perseguindo a PM Rio Branco acima, até a Cinelândia.

As ordens para dispersar foram novamente desobedecidas e a polícia voltou, atirando para valer:

Aí vi várias pessoas no chão, feridas. Um rapaz, com uniforme de estafeta da Western Telegraph, atingido na cabeça a uns metros

dali, caiu como um fardo de roupas, todo mole, e ficou deitado numa pose estranha, em cima do braço dobrado. Ajoelhado atrás de um hidrante, vi quando alguém o virou de barriga para cima. Um pequeno orifício no centro da testa, embaixo do quépi caído ao chão. Simétrico, antisséptico, quase sem sangue. Seriam uns vinte feridos juncando o quarteirão. (...) além da barricada abandonada. Dos edifícios desabava em cima deles o dilúvio. Agora já eram cadeiras, gavetas, lixeiras e tampas de privada, tudo debaixo de um escarcéu ensurdecedor: Assassinos! Assassinos! Assassinos!

O tiroteio e o combate desigual se espalharam por todo o centro do Rio e de Niterói se via a nuvem de gás lacrimogênio. Syrkis conta que um seu colega, Alex, conseguiu escapar arranjando um atestado de doador de sangue, com o qual iludiu a polícia. A ordem era prender quem tivesse menos de 30 anos.

Dias depois, foi a passeata dos cem mil, autorizada pelo Governador Negrão de Lima:

Caixas de papelão cheinhas de sprays eram repartidas pelas calçadas e todos íamos deixar nossa marca no cimento da metrópole. O centro ficou prolixamente coberto de frases contra a ditadura e reivindicações estudantis. Depois que terminou o preto e o vermelho, todas as cores: azul, verde, dourado, prateado e rosa shock. Na Cinelândia, de volta às escadarias da Assembléia Legislativa, ao lado do Teatro Municipal, o Vladimir e outros líderes estudantis davam o recado. O presidente da UME estava de terno azul-marinho, barbeado, penteado e com ar de gente bem, para não assustar as famílias. Na ausência da repressão, a calma era total. As lojas fechadas tinham começado a levantar suas cortinas de metal, sob aplausos dos manifestantes: "Abra sua loja, quem quebra é a polícia!"

Mas o limite da manifestação pacífica era a Central do Brasil, terminal ferroviário que liga o centro do Rio às cidades e bairros periféricos onde moram os trabalhadores. Ali perto fica o Palácio do Exército; em frente, a estátua de Caxias e seu panteão:

O ponto de maior concentração e circulação do povão, vindo dos subúrbios, estava tomado, não pela PM, mas por vários choques do 1º Batalhão de Guardas do Exército. Enquanto a coisa se restringia à classe média, era com a PM. Mas quando entrava trabalhador e Central do Brasil no meio, aí deixava de ser caso de polícia, virava caso de exército. Fino tino sociológico. (...) De braços trançadas com os companheiros, fiquei a perscrutar os rostos dos soldados. Tensos. Hostis. Crispados dos fuzis FAL. Tinham medo. Não estavam equipados para contenção de massa, mas para a chacina. (...) À medida que a passeata do outro lado foi-se

dissolvendo tranqüilamente, e que o anoitecer cúmplice se impunha às últimas luzes do dia eles foram ficando mais calmos e relaxados. Sai a pouco começaram as conversas e as piadas de um cordão ao outro. Teve um que pediu cigarro e ficamos batendo papo sobre futebol, mulher e trivialidades, até que veio o sargento e mandou calar a boca. Nada de conversa com estudantes. (...) Um destacamento da Polícia do Exército chegou para reforçar e ficou desfilar pelo amplo saguão da Central. O povão, que voltava do trabalho para abarrotar os trens e ser despejado nalgum dos subúrbios distantes da linha, devia sair da cidade com a lembrança ameaçadora. Ver bem que é que tinha as armas.

AS CONTRADIÇÕES CHEGARAM A IBIÚNA PARA O DESASTRE

Afastada a presença operária, o movimento estudantil era incapaz de liderar uma autêntica resistência ao regime. Sofria dos males da liderança de classe média, acrescida da inexperiência: uma coisa é sentir os problemas na própria vida, outra saber deles pelo que se lê nos livros e nos jornais. O individualismo dos líderes, a paixão por ideologias - o maoísmo, o soviétismo, o antissovietismo, o fidelismo, o foquismo de Régis Debray - tudo isso divide e, sobretudo, não guarda relação visível com a realidade contingente. Os sacrifícios apenas apontam para o martírio, não para a vitória. Além de tudo, o gosto pela conspiração, a ilusão de estar muito perto do poder alimentam fantasias sem sentido.

Contradições, idéias e sonhos marcharam sobre Ibiúna, em São Paulo, onde se realizaria o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes. Um dos sonhos mais intensos era o de contar com o apoio integral da classe média, supor que os manifestantes de 1968 eram os mesmos da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, de 1964. Afinal, classe média é uma denominação bastante ampla para abarcar diferentes posições diante do fato histórico. As pessoas que viam cair confete e papel picado nas ruas de Copacabana, em 1964, não prestavam atenção nos muitos apartamentos com as janelas cerradas; as que viam cair garrafas sobre a Polícia, em 1968, não reparavam nos andares dos quais o espetáculo era acompanhado em silêncio, e com raiva.

Posições viáveis para a classe média eram, por exemplo, tanto quanto as de Vladimir Palmeira ou de Luís Travassos, a do Presidente do Centro Acadêmico Horácio Lane, da Faculdade de Engenharia da Universidade Mackenzie, de São Paulo. Já em 1968, ele era a favor do ensino pago:

O estudante que paga um curso atinge um grau de responsabilidade muito maior do que se tivesse feito um curso gratuito.

Defendia ainda o acordo MEC-USAID e combatia as passeatas porque "acabam sendo distorcidas para manifestações políticas". E, em entrevista fartamente divulgada, argumentava:

O conhecimento dos técnicos americanos para auxiliar o planejamento, a reestruturação e eventuais reformas no sistema universitário brasileiro é válido e bom, desde que dosado e adaptado por técnicos brasileiros. Não quero dizer que sou a favor. Apenas acho que será bom se executado dentro desse espírito. Sou a favor apenas das executivas profissionais, pois são as únicas que podem atender as reivindicações específicas de cada faculdade.

Da Universidade Mackenzie partiriam os grupos de Comando de Caça aos Comunistas, que se incumbiriam de combater o reagrupamento dos grupos estudantis em São Paulo, após o desastre em Ibiúna.

Foi a 12 de outubro de 1968, um sábado. Segundo a versão oficial, 215 policiais - da Força Pública de São Paulo e da Polícia Política - vasculhavam a serra de São Sebastião quando, pouco depois das 7h da manhã, localizaram o acampamento dos estudantes. Evidentemente, deviam saber onde eles estavam; é impossível que não tivessem infiltrado alguém entre tantos delegados, em um movimento que se passava parte na clandestinidade, parte em evidência.

O cerco foi rapidamente realizado pelas tropas sob o comando do Coronel Divo Barsotti, do 7º Batalhão de Polícia de Sorocaba. Quando as primeiras rajadas de metralhadoras foram disparadas para o alto, começou a correria dos estudantes. Alguns fogem para o mato. A maioria é presa ali mesmo, no sítio Muduru, Município de Ibiúna.

Apesar da programação de passeatas em todo o País - com o objetivo único de confundir a Polícia - os sinais da chegada dos estudantes eram visíveis em Ibiúna há vários dias. De hora em hora, saíam ônibus de São Paulo para Piedade, de onde os delegados ao Congresso, em grupos de dez e vinte, seguiam até a cidadezinha; de lá prosseguiam em jipes.

O Delegado de Ibiúna, Otávio de Camargo, comunicou o que estava acontecendo à Secretaria de Segurança e já na quinta-feira o DOPS confirmara o local exato do Congresso. Esta informação aparece no mesmo noticiário de fonte oficial que, parágrafos antes, atribuía a um acaso a descoberta do acampamento estudantil. De segunda a quinta-feira, os estudantes iam em pequenos grupos, comprar alimentos em Ibiúna, esgotando os estoques tanto de carne e pão quanto de escovas e pastas de dentes. Novos relatórios a respeito eram enviados pelo Delegado local à Secretaria de Segurança. Os homens do DOPS, enviados para a cidadezinha, acompanharam os lances da movimentação estudantil, chegando a anotar a placa de uma kombi de São Paulo consertada em uma oficina mecânica local: 24-44-80.

A reportagem dos jornais paulistas deslocou-se com antecedência para Ibiúna. Os carros da Prefeitura foram todos requisitados pela Polícia Política. As tropas da PM chegaram em ônibus; carros-choque, jipes e camionetas, vindos de Sorocaba: os soldados estavam armados com metralhadoras e caixas com bombas. Pelo caminho, invadiram sítios e vasculharam casas, detiveram os vigias e prepararam calmamente o cerco.

Os estudantes capturados foram postos em fila, revistados e depois agrupados em coluna por quatro. Na revista, pouquíssimas armas: uma *Luger*, duas pistolas, um revólver e uma carabina. Lá estavam José Dirceu, Luís Travassos, Antônio Ribas e Vladimir Palmeira, que tentou fugir em São Paulo, foi preso, algemado e transportado em um Volkswagen. Todos foram levados para o Presídio Tiradentes.

ESTÁ TUDO BEM AGORA, DIZEM. MAS SEMPRE DISSERAM

Se os grandes conspiradores da vida política brasileira fossem de fato os estudantes, em seus partidos, facções e subfacções, a questão estaria resolvida com as prisões de Ibiúna. Nada disso; a trama corria seu curso a despeito das passeatas. Em sua IX Assembléia, a IX Conferência Nacional dos Bispos do Brasil denunciou a falta de liberdade no País; o terrorismo urbano, que surgira em São Paulo sob o comando de Carlos Marighela após o sepultamento da Frente Ampla, causara 23 atentados em 1968; no final do ano, o Congresso negou licença para que o Deputado Márcio Moreira Alves, do MDB, fosse julgado por um tribunal militar. E o Governo editou o Ato Institucional nº 5, que completava o quadro das leis de exceção e continha um artigo admirável em sua clareza:

Ficam excluídos de qualquer apreciação judicial todos os atos e feitos práticos de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares.

Ao iniciar-se o ano de 1969, o Presidente Costa e Silva disse que o Ato Institucional nº 5 objetivava apenas "manter a ordem, defender a segurança individual e coletiva e resguardar as instituições democráticas". Na verdade, Costa e Silva tentou, através de sucessivas concessões à repressão, ganhar espaço para editar uma constituição liberal, que restituiria o poder ao Congresso. Devem ser encaradas como episódios desta luta interna no regime, a crescente vigilância sobre as atividades culturais, que atingiu o II Bienal de Artes Plásticas da Bahia, o IV Salão de Brasília e o II Salão de Ouro Preto; a cassação dos mandatos e dos direitos políticos de 28 deputados, de dois senadores e de um vereador; a aposentadoria de três ministros do Supremo Tribunal Federal e um do Supremo Tribunal Militar; a suspensão dos direitos políticos da diretora do *Correio da Manhã*, que foi presa e virtualmente obrigada a transferir o controle do jornal a um grupo de empreiteiros de obras públicas que terminariam por fechá-lo; novamente, a cassação de outros 95 parlamentares; a suspensão das eleições para cargos executivos ou legislativos; o Decreto-lei 477, que determinava a expulsão dos estudantes envolvidos em atividades políticas, responsabilizando as autoridades universitárias que não tomassem esta providência; a instituição da pena de morte e da pena de prisão perpétua para crimes políticos; a obrigatoriedade do ensino de moral e civismo em todos os graus das escolas.

Os últimos dias do Governo Costa e Silva foram marcados pela infinita distância entre suas intenções democratizadoras e todos esses atos que editara. Afinal, o velho militar, permanentemente sujeito a tensão, adoeceu; seu assessor de Imprensa, Carlos Chagas, conta que, embora semiparalisado, ele tentou, a bordo de um avião entre Brasília e Rio, assinar a Constituição que restabelecia a autonomia do Congresso. Não conseguiu. A 31 de agosto, um comunicado oficial (a Imprensa estava censurada) informava à Nação que ela estava sendo governada pelos ministros da Guerra, Lira Tavares; da Marinha, Augusto Rademaker; e da Aeronáutica, Marechal-do-Ar Márcio de Souza Melo. Costa e Silva morreu e o Congresso foi convocado a 25 de outubro para a formalidade da eleição do novo Presidente escolhido. Emílio Garrastazu Médici.

Sufocadas as atividades políticas, a guerrilha perdeu em 1969 Carlos Marighela e ganhou a adesão do Capitão do Exército Carlos Lamarca, instrutor de tiro que, com alguns companheiros de farda, retirou de um quartel paulista 69 fuzis, dez metralhadoras e três bazucas - muito pouco para *fazer a revolução*. Não havia praticamente lideranças operárias a perseguir; quanto à fração descontente da classe média, consolava-se lendo o *Pasquim*, que surgiu nesse ano e, em poucos meses, vendia 230 mil exemplares.

O TRICAMPEONATO, A EUFORIA E O FIM DA EUFORIA

Todos sabem do tricampeonato mundial de futebol conquistado na Copa do Mundo de 1970 e dos dividendos que disso soube tirar o Governo, iniciando uma fase de intensa euforia nacionalista alimentada por vultosos empréstimos externos. O produto interno bruto passaria a ser, com seus índices de 9% em 1970 e 11% em 1971, um respaldo adequado para a política de relações públicas que soube tirar proveito dos dribles de Pelé, dos roncos do motor inglês de Emerson Fittipaldi, da duvidosa competência do enxadrista Mequinho (Henrique Mecking).

Assim foi até que veio a crise econômica, devida menos ao aumento dos preços do petróleo que aos fatores estruturais da economia. Seguiu-se, então, com o Presidente Geisel, a abertura que o Presidente João Figueiredo levaria adiante. E a história estaria tendo hoje um fim feliz, como todas as histórias que o poder conta, a cada momento.

Mas será mesmo?